

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Elisângela Esteves Mendes**

**Por entre as camadas do tempo, lembrar e esquecer em um arquivo de  
educação: o arquivo da Secretaria de Educação de Juiz de Fora 1938-1996**

Juiz de Fora

2022

**Elisângela Esteves Mendes**

**Por entre as camadas do tempo, lembrar e esquecer em um arquivo de educação: o arquivo da Secretaria de Educação de Juiz de Fora 1938-1996**

Dissertação apresentada Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas.

Orientador: Profa. Dra. Sonia Regina Miranda

Juiz de Fora

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Esteves Mendes, Elisângela .

Por entre as camadas do tempo, lembrar e esquecer em um arquivo de educação : o arquivo da Secretaria de Educação de Juiz de Fora 1938-1996 / Elisângela Esteves Mendes. – 2022.

128 f.

Orientadora: Sonia Regina Miranda

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.

1. Arquivos Públicos. 2. Arquivo Escolar. 3. Educação. 4. Memória. 5. Poder. I. Regina Miranda, Sonia , orient. II. Título.

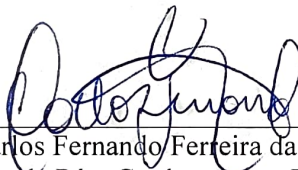
ELISÂNGELA ESTEVES MENDES

**POR ENTRE AS CAMADAS DO TEMPO, LEMBRAR E ESQUECER EM UM  
ARQUIVO DE EDUCAÇÃO: O ARQUIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JUIZ  
DE FORA 1938-1996**

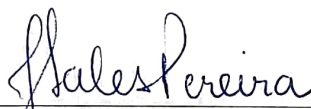
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:



Dr<sup>a</sup>. Sonia Regina Miranda (orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Educação, UFJF



Dr. Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior  
Programa de Pós- Graduação em Educação, UFJF



Dr<sup>a</sup>. Júnia Sales Pereira  
Programa de Pós- Graduação em Educação, UFMG

Juiz de Fora, 28 de junho de 2011.

Dedico este trabalho a duas pessoas que se foram durante seu processo de feitura: Dona Maria Conceição Esteves de Oliveira, minha querida e guerreira avó e ao professor Francisco Antônio de Mello Reis, com quem muito aprendi.

## AGRADECIMENTOS

Embora um trabalho de dissertação pareça e seja muitas das vezes um labor solitário, em essência ele não o é, porque é feito a muitas mãos que mesmo não sabendo de sua importância, são fundamentais para o equilíbrio do autor e da obra. Por isso, faço imprescindível demonstrar a gratidão que tenho às seguintes pessoas: À professora Eleuza Maria Barbosa, Secretária de Educação, pelo apoio ao trabalho no arquivo e pelo incentivo à minha formação enquanto supervisora de Arquivos e Memória, supervisão criada em sua gestão.

Ao Luiz Antônio Belletti Rodrigues, Chefe do Departamento de Gestão da Informação, do qual faço parte com orgulho, que mais que um chefe tem sido um amigo, um parceiro, um companheiro sensível na luta pela preservação do arquivo da Secretaria de Educação. Belletti, sem sua compreensão, apoio e incentivo esta dissertação não aconteceria.

Aos amigos do Departamento de Gestão da Informação, pelo amparo e solidariedade nos momentos de angústia e companheirismo nos de alegria, constantes no decorrer deste trabalho. Agradecimentos especiais à Leila Cláudia Reis, ouvidos sempre disponíveis e braços sempre a postos para ajudar.

À Andréa Castro e Waldirene Barbosa a quem devo momentos de alegria e diversão, mas, sobretudo orientação segura em horas de total insegurança e desespero no trajeto desta pesquisa. À Andréa ainda agradeço todos os livros que generosamente emprestou para que eu pudesse caminhar com maior segurança.

Um agradecimento muito especial vai agora aos meus amigos e componentes da equipe da Supervisão de Arquivos e Memória. Nestes últimos quase quatro anos em que venho me dedicando ao trabalho no arquivo da Secretaria de Educação, reitero junto aos estagiários no dia a dia e em público sempre que possível, os meus agradecimentos a esta equipe sempre comprometida, séria e envolvida com seu trabalho. Sabemos que o trabalho em arquivo é árido e com resultados, muitas das vezes demorados. No entanto quando temos pessoas a nosso lado que acreditam, buscam, lutam, fazem acontecer, tudo fica mais leve. Meus agradecimentos a todos os estagiários que passaram pelo arquivo nestes últimos anos e em especial à equipe que divide o prazer e a responsabilidade de hoje pensar e atuar neste espaço de memória da educação: Tarcília, Vítor, Mônica, Márcia, Maria Eterna. Um obrigada ainda especial a estes amigos queridos por partilharem de momentos decisivos

relativos a esta dissertação, me acalmarem e me alentarem, sobretudo à Raquel Pereira Francisco por toda a ajuda prática e por todo o apoio nas horas em que precisei dialogar e trocar ideias.

Meu obrigada à Mírian Sanábio Tavella pela amizade durante todo o processo de dissertação e pela revisão do texto. Agradecendo também aos amigos do Departamento de Políticas de Formação que acompanharam este trabalho desde o projeto inicial e a todos os colegas de convivência diária nas lutas da Secretaria de Educação.

A Nivalda Costa Barbosa Hudson pelo crédito e pela confiança em meu trabalho demonstrados no convite para assumir o arquivo da Secretaria de Educação em 2007 e nos anos seguintes. Sem o seu apoio e o seu olhar experiente de gestora pública, nada teria sido possível, inclusive este trabalho. A sensibilidade e a abertura para o novo fazem parte daqueles que ousam inovar e deixar inovar.

Aos amigos da Fundação Museu Mariano Procópio que torceram e vibraram positivamente pelas minhas vitórias. Agradeço também àqueles responsáveis pelo “empurrãozinho” que acabou me levando a uma nova realidade de trabalho e ao objeto de estudo desta dissertação. Nada é por acaso. O mundo é redondo.

Ao Antônio Carlos Siqueira Dutra meus agradecimentos pelo apoio ao trabalho no arquivo desde sempre, bem como aos projetos que desenvolvemos ao longo destes quatro anos em que lá atuo. Além destes agradecimentos necessários, quero deixar clara minha admiração ao gestor público e minha admiração ainda maior ao amigo que, mesmo envolvido com todas as atividades inerentes a um Secretário de Cultura da cidade, se mostra sempre disposto ao diálogo com os colegas do grupo Cronos nos oferecendo inclusive, momentos maravilhosos de risos e conversas sempre proveitosas em sua casa. Toninho, você é daquelas pessoas das quais nos orgulhamos de sermos contemporâneos.

Aos amigos do grupo Cronos, por partilharem descobertas fundamentais para o crescimento profissional e pessoal de todos nós.

Ao amigo Cassiano Caon Amorim, pelas conversas divertidas, inteligentes e profundas sempre, além das noites imperdíveis de dança e muitos risos, que me deram a leveza muitas vezes perdida nas lutas diárias. À Maria Cláudia Vicente por mais de vinte anos de amizade, cumplicidade e convivência.

E minha gratidão cheia de afeto a uma amiga querida e responsável por várias mudanças de paradigmas na minha vida profissional e pessoal, Carina Martins Costa.

Não fosse seu olhar atento, sua alma voltada às conexões humanas, sua sensibilidade em acolher ideias e pessoas novas, e minha passagem pela MAPRO não teria o significado que teve. Aliás, não fosse sua mão amiga em um dos momentos mais críticos da minha vida profissional e teria sido difícil continuar. Não fossem suas palavras de incentivo, de crédito, de confiança e o projeto desta dissertação não teria sequer saído da primeira página. A ela devo também um agradecimento especial ao apoio dado quando da formulação do projeto do Centro de Memória da Educação Municipal, que ainda se tornará real, mas que em projeto já mereceu sua ação prática, firme, coerente e brilhante junto à Secretaria de Educação. Fora todas as experiências no campo da História e da Memória que partilhamos e que mudaram minha forma de pensar e atuar, ainda tenho a agradecer a vida a oportunidade de convivência com uma das pessoas mais generosas, inteligentes e divertidas que já conheci. Pessoa fundamental para esta dissertação, fundamental também sem dúvida hoje, para minha vida.

Aos meus pais, que durante os dois anos que talvez tenham sido os mais difíceis para nossa família, se mantiveram fortes na missão a que se propuseram desde que chegaram a Juiz de Fora: proporcionar aquilo a que não tiveram o acesso na educação. À minha mãe em especial devo agradecer o apoio irrestrito e incondicional, o que não me deixou desistir em momentos de desânimo e descrédito. Agradeço também todo o amor à minha filha, o que me garantiu os momentos necessários de tranquilidade para a pesquisa e o estudo.

À minha filha, Ana Luísa, que conviveu com os melhores e os mais difíceis momentos desta dissertação mantendo a alegria e a leveza da infância. Que o amadurecimento trazido por estes dias, tornem nossa relação ainda mais saudável e feliz.

À Dalva Carolina (Lola) Yazbeck, pelo crédito e apoio ao projeto.

Aos professores da banca de defesa Júnia Sales Pereira, pessoa fundamental no processo de qualificação e que muito ajudou a redimensionar este trabalho e ao professor Carlos Fernando F. Da Cunha Júnior pelo crédito ao projeto.

À Sônia Regina Miranda, a quem admirava desde a graduação em História, todo meu respeito e gratidão. Só os corajosos e apaixonados pelo que fazem têm a possibilidade de abraçar, da forma como ela abraçou, esta dissertação. À sua família agradeço o carinho e hospitalidade. A ela, meus agradecimentos se estendem pelo resto da vida.



## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo investigar e analisar a constituição do acervo que compõe o arquivo da Secretaria de Educação de Juiz de Fora através de suas vozes e silêncios, presenças e ausências, durante o período de 1938 a 1996. Para esta análise teremos como baliza histórica os recortes temporais que dizem respeito a conjunturas nacionais vinculadas às políticas públicas de educação e as gestões municipais, geradoras das políticas locais responsáveis pela formatação da educação na cidade e pela formatação próprio do arquivo que lhe é fruto. Tendo como referência autores da Cultura Escolar utilizamos principalmente Dominique Julia e Antonio Viñao e autores brasileiros que seguem estes mesmos pressupostos como Diana Vidal, Luciano Mendes de Faria Filho e Ana Cristina Mignot. Dos autores que discutem a memória no Brasil, trazemos sobretudo aqueles que dialogam com o campo da museologia como Mário Chagas e Ulpiano Bezerra de Menezes. Ainda dentro da discussão sobre memória, buscamos apoio teórico em Pierre Nora, Jacques Le Goff e M. Pollack. Sobre a questão da memória nos arquivos públicos apresentamos as discussões dentro do campo da arquivologia suscitadas por José Maria Jardim. A dissertação se propõe uma reflexão sobre a questão da construção desta memória no espaço educacional e sua ausência de fontes devido ao alto grau de destruição em arquivos e objetos escolares, testemunhas do cotidiano e das práticas diárias. Buscando cartografar as caixas-arquivo de quase sessenta anos de história da educação municipal, a dissertação procura compreender as operações de memória e seus vínculos com o poder constituído, nas decisões sobre o que guardar e o que eliminar em um arquivo de órgão gestor de educação. Da mesma forma, através de um mapeamento deste arquivo, o presente trabalho busca localizar os sujeitos em diálogo com a Secretaria de Educação ao longo das gestões municipais, bem como questionar os sujeitos ausentes neste mesmo diálogo.

Palavras-chave: Arquivos Públicos; Arquivo Escolar; Educação; Memória; .

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to investigate and analyze the constitution of the body which the Department of Education of Juiz de Fora archive is constituted, through its voices and silences, presences, and absences during the period from 1938 to 1996. For this analysis we have as a historic contribution the periods of time concerning the national situations related to the public policies of education and municipal administrations, conceivers of the public policies that are responsible for the education format in the city and for the own archive format which comes from it. As reference, we use authors from the School Culture such as Dominique Julia e Antonio Viñao and Brazilian authors which follow the same thoughts as Diana Vidal, Luciano Mendes de Faria Filho e Ana Cristina Mignot. Among the authors who discuss the memory in Brazil, we bring especially those who dialogue with the museum sciences field as Mário Chagas e Ulpiano Bezerra de Menezes. Still within the memory discussion, we seek theoretical support in Pierre Nora, Jacques Le Goff and M. Pollack. About the question of the memory in the public archives we present discussions within the field of archival brought up by José Maria Jardim. The paper proposes a reflection on the issue of the construction of educational space and memory in the lack of sources due to the high degree of destruction in school files and objects, witnesses of everyday life and everyday practices. Seeking to chart the file boxes of almost sixty-year history of the municipal education, the paper seeks to understand the operations of memory and its links with the established power on decisions about what to keep and what to delete in a educational manager body archive. Likewise, by charting this archive, this work aims to find the subjects in dialogue with the Department of Education over the municipal administration, as well as questioning the absent subjects in this dialogue.

**Keywords:** Public Archives; School Archives; Education; Memory; Power.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

FIGURA 1- ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (PARTE 1).....	65
FIGURA 2- ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (PARTE 2).....	65
FIGURA 3- ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (PARTE 3).....	66
FIGURA 4- RELATÓRIO DE TRABALHO.....	73
FIGURA 5- RELATÓRIO DE TRABALHO REALIZADO NO ARQUIVO MORTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO .....	75

### QUADROS

QUADRO 1- DOCUMENTOS E TEMAS A INVESTIGAR .....	117
---	-----

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1- O SUJEITO PROFESSOR.....	109
TABELA 2- O SUJEITO ALUNO.....	111
TABELA 3- O SUJEITO DIRETOR ESCOLAR.....	113
TABELA 4- O SUJEITO ESCOLA.....	114
TABELA 5 - O SUJEITO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	115

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- NÚMERO TOTAL DE CAIXAS POR ADMINISTRAÇÃO .....	69
GRÁFICO 2- COMPOSIÇÃO DO ARQUIVO- ESTADO NOVO E PERÍODO POPULISTA (PARTE1) .....	71
GRÁFICO 3- COMPOSIÇÃO DO ARQUIVO- ESTADO NOVO E PERÍODO POPULISTA (PARTE 2).....	72
GRÁFICO 4- COMPOSIÇÃO DO ARQUIVO- PERÍODO MILITAR.....	72
GRÁFICO 5- VOLUME DOCUMENTAL POR SUJEITOS.....	107
GRÁFICO 6 - VOLUME DE DADOS POR PERÍODO- PROFESSORES .....	109
GRÁFICO 7- VOLUME DE DADOS POR PERÍODO- ALUNOS .....	111
GRÁFICO 8 - VOLUME DE DADOS POR PERÍODO- DIRETORES .....	113
GRÁFICO 9- VOLUME DE DADOS POR PERÍODO- ESCOLAS .....	114
GRÁFICO 10- VOLUME DE DADOS POR PERÍODO- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	116

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 ARQUIVOS: DE ARCHEION AOS ARQUIVOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL.....</b>	<b>31</b>
2.1 OS ARQUIVOS PÚBLICOS E O ESTADO NO BRASIL: SISTEMAS, PROBLEMAS, ENTRAVES E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	41
<b>3 GUARDANDO PARA NÃO ESQUECER: A MEMÓRIA ARQUIVADA.....</b>	<b>53</b>
<b>4 ARQUIVOS ESCOLARES, CULTURA ESCOLAR E SENTIDOS DO DOCUMENTO DO ARQUIVO: UMA PROPOSTA INTERPRETATIVA .....</b>	<b>88</b>
4.1 ENTRE SUJEITOS E GESTÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS: O ARQUIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA, SUAS MEMÓRIAS, SEUS ESQUECIMENTOS.....	101
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>119</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>123</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Era fevereiro de 1991. Eu acabara de entrar no curso de História, na UFJF, para o qual tinha me decidido precocemente, já na 5ª série, quando tomei gosto pelos homens e seu passado, através de uma professora de história. Ainda estava um tanto embriagada com a novidade. Havia terminado o curso de magistério e fazia uma espécie de experiência com alunos da educação infantil, em uma escola tradicional da cidade, mas desejava trabalhar formalmente, preferindo, se possível, continuar naquela ambiência escolar para a qual havia me qualificado e que, afinal, havia me possibilitado encontrar novamente meu prazer em estar na escola. A oportunidade surgiu em uma convocação para auxiliar de secretaria em uma escola estadual. Não era bem aquilo a que me havia proposto, mas me atendia em alguns pontos. O detalhe em toda essa história é que aquela escola tinha sido a minha iniciação na vida estudantil; estive lá da educação infantil até a antiga 4ª série. Uma enxurrada de sensações e lembranças me sobreveio quando entrei naquele espaço para a designação. Tudo me era estranhamente familiar, ainda que distante. No final do processo, fui escolhida para o cargo de auxiliar de secretaria com o qual teria que conciliar o curso de História diurno, e foi uma experiência realmente impactante para uma garota de 18 anos que iniciava ali sua vida adulta.

Neste momento, ainda que de forma incidental e não propriamente resultado de uma reflexão racional e pretendida, diante das circunstâncias de um momento de vida profissional, inicia-se um movimento de aproximação com um universo temático com o qual nunca deixarei de ter contato nos anos seguintes de trabalho em escolas que ganhou corpo nesta dissertação de mestrado: a problemática dos arquivos escolares.

Nos primeiros dias de trabalho, ainda na adaptação do que deveria ser feito, me chamaram a atenção os armários de arquivo de aço da sala da secretaria. Eram três aproximadamente. A curiosidade da incipiente historiadora e da antiga aluna da Escola Estadual Professor Quesnel fez com que, na primeira oportunidade, eu fosse checar o conteúdo daqueles cofres fechados à chave. Arquivos fechados à chave trazem uma imagem muito emblemática a um olhar mais sensível e atento porque falam de um lugar do sagrado e, ao mesmo tempo, engessado, ou como nos diria, em outras palavras, o poeta Antônio Cícero:

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la/ Em cofre não se guarda coisa alguma/Em cofre perde-se a coisa a vista/ Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado (p.4, 1996).

E o mais intrigante e interessante nesta história é que esta não seria a única vez em que me depararia com arquivos fechados à chave em minha relação profissional na área da arquivologia, o que iria me sinalizar não só para o engessamento como também para o empoderamento sobre as fontes, pois memória é poder. Sobretudo quando nos referimos a arquivos da educação, a ideia de arquivos cofre nos soa obsoleta pois nos remete a uma imagem de um passado registrado e cristalizado, hermético ao entendimento de que arquivos, de um modo geral e mais especificamente os arquivos de educação, dos quais trataremos aqui, podem estar abertos à possibilidade de construção pedagógica e à vida pulsante da sala de aula, o que ultrapassa os limites da escrituração puramente administrativa.

No arquivo escolar, que foi minha iniciação no universo das fontes da educação, o que encontrei de imediato foram as pastas individuais de alunos do arquivo permanente. Comecei então a vasculhar algumas delas na tentativa de entender como aquilo ali funcionava e o que a escola guardava daqueles para os quais era o seu objetivo de existência. Iniciei aquela investigação, obviamente, pela minha pasta. Na ansiedade de descobrir o que de minha passagem pela escola havia ficado ali, qual não foi minha surpresa ao constatar que naquela pasta havia apenas um antigo boletim. Somente. Em cerca de sete anos de escolaridade naquela escola, o que restou na pasta de documentos individuais foi apenas um boletim. Nas outras, nada de muito diferente do que encontrei na minha: restos de um passado muito mal contado. Que estranho arquivo permanente era aquele? Mal sabia eu que, naquele misto de decepção e indignação, desenhava-se lá, naqueles idos de 1991, um desejo de pesquisa. Sabia menos ainda que aquele arquivo se encontrava em situação não diferenciada frente a outras realidades com a quais viria a me deparar posteriormente.

O universo educacional (e suas materializações) é aquele em que, se tratando da guarda e preservação documental, mais tende ao descarte e à destruição. As escolas e os órgãos gerenciadores de educação voltam-se ao futuro, ao vir a ser, deixando suas memórias e história serem produzidas a partir de sobreviventes de restos e cacos materiais, que, embora servindo a este propósito, poderiam ter um alcance mais poderoso e profundo diante da materialidade dos objetos e documentos testemunhos da prática educacional. Na esteira das reflexões sobre a materialidade,



a memória e o esquecimento na construção da memória escolar, nos ancoraremos, para esta dissertação, em alguns autores basilares no campo da educação e da cultura escolar e que têm a discussão sobre as fontes escolares como ponto fundamental de suas discussões como Dominique Julia, Diana Vidal, Luciano Mendes Faria Filho, Maria João Mogarro. Autores que discutem a questão da memória e seus vários e amplos desdobramentos também serão fundamentais para este estudo tais como, Jacques Le Goff, Pierre Nora, M. Pollack. Do campo da museologia, trago fortes influências sobre a reflexão entre memória, esquecimento e poder relacionados às fontes, como Mário de Souza Chagas, Ulpiano Bezerra de Menezes, Francisco Régis Ramos e Regina Abreu. Dialogando com autores da Cultura escolar, dos quais são a matriz, trago autores da história cultural, como Roger Chartier e Carlo Ginzburg. Buscando a reflexão em torno da questão das políticas públicas de arquivo no Brasil, localizando, sobretudo, a problemática do Estado em relação à documentação por ele produzida, trago como referencial teórico José Maria Jardim. Discutindo os arquivos permanentes, seus entraves, problemas e possibilidades, trago, como leitura, Heloísa Liberalli Bellotto.

Ainda em meados do ano de 1991, houve uma seleção de estágio para o Museu Mariano Procópio, com o qual tinha tido apenas relações de infância, sobretudo com o parque. A possibilidade de conhecer as entranhas daquela instituição, estando no curso de história, me instigou a tentar a seleção. Fui selecionada para o arquivo histórico no qual trabalhei um ano como estagiária e dois anos como auxiliar de arquivo, contratada pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), conciliando, então, o estágio com meu cargo de auxiliar de secretaria o qual passou para a noite. Essa experiência foi um marco divisor em minha vida acadêmica, na minha experiência profissional e como pessoa. Ali, naquele momento, em uma das instituições de memória de referência na cidade, como mais tarde, no ano de 2002, vai expor o museólogo Mário Chagas, sobre instituições de memória, pude sentir ainda, com toda minha inexperiência, o quanto memória e poder se entrelaçam, construindo e desconstruindo suas teceduras.

O arquivo histórico do Museu Mariano Procópio era um típico arquivo abrigado em um museu histórico, formado por coleções de documentos que, naquele caso, não provinham de um conjunto administrativo orgânico gerador deles, como é comum aos arquivos de empresas e de órgãos públicos, mas do desejo de memória de um colecionador, bem fruto do século XIX, o herdeiro de Mariano Procópio Ferreira Lage,

seu filho, Alfredo Ferreira Lage. Durante três anos, lidei na seara de higienizar, organizar, catalogar documentos incomuns, sacralizados pela história oficial, e expostos, muitas vezes, como objetos de curiosidade do acervo. Organizei, também, a hemeroteca pertencente ao arquivo, contendo jornais que iam desde o final do século XIX, e participei da organização de coleções doadas ao Museu após a morte de seu fundador, como a de um de seus conselheiros, Henrique José Hargreaves. Olhar o passado por aquelas frestas permitiu-me uma experiência com a história que poucas pessoas teriam condições de ter. Hoje, no entanto, olhando em retrospectiva, percebo a relação fortemente canônica que mantinha com aqueles documentos, influenciada, talvez, pela própria áurea que circundava a instituição. Percebia aquele arquivo, assim como todo o resto, como um relicário. É como se a intenção de memória, forjada ainda no século XIX, concretizada no início do século XX e marcada pelos valores positivistas e nacionalistas/monarquistas de Alfredo Ferreira Lage e que vigorava em um contexto maior, importado sobretudo da Europa, fazendo parte dos projetos de memória das nações europeias, permeasse as relações com aqueles objetos representativos de uma época. Nesse contexto de afirmação nacional, por intermédio da memória inventada através do patrimônio, encontram-se também os arquivos como substratos parceiros desse processo, ou seja, através do documento buscava-se criar o ideal de nação que se desejava possível. Portanto, ainda neste momento, minha visão de patrimônio histórico estava atravessada pela questão dos lugares sagrados de memória, ou seja, havia os cultos e privilegiados, que tinham acesso aquele tipo de bem, e o dever de quem nele trabalhava era levar, divulgar aquela cultura e aquele mundo maravilhoso de conhecimento. Visão que certamente não era só minha, naquele momento e naquele espaço.

No ano de 1996, fui aprovada no concurso da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora para o cargo de professora de História. Embora naquele momento não estivesse imbuída dos sentidos da pesquisa sobre arquivos e fontes da educação, não passou despercebida a questão da guarda documental nas escolas da rede municipal, uma vez que passei por muitas delas nos dez anos de exercício do magistério. O que pude apreender desta experiência é que enquanto alunos e professores continuavam vivenciando práticas pedagógicas materializadas naquilo que produziam em sala de aula, a escola seguia na trajetória de ir apagando os rastros destas vivências, pois que seus arquivos refletiam apenas a sua estrutura administrativa, sonogando à comunidade e aos futuros pesquisadores a possibilidade de conhecer toda a riqueza

e a densidade da vida que ali pulsava. Por outro lado, pude verificar, também, o quanto os professores guardavam pouco ou nada da sua prática; inclusive me insiro como parte desta estatística, ao perceber, hoje, o quanto tenho de registro de minhas práticas docentes. Minha percepção cotidiana estava longe de ser um caso isolado ou mesmo fruto de um país cujo senso comum acostumou-se a enxergar como sem memória. Dominique Julia nos coloca, em investigação feita na França, em relação aos exercícios e atividades feitos pelos alunos que possam remeter à questão dos resultados, aqueles que sobrevivem são em número ínfimo:

Es preciso, de entrada, subrayar una paradoja bien conocida: los ejercicios o trabajos de alumnos que se han conservado se encuentran en una relación inversamente proporcional al conjunto de los deberes realizados y, seguramente, nos há llegado menos del 0,1 por 100 de dichos trabajos (...) (JULIA, p. 72, 2000).

Em 2006, fui convidada a assumir, no Museu Mariano Procópio, por conta ainda da minha atuação anterior como estagiária e auxiliar no arquivo histórico as três áreas de atuação em registros documentais sobre papel do Departamento de Acervo Técnico da recém-fundada MAPRO. Os três setores que ficaram sob minha responsabilidade única e exclusiva foram: a biblioteca que abriga inclusive obras raras e a coleção pessoal do fundador do Museu; o arquivo histórico formado por coleções documentais bem ao gosto do século XIX e coleções posteriores à morte de Alfredo Ferreira Lage; e o arquivo fotográfico que abriga uma coleção riquíssima de fotos desde os primeiros daguerreótipos do século XIX.

Todos estes setores trazendo a marca do relacionamento da família Ferreira Lage com a família imperial e com os laços que configuravam o poder naquele século e dialogando, deste lugar, com todo o acervo, embora o Museu continuasse aceitando doações após a morte do doador, ou seja, continuava havendo uma coerência na aceitação das doações que coadunavam com a vontade de memória de Alfredo F. Lage, mesmo nas doações posteriores a ele.

Essa volta ao museu e a minha saída de sala de aula serão revolucionários em minha vida profissional porque, além da MAPRO estar em um momento de total reformulação e discussão interna, inclusive no que se referia à questão da educação patrimonial e até na parte física da instituição, que estava sendo reformulada, o meu olhar também era outro. Pensar o acervo de outra maneira; participar das discussões sobre o acesso a ele escrever sobre este acervo para um livro; ter uma noção de conjunto sobre os setores para os quais trabalhava a partir de leituras teóricas;

participar do curso de arquivos do IEB/USP por uma decisão conjunta com a direção da MAPRO; participar do próprio processo de constituição da fundação; participar das atividades desenvolvidas para o público ainda que como observadora, tudo isto foi profundamente transformador para aquilo que eu buscava refletir sobre as relações entre patrimônio, memória e poder.

Foram dezesseis intensos meses de reflexões e mudanças. E arquivos e patrimônio, de uma forma geral, nunca mais serão os mesmos para mim. Nem o serão para os meus alunos, quando um dia eu voltar à sala de aula. A Terra estava deslocada de seu eixo no que tangia a conceitos por mim internalizados e cristalizados, o que seria fundamental para as atividades que iria desenvolver posteriormente.

O conceito de museu e de patrimônio que se desenhava em mim seria profundamente profícuo para o período em que iria trabalhar na Secretaria de Educação. Ou como nos afirmam Chagas (2008), autor a quem recorrerei muitas vezes no decorrer do texto, sobretudo no que tange à questão referente à memória e esquecimento, Bezerra e Benchetrit sobre a questão dos museus e que eu estendo à questão dos arquivos:

O discurso de que vivemos em sociedades plurais, multiculturais, em que prevalece a diversidade de etnias, culturas, gêneros e outros condicionantes socioculturais, e o reconhecimento de que as relações de poder assimétricas legitimam padrões culturais hegemônicos colocam reflexões acerca da incorporação de vozes silenciadas em práticas e discursos que visam à superação das desigualdades. Parte-se do pressuposto que a pluralidade cultural é uma riqueza a ser conservada. Todavia, ainda que ao legado patrimonial dos diferentes grupos sociais sejam atribuídos valores, apenas uma parcela é preservada em museus de caráter nacional como dispositivo estratégico para representação de tradições culturais e construção de uma determinada ideia de nação. Por mais óbvio que seja, é importante repetir: os museus são caricaturas da realidade e não a realidade. Eles são projetos políticos e poéticos (CHAGAS, BEZERRA, BENCHETRIT, p. 12-13, 2008).

Em agosto de 2007, em retorno às minhas atividades na Secretaria de Educação como professora, depois de um processo tumultuado e dolorido de desligamento das atividades nos arquivos da MAPRO, sou surpreendida com um convite feito pela chefe do Departamento de Gestão e Assistência a Docentes e Discentes, Nivalda

Barbosa Hudson, para assumir o trabalho de organização, ainda incipiente, do arquivo da Secretaria, que havia sido iniciado no ano anterior. Aceitei o convite, muito

embora sem saber ao certo do que se tratava o novo trabalho, sem saber, sequer, como acredito que a maioria dos professores da rede municipal, que a Secretaria possuía um arquivo permanente. Aliás, parece-me que os arquivos passaram a assumir, nos diversos órgãos dos quais fazem parte, esta característica silenciosa como parte de suas funções; parece mesmo que adotaram uma postura de um adendo, um anexo, um estar para não incomodar. Porque, na verdade, um arquivo incomoda. E muito. Sob diversos aspectos.

Estando em contato com o acervo em organização, pude perceber a diferença abissal entre aquele acervo e o que estava tão familiarizada no Museu Mariano Procópio. Em primeiro lugar, porque a massa documental que se encontrava acumulada, parte na sede da Secretaria de Educação, na antiga Fábrica Bernardo Mascarenhas, e parte em um almoxarifado na Prefeitura, contava uma história administrativa, tinha uma característica notadamente orgânica e com um produtor único e reconhecido.

Como o arquivo já havia passado por outras pessoas que tentaram organizá-lo e por movimentos de descarte não registrados, a partir da década de 80, o caminho escolhido pelas duas pessoas responsáveis anteriormente a mim, a partir de 2006, foi o de fazer a higienização, organização e levantamento total dos documentos existentes, trabalho ao qual dei continuidade. Uma das primeiras coisas a me chamar a atenção, logo que cheguei ao galpão do almoxarifado, para onde tinha sido deslocada a documentação que, pelo que pude apurar, encontrava-se, até 2005, na antiga sede da Secretaria de Educação, no Cesporte, bairro Santa Terezinha, foi a situação de abandono e descaso aos quais aquela massa documental havia sido submetida.

Era um emaranhado de caixas arquivo, amontoadas sem qualquer critério e expostas a qualquer tipo de risco e degradação, já que o local era impróprio para aquele fim. Muita sujeira, poeira, caixas que, em virtude da destruição causada pela mudança, abriam-se e deixavam documentos apartados de sua origem, Era um cenário impressionante e desolador, reflexo da ação de um estado absolutamente negligente ou mesmo desertor na ação de preservação de sua própria documentação. Encontravam-se ali décadas de documentação de um órgão gerenciador da educação municipal que não havia, naqueles anos de existência, sequer se aproximado, com intenção formalizada dentro do quadro das políticas públicas, da questão da preservação de sua memória e história.

E mesmo no que dizia respeito à ação administrativa, mostrou-se displicente e desinteressado. Olhar o arquivo como um incômodo era mais confortável e menos trabalhoso, intenção e ação estas que por si só eram portadoras de indícios de desejo de apagamento de uma determinada memória.

Através do levantamento em documentos do próprio arquivo, pude constatar que havia acontecido uma tentativa de intervenção de uma funcionária reabilitada ou em desvio de função, que buscou recuperar, higienizando e etiquetando novamente as caixas arquivo, ainda da década de 90, quando se encontravam em total estado de deserção, comungando seu destino com ratos, baratas e toda sorte de insetos, além das goteiras e umidade do local onde estas caixas se encontravam na antiga sede da SE, no bairro Santa Terezinha.

Esta funcionária realizou pelo que pude levantar no arquivo, um trabalho solitário e com pouquíssimos recursos da própria SE. A necessidade comprobatória dos documentos e a demanda externa e interna foram o mote para aquela primeira organização. Não havia naquela ação a tônica da preservação histórica, pelo menos no que se pode depreender dos registros arquivados sobre a história do arquivo da SE e que são diminutos.

Com a saída da funcionária, o arquivo volta ao seu estado de espaço incômodo na SE e o acesso à documentação torna-se livre, o que irá ocasionar nova desorganização e perda de fontes. Percebe-se aí, tristemente, que muitas vezes as ações de preservação em arquivos da educação e em outros estão ligadas a indivíduos, que, sem apoio do poder público, conseguem manter os lastros de seu projeto e de suas intenções por determinado tempo, vinculado ao seu tempo de atuação, mas que com o seu desligamento acabam perdendo o conquistado até então.

Na virada dos anos noventa para dois mil, a SE foi transferida do bairro Santa Terezinha para o centro da cidade, mais especificamente para a antiga fábrica Bernardo Mascarenhas, marco da luta pela preservação patrimonial na cidade, na década de oitenta; mas o arquivo permanece na antiga sede o que mais uma vez provocará a desorganização e perda documentais. Levar esta massa disforme para a nova sede não parecia ser muito viável, dada a grande quantidade de caixas. Em 2005, então, elas são transferidas para o almoxarifado da SE, local onde são alocados todos os materiais comprados para as escolas, além de uma oficina de marcenaria. Foi em meio a esta ambiência que o trabalho de reorganização do arquivo foi iniciado.

Havia um diferencial nesta segunda tentativa, três profissionais da História, em tempos distintos, se tornaram responsáveis pelo processo, o que, talvez, pela formação destes profissionais, tenha dado um caráter que ultrapassava o da organização somente administrativa do arquivo.

Na prática diária de atuação junto ao trabalho dos estagiários, pude perceber lacunas temporais enormes nas caixas arquivo que sobreviveram aos descartes e ao descaso; não havia compreendido ainda que arquivos são em si lacunas pulsantes. Em uma das caixas encontrei dois livros pertencentes à Inspeção de Ensino/Diretoria de Educação, um que trazia Atas de Resultados Finais das Escolas Municipais e o outro fazia um levantamento do pessoal administrativo, ambos com datas iniciais de 1938 e final na década de sessenta. Fora estes dois registros, o arquivo não possuía nada anterior a 1969, o que me causou certo assombro, porque havia informações sobre a educação municipal presentes desde meados do século XIX na cidade. Mais tarde pude pesquisar que a documentação da SE, até 1930, encontrava-se no Arquivo Histórico da cidade, reunida em sete caixas arquivo, também com um perfil de documentação administrativa.

Mas aquela sensação da pasta individual que quase nada contava sobre minha vida escolar na escola pública na qual estudei, tomou-me de assalto novamente, no entanto viria, agora, com o corpo de historiadora que já havia experimentado os fornos de olaria presentes nas instituições de memória e que acabam por forjar o barro de quem nelas trabalha e conhece a força dos embates entre memória, esquecimento e poder. Instituições estas que acabam por fornecer, muitas vezes, material para a fabricação do passado através da história oficial e para o enquadramento desta mesma memória, que se torna, por este caminho, canônica. Pollack nos expõe a questão do enquadramento da memória e da naturalização criada em torno de museus, bibliotecas e afins:

Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas, etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos. Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade (POLLACK, p.10, 1989).

O texto de Pollack pode direcionar-nos a desdobramentos que atingem as fontes educacionais, pois nos leva a crer que há um discurso também construído ao longo do tempo, no universo da educação, que não abarca os muitos conflitos, interesses e efervescências internas. Discurso que muitas vezes parece prescindir de suas fontes, uma vez que as encontra quase sempre destruídas, ou que parece se alimentar mesmo daquelas poucas que escolheu para contar parte da história. O que já nos aponta para várias operações de memória.

No órgão de trabalho com a história e a memória da educação municipal em Juiz de Fora, na primeira semana de trabalho no arquivo, eu tinha uma ideia meio nítida, meio nebulosa de que aquele arquivo podia se tornar um objeto de estudo. Na esteira de buscar o esclarecimento sobre a formação daquele espaço, fiz uma proposta à chefe do DGADD de que nós buscássemos a história da Secretaria de Educação para um possível artigo, o que foi de imediato aceito. Eu estava interessada na memória daquele espaço e no que dela se configurou no arquivo. Mais uma surpresa: na própria Secretaria de Educação não se encontravam registros de sua história. Não havia nada escrito sobre o percurso daquele órgão, que existia como parte do organograma municipal desde 1969, mas cujas origens remontam ao ano de 1857, quando não possuía ainda esta identidade, mas sim as funções dentro do ensino municipal.

Com o andamento dos trabalhos de higienização e organização das mais de 2000 caixas pertencentes ao temido “arquivo morto” da Secretaria de Educação, em 2008, e a descoberta de outras espécies de documentos, como as mais de 2.500 fotografias encontradas em meio às caixas, uma ideia ia tomando corpo com o sopro da história da SE que eu havia tentado levantar: e se, a partir do arquivo, a SE buscasse unir sua história com a história das escolas da rede e pensasse então na concretização de um centro de memória da educação municipal? Esta ideia, bem aceita pela chefia do departamento e levada à Secretária de Educação, causou um movimento importante para o arquivo dentro da SE.

Foram envolvidos outros departamentos, sobretudo o DGE que tinha Antônio Carlos Siqueira Dutra como chefe e que muito colaborou para o projeto, e até outras instituições como a MAPRO, através da chefe do Departamento de Difusão Cultural, Carina Martins Costa, que trouxe discussões e apoio fundamental naquele momento de discussões. Em reuniões que se tornaram frequentes diante das demandas de



andamento do projeto, discutíamos as questões relativas ao arquivo e à constituição de um futuro centro de memória da educação municipal. A partir delas, foi decidido que faríamos um levantamento junto às escolas municipais quanto aos seus arquivos e a própria memória de si que guardavam. Foram enviados questionários que deveriam ser respondidos pelos responsáveis pelas escolas (diretores e vice-diretores) ou pelos secretários, que são quem mais dominam os arquivos. Ficou decidido também que eu visitaria algumas escolas para conhecer *in loco* seus acervos e seus objetos de memória.

Todo este levantamento foi importante para que conhecêssemos um perfil da SE e das escolas que não tinha sido objeto de estudo anterior, como veremos adiante. Afora a questão do levantamento em si, causou estranheza e curiosidade a movimentação em torno do arquivo, seja na SE, seja nas reuniões de diretores e coordenadores. O setor incômodo mostrava outras vozes e outras nuances de conhecimento sobre o lugar de trabalho e de reflexão de tantos ali.

Ainda em 2008, tive a oportunidade de participar de um Encontro de Museus e Arquivos Escolares, em Curitiba, o que me dimensionou o movimento de memória dentro da educação no Brasil e o quanto ele estava ganhando espaço e voz nas instituições de ensino. Ali, no contato com colegas do Brasil todo, pude, inclusive, expor questões do arquivo da SE que me possibilitaram novas reflexões. A respeito da questão dos arquivos na pesquisa educacional, nos diz Maria João Mogarro:

A Atenção que os historiadores da educação crescentemente vêm atribuindo aos arquivos escolares radica numa atitude de diálogo plural, em que a questão das fontes de informação emerge como uma prioridade no quadro teórico-metodológico da história da educação e da história cultural. Torna-se urgente localizar, sistematizar, organizar e divulgar essas fontes, problematizando-as e validando-as, de forma que elas possam alimentar os novos temas e objectos de estudo incluídos no campo científico da história da educação: os alunos, nas suas especificidades ( com a atenção renovada que tem sido dada à infância), os professores e a profissão docente, a formação de professores, as instituições escolares, a educação não formal, as questões de género, os públicos escolares minoritários, os quotidianos escolares, os saberes pedagógicos, a circulação e a apropriação de modelos culturais e as formas que os veículam. Essas temáticas pressupõem a utilização de abordagens adequadas, o reforço das relações interdisciplinares que os historiadores da educação têm vindo a desenvolver. Hoje, eles têm à sua disposição um vasto leque de instrumentos metodológicos para colocar a serviço das suas pesquisas e estudos (MOGARRO, p. 88, 2005).

Com o desenvolvimento do projeto do centro de memória da educação, das leituras que fazia e os contatos que ia mantendo, a ideia de um projeto acadêmico que abarcasse o arquivo da SE e das escolas da rede municipal ia ganhando força e se adensando em mim. Naquele momento, em 2008, já participava do grupo de estudos Cronos – História Ensinada, Memória e Saberes Escolares, coordenado pela professora Sônia Regina Miranda, no PPGE/UFJF, onde já havia também tido a possibilidade de ampliar minhas leituras, além de poder expor questões concernentes ao próprio arquivo.

A participação no grupo foi fundamental para que eu me decidisse a fazer o mestrado em educação, embora não tivesse clara a questão que envolvesse o meu objeto e as questões próprias da educação, tão atravessada estava pelas questões da história e, sobretudo, da arquivologia, que haviam ganhado força e espaço por conta das demandas do arquivo da SE e do curso que havia feito no Instituto Estudos Brasileiros/USP. O eixo Memória-Arquivologia-Educação estava claro no meu projeto, embora, com o andamento da pesquisa, a balança pendesse sempre em direção às duas primeiras sem que eu me desse conta, ou que, ao contrário, eu naturalizasse tanto esta opção que nem percebesse a armadilha.

Queria discutir as vozes e os silêncios do arquivo, o lembrado e o esquecido, as relações de poder nele contidas do ponto de vista da gestão de arquivos. Mas a questão sobre a educação e este arquivo não aparecia, ou como era um arquivo de educação, para mim ela estava posta, quando o assunto era mais complexo.

Levei para minha qualificação, em maio de 2010, dois capítulos e uma introdução, o que eu julgava ser meu trabalho. Discutia ali, chamando para este debate, sobretudo autores da arquivologia e da museologia, a questão dos arquivos de uma forma geral, dos arquivos no Brasil e da memória relacionada com estes arquivos. O meu olhar, o meu faro de pesquisa e a minha prática de trabalho estavam, naquele momento, fortemente marcados pelo elo com o campo da arquivologia.

As minhas perguntas e problemas emanavam deste campo e eu procurava, então, preencher minhas próprias lacunas - embora trabalhasse em um arquivo educacional e pesquisasse sobre ele - com questões muito específicas da área, como a criação de tabelas de temporalidade, por exemplo. E essa intencionalidade de pesquisa se entrelaçava com meu trabalho braçal e diário na SE. Eu enxergava minha dissertação como enxergava o próprio arquivo. Pretendia estabelecer, no 3º e no 4º capítulos a serem escritos, uma ponte com o meu caso de estudo, permeado pela

discussão sobre as políticas públicas que envolviam os arquivos no Brasil, as políticas públicas de arquivo em Juiz de Fora, traçando um paralelo com a criação oficial do arquivo histórico na cidade, em 1969, submetido a SE, e as tentativas de implementação de leis que criassem um sistema de arquivo na cidade.

Como o arquivo da SE fazia e faz parte deste conjunto, desta orquestra burocrática e administrativa, discutindo o todo, pensava eu que chegaria ao meu objeto. A discussão sobre memória da educação viria no final fechando o trabalho. E a banca, composta pelas professoras Sônia Regina Miranda e Júnia Sales, me expõe a questão ou a falta dela: onde entra a discussão sobre a educação no seu trabalho já que você está em um programa de pós-graduação em educação? Precisei dormir muitas noites com essa pergunta para reformular as rotas do trabalho. Faltava-me uma questão que fosse capaz de me guiar e conduzir para uma pergunta no campo educacional.

A indicação de autores, principalmente aqueles ligados à História Cultural e à Cultura Escolar, vinda em um momento de maior maturidade, deu nova consistência às questões de fundo da pesquisa que começavam a se desenhar melhor. E esta mudança traria reflexos indeléveis também para minha prática no arquivo da SE.

O trabalho no arquivo havia avançado a passos largos desde 2008, quando conseguimos transferir todo o acervo permanente do almoxarifado para a Secretaria de Educação no Espaço Mascarenhas, formando então uma unidade documental e espacial que, naquele momento, foi fundamental para que geograficamente o arquivo passasse a ser visto e reconhecido, além da melhora das condições de guarda.

Em 2009, conseguimos trazer para o organograma da SE, através do recém-criado Departamento de Gestão da Informação, a Supervisão de Arquivos e Memória, o que dará um *locus* não só geográfico como também político ao arquivo. Toda esta movimentação, além de uma recente mudança para uma sede própria, foi bastante produtiva em relação aos rumos que iria tomar minha dissertação de mestrado em finais de 2010, princípio de 2011.

Quando consegui alargar a vista para além das questões da arquivologia, desconstruir uma série de paradigmas e enxergar o potencial interpretativo que o arquivo me possibilitava, permiti-me realizar um esforço hermenêutico no sentido de vislumbrar as pistas daquilo que foi cartografado através de levantamentos feitos sobre as caixas arquivo.

Entender as frequências e as lacunas presentes na documentação levantada, através dos sujeitos que fizeram parte daquele processo educacional durante sessenta anos, trouxe então a possibilidade de desvelamento de algumas questões de fundo, agora sim com sentido pertinente e voltado à educação.

No final de 2010, com a mudança de orientação e de linha de pesquisa, quando deixo a linha de gestão e abraço a linha de linguagem, o trabalho toma novos contornos e as questões que o permeiam tornaram-se mais claras: em um arquivo que é em si lacuna, o que se fez voz e o que se fez silêncio em sua constituição ao longo do tempo? Quem são os sujeitos que falam e quem são aqueles que não estão representados no arquivo?

As operações de memória que elegem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido em um arquivo da educação. O papel de um arquivo de um órgão gestor da educação, fruto de momentos políticos diferentes e dependentes das gestões municipais dos quais faz parte, frente a arquivos escolares no que tange à preservação da memória da educação municipal. Os tipos de opção de guarda e de descarte feitos por este arquivo de órgão gestor na sua própria documentação. A memória que este órgão constrói de si.

Estas são proposições de objetivos temáticos que estarão subjacentes à grande tentativa de interpretação e cartografia do arquivo. Fizemos, então, a partir daí, o corte para que a pesquisa se focalizasse no arquivo da SE e seu acervo, excluindo os acervos escolares da rede em função da inviabilidade prática de sua execução, dado que esta rede comporta hoje mais de cem escolas. No entanto, o levantamento feito junto às escolas para o centro de memória da SE não será dispensado na análise, como veremos no capítulo 3. A participação no grupo de estudos Cronos foi de fundamental importância neste momento de retomada do caminho e de reformulação de questões, porque as exposições do tema acabaram trazendo novos prismas de visão e novas reflexões.

As questões levantadas visitadas por autores ligados à cultura escolar, mormente aqueles que dialogam com as fontes da educação e seus arquivos, deram novo impulso às reflexões feitas na pesquisa. Através do levantamento da documentação feita por número de caixas por gestões municipais e os sujeitos que destas gestões sobreviveram no arquivo, aliado às leituras sobre memória, história cultural, arquivo e educação, além da interlocução entre estas gestões e o processo de escolarização na cidade e a conseqüente mudança no perfil do próprio arquivo da

Secretaria de Educação, permitiram traçar um painel de um espaço de memória que é portador de silêncios e vozes frutos de lutas intestinas pela sobrevivência através de documentos escritos.

A opção por enxergar o arquivo da SE pelo ângulo dos sujeitos que conformaram as relações de um órgão gestor durante um período aproximado de sessenta anos transformou não só a forma do trabalho de pesquisa que estava em andamento, como também o próprio olhar sobre o acervo, sua guarda e até sobre a futura forma de salvaguardar os documentos. Os sujeitos construtores do processo educacional, estando ou não representados no arquivo, podem nos dizer muito dos caminhos, das eleições e das operações de memória feitas por aqueles que se responsabilizaram por ele.

Por outro lado, pensar o acúmulo documental de um arquivo educacional pela ótica da escolarização nos faz refletir sobre a representatividade da memória coletiva em arquivos institucionais, uma vez que ali se encontram registros de uma demanda unilateral administrativa, em que muitas vezes se perdem de vista os macroprojetos que deram origem àquela ordem burocrática, assim como também se perdem de vista os desdobramentos destes projetos através de outros documentos e artefatos de memória que poderiam ter uma grande potência para futuros estudos históricos e afins.

Os arquivos de educação não podem ser vistos apenas sob o prisma da arquivística que regula e normatiza a vida administrativa de outros setores da sociedade, porque arquivos de educação, sejam eles escolares ou de órgãos gestores, têm uma dinâmica própria que reclama uma política de arquivos específica e adaptada à sua realidade que garanta o acesso à cidadania e à preservação de uma memória a qual tem sido, ao longo do tempo, bastante desprezada no Brasil - a memória educacional. Conforme nos expõe Vidal a respeito das limitações da arquivologia tradicional em relação aos arquivos de educação, quando há algum diálogo entre elas:

Criada no fim do século XIX e dirigida principalmente para garantir o fluxo corrente de informações em empresas e órgãos públicos, a Arquivologia percebe o documento na sua importância institucional e legal. As tabelas de temporalidade que constitui pretendem assegurar sua vida pelo prazo necessário à função que o ocupa na hierarquia da instituição. Nesse sentido, o descarte se faz sempre que o documento perde a "validade". Preserva-se, em geral, um exemplo, quando os documentos são do mesmo tipo, toda a documentação que repõe a organização (organograma) e remete à constituição histórica da

empresa ou instituição, ou que informa sobre algumas de suas personagens principais (diretores, presidentes, dentre outros). A lógica é a da história política e econômica. Todo o cotidiano das relações pessoais estabelecidas tende a se perder (VIDAL, p. 38, 2001).

No entanto, os arquivos da educação nos falam de um outro *locus* e nos propõem novas questões a respeito de sua organização e preservação conforme considera Maria João Mogarro sobre os arquivos escolares:

A importância do arquivo na instituição escolar tem acompanhado a afirmação desta instituição como um microcosmo com formas e modos específicos de organização e funcionamento. As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola (MOGARRO, p. 73, 2005).

Não perdendo de vista o que nos propõe Mário Chagas (2008) de que todo museu é uma caricatura da sociedade que o gera, devemos suscitar também a mesma reflexão sobre os arquivos formados em escolas ou em instituições que têm a função de geri-las através de um poder central, ou seja, de que eles sejam um recorte da realidade educacional vivida, fonte de várias escolhas que certamente trazem em si o cerne de opções políticas. Ou como nos expõe, mais uma vez, Mogarro:

No seu conjunto, essas fontes de informação implicam ao investigador uma atitude necessariamente atenta aos contextos educativos e culturais em que foram produzidas e à seleção a que sucessivamente foram submetidas pelas gerações de actores sociais que as tutelaram, ocupando diferentes níveis de poder decisório sobre elas e sobre sua preservação ou eliminação. Em consequência, esses documentos constituem produções múltiplas, que reflectem a própria multidimensionalidade e complexidade das realidades escolares e formativas, assim como a diversidade e pluralidade de meios de intervenção dos agentes educativos (MOGARRO, p. 75, 2005).

Buscando alocar o arquivo da Secretaria de Educação de Juiz de fora como ponto de reflexão para o processo de escolarização na cidade, identificando-o como lacuna e como possível leitura de memórias ou como leitura de memórias possíveis nas entrelinhas do esquecimento, é que este trabalho usará dos recursos da cultura escolar e dos próprios documentos do arquivo para uma melhor compreensão da constituição da educação no município.

Através de um esforço de cartografia e interpretação dos documentos do arquivo da Secretaria de Educação de Juiz de Fora, esta dissertação buscará trazer à cena os sujeitos que construíram o processo educacional na cidade, do ponto de vista de um órgão gerenciador estatal.

Pretendemos que a discussão sobre este arquivo institucional abra campo a novas discussões entre seus congêneres e alimente com mais força o diálogo que hoje se trava a respeito da preservação das fontes educacionais e escolares, seja no que compete à própria memória preservada, seja no que compete às pesquisas tornadas possíveis.

A presente dissertação se propõe fazer um trabalho de exegese sobre o arquivo e não exatamente tomar uma ou mais fontes dele como objeto de estudo. Não temos a pretensão de executar uma pesquisa de interpretação da educação no município, mas estabelecer um olhar de síntese sobre a questão da guarda e da destruição no interior de um local de memória.

Este é um limite e ao mesmo tempo uma porta aberta deste trabalho que se ancora como possibilidade de abertura a outras pesquisas no campo da educação. A dissertação pretende, pois, constituir um esforço interpretativo sobre os naufragos sobreviventes de um grande processo de descarte e destruição documental, próprio de uma das instituições sociais que mais descarta suas práticas, descobertas, movimentos e histórias: a escola.

Neste movimento de interpretação que busca inserir-se nos diálogos entre lembrar e esquecer no interior de um arquivo de educação procuramos sistematizar os capítulos da presente dissertação da seguinte forma: o primeiro capítulo trará a discussão em torno da questão dos arquivos, buscando traçar um paralelo entre a etimologia da palavra e a trajetória dos arquivos no ocidente, sobretudo a partir do século XVIII, trazendo ao proscênio do diálogo o tema dos arquivos públicos no Brasil e sua relação com o Estado na composição dos lugares de memória, dando destaque à problemática dos arquivos em educação pública.

No segundo capítulo, a memória assume o papel de protagonista na discussão entre o lembrar e o esquecer presentes no interior dos arquivos de uma forma geral e nos arquivos da educação, trazendo o caso específico da Secretaria de Educação de Juiz de Fora para o centro do debate com o levantamento geral das fontes do arquivo nos sessenta anos presentes e, a partir dele, um mapeamento das frequências documentais ocorridas nas gestões municipais. A partir de um painel nacional,

buscaremos identificar momentos de maior e de menor frequências dos documentos no acervo, de acordo com uma periodização histórica estabelecida. Esta periodização nos permitirá entender momentos pelos quais passou a educação municipal dentro do processo de escolarização no país, atravessada pelos vestígios que guardou de si mesma em seu arquivo. As gestões administrativas serão a baliza para que se possa entender, em cortes temporais políticos, os movimentos de guarda e destruição dentro de um arquivo municipal de educação.

O terceiro capítulo busca discutir a dinâmica entre a salvaguarda e a destruição nos arquivos da educação, privilegiando os arquivos brasileiros e dando espaço à discussão sobre o guardar e o eliminar no arquivo da Secretaria de Educação, através do levantamento feito nas gestões municipais a partir de 1938, ano do documento mais antigo, e sua tipologia, abarcando a questão dos sujeitos em diálogo com este arquivo no interior das administrações municipais.



## 2 ARQUIVOS: DE ARCHEION AOS ARQUIVOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Organizar racionalmente, tornar visível, acessível, possibilitar o conhecimento de si mesma à sociedade que produz registros de sua passagem em determinado tempo e espaço. Este deveria ser um dos principais objetivos de todo arquivo que se pretenda preche de possibilidades. O texto que segue se desenvolverá, na primeira parte, traçando um paralelo entre o significado de documentos e arquivos na evolução da historiografia. Posteriormente buscará travar uma discussão dialógica sobre os arquivos públicos escolares no Brasil como campo problemático para se pensar a educação, seus embates, entraves e infinitas portas e janelas à pesquisa, à reflexão mais bem consubstanciada sobre práticas pedagógicas em uma perspectiva temporal dilatada e, sobretudo, à cidadania plena. Esta discussão faz muito sentido, ainda que não se tratando de arquivos especificamente educacionais mas nos voltando à questão da cidadania, se pensarmos em uma conjuntura da história do país como a atual, em que a temática dos arquivos volta ao proscênio dos debates, quando traz a problemática da abertura dos arquivos da ditadura militar, possibilitando o seu acesso não só a pesquisadores, como também a todos aqueles que deles puderem fazer uso.

A essência da palavra arquivo, com a intencionalidade de assim ser entendida, foi moldada pelos gregos na Antiguidade e, assim, *Archeion* designava o palácio do governo, setor de documentos, depósito de documentos originais. Conceito que muito se assemelha e se aproxima com o que o senso comum imagina hoje como *arquivo*. Não que os gregos tenham criado, com os seus *Archeion*, a prática da guarda de atos pelos documentos e através deles a perpetuação, pelo menos pretendida, do passado e da memória do contexto em que viviam. Os homens, no decorrer de sua trajetória na história, sempre deixaram suas pegadas, suas marcas, a marca de sua existência naquele tempo. O desejo humano é singular quando busca o registro de si e de suas ações, mais ainda quando, intencionalmente, guarda estes registros. Os motivos que levam à guarda podem ser tantos e tão variados quantos os desejos humanos. O que diferencia a ação de criação dos arquivos, desde os gregos, é a função da informação, seja para a sociedade, o Estado, governo, seja para bem mais tarde, principalmente pós século XIX, na construção do conhecimento histórico, os historiadores. É aquilo que Marc Bloch nomeia como “intenção da posteridade” (Bloch, p. 77, 2001).

Os arquivos trazem em si, portanto, desde suas mais remotas origens, a marca das escolhas. E estas escolhas nos dizem muito da história humana pós-escrita. O que se privilegiou guardar possui muitas vozes vivas, pulsantes, aguardando serem inquiridas para terem função na sociedade. O que se eliminou, o que se preferiu não guardar, o que se esqueceu, possui outras tantas vozes, capazes também de nos oferecer uma outra face da sociedade em questão. Vozes que aguardam inquiridores de coragem e abertura. Um arquivo traz, em suas veias, o que dele se fez lembrança e o que dele se fez esquecimento. E é melhor que não o vejamos como uma entidade morta, para nosso próprio prejuízo. O “Arquivo Morto”, hoje, já é um termo obsoleto pela sua total falta de sentido.

Na esteira do que entendemos atualmente como arquivos e crítica documental, faz-se necessário uma volta a séculos bem posteriores aos gregos. Situamo-nos, sobretudo no século XVII, mais especificamente no ano de 1681, ano da publicação do *De re diplomatica* (Duranti p.9,1993), obra de Dom Jean Mabillon, um marco na crítica e análise documental. Devemos nos lembrar que os arquivos na Idade Média eram fecundos templos de inúmeras falsificações e que a defesa à crítica a este tipo de vestígio histórico foi de fundamental importância para a história e para os arquivos. É essencial destacar que o salto histórico na contextualização dos arquivos aqui feita não é fruto de distração ou ingenuidade. Na verdade, é uma opção de método, dado o fato de que a publicação da obra de Mabillon e de outras que a ela se seguiram abriu caminho para uma nova visão acerca do documento em si, bem como a uma reviravolta nas metodologias de pesquisa (Bloch, 2001). Novos caminhos vão se delineando para os arquivos e, sobretudo, para a história.

O divisor de águas e a verdadeira quebra de paradigmas para os arquivos e a arquivologia, assim como em tantos outros ramos do conhecimento humano, será, no entanto, o século XVIII, com a Revolução Francesa e a criação de um órgão nacional francês independente, capaz de superintender os arquivos da nação e torná-los mais acessíveis ao público. O Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem já traz em si a ideia do direito à informação pelo cidadão. Desenha-se, aí, uma relação profunda entre Estado e arquivos além da relação entre arquivos e estudos historiográficos, confirmando a identidade deste Estado-Nação que surgia, assim como a importância do documento como fonte histórica:

Os valores da ideologia liberal, designadamente o de Estado-Nação, propagaram-se, a partir de França, para a generalidade do mundo ocidental e não deixaram de se estender aos arquivos, surgindo, nesta conjuntura, serviços novos vocacionados para recolher, gerir e disponibilizar documentos de interesse patrimonial, valorizados por constituírem as fontes imprescindíveis para os estudos historiográficos (RIBEIRO, p. 2, 2002).

Mas será o século XIX o verdadeiro celeiro para o crescimento dos arquivos e da história que caminharam como nunca, atrelados entre si. O desenvolvimento do capitalismo burguês, a crença em um progresso infinito da humanidade, os avanços da ciência foram cenário para a explosão do Positivismo:

O positivismo engendrou uma visão de mundo informada pela crença no progresso, cientificidade do conhecimento, neutralidade e fundamentalmente pela ideia da verdade. Engendrado num ambiente histórico permeado pelo desenvolvimento do capitalismo e pela vitória da sociedade burguesa enquanto possibilidade de ordenamento do mundo, o positivismo fez parte de uma gama complexa de formas materiais e não materiais nas quais se assentavam e reproduziam-se as relações sociais naquele período (PAIVA, p. 94, 2008).

Todas as mudanças que os ventos do positivismo trazem àquela época trazem também profundas transformações na forma de se pensar e de se fazer história, o que vai afetar, naquele momento, diretamente a questão dos arquivos. A história, assim como as demais ciências humanas, buscava, naquele contexto, ser vista como uma ciência de fato; portanto, objetividade era a palavra de ordem do dia. O fato e o documento passam a ser objetos de culto, o que trará enorme influência sobre a configuração dos chamados arquivos históricos.

O arquivo histórico é um sujeito polissêmico. Portador de formas, conteúdos e funções variadas, ele está presente na maioria das sociedades que dominaram a escrita. Trata-se de uma invenção antiga, que, no século XIX, ganhou *status* oficial como instrumento de preservação da memória dos sujeitos da história; de acordo com a tradição positivista, estes eram o Estado, a Igreja e os grandes nomes da política (PAIVA, p. 1, 2008).

Mais do que uma simples filosofia, teoria ou explicação sobre o mundo, o Positivismo é, em si, uma visão do mundo capitalista e burguês então em franco crescimento industrial no século XIX. Podemos dizer que nas suas propostas de cientificidade, neutralidade e busca da verdade, estariam reproduzidas muitas das características do período. E a história torna-se, assim, mecanismo capaz de engendrar novos olhares acerca do mundo, o caminho para que a verdade seja

descoberta e dita aos homens. Acompanhando um quadro de desenvolvimento das ciências exatas, as ciências humanas buscavam possuir também o caráter de ciência, que lhes garantiria credibilidade e aceitação. No caso específico da ciência histórica podemos notar que esta buscava uma distância crítica em relação à filosofia e à literatura. O caráter científico viria através da crítica às fontes e à monumentalização dos documentos e dos fatos. Monumentalização esta que estava intrinsecamente vinculada à ideia de poder, já que memória e poder estão envolvidos em uma dialética constante em que uma pode pressupor a outra, como nos afirma Le Goff. O uso do documento é que dirá se ele é monumento ou não, ou seja, a forma como ele é utilizada pelo poder é que dirá de sua essência:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, p. 545, 1994).

Documentos relíquias sacralizados pela ação do estudioso e, sobretudo, pela ação do poder a quem este estudioso serve. Não nos esquecendo de que por detrás dessa escrita histórica encontra-se o sujeito capaz de produzir e revelar fidedignamente, imparcialmente, objetivamente a história: o historiador. Somente ele é capaz de isolar o objeto, dissecá-lo e criar, a partir dessa análise em fragmentos, o conhecimento.

O método positivista alçou a história, segundo Paiva, “para o tão almejado status de ciência, o que contribuiu para que a mesma pudesse ser apropriada como um instrumento a serviço do Estado e dos interesses da sociedade burguesa” (Paiva, p. 3, 2008). É a partir dessa apropriação que os arquivos históricos ganham voz e espaço, dando lugar a sujeitos determinados assim como eram os papéis de relevância na sociedade, porque é nos arquivos que se encontram a prova cabal e verdadeira do que se queria comprovar: o documento. O trabalhador, o negro escravo, a mulher e outros excluídos da memória apareciam nos arquivos históricos somente quando legitimavam a importância de seus “donos”. Fora isso, eram vozes sufocadas pela ideia de tradição e de culto a um passado feito apenas pelos grandes homens e suas grandes obras, os quais mereceriam da nação respeito por criarem uma estirpe capaz de alavancar o desenvolvimento nacional. Meros coadjuvantes para os

verdadeiros construtores do progresso, conclusão a que chegamos facilmente se acompanharmos o desenvolvimento dos museus do século XIX.

A mística em torno desses lugares tão parciais na escolha das memórias representadas começa a ser desconstruída, ainda que em âmbito muito inferior à difusão do Positivismo, no século XIX, com a perspectiva do materialismo histórico e dialético proposto por Marx e Engels. Mas será o século XX, com o surgimento da Escola dos Annales, o responsável pela redefinição e ampliação da noção de história, sujeito histórico, objeto e memória. A própria noção de fonte histórica será desconstruída pelos Annales, e, portanto, a crítica aos arquivos históricos lhe será subsequente. A revista *Annales D'histoire Économique Et Sociale* é lançada em Estrasburgo, em 1929, por Lucien Febvre e March Bloch, buscando, através da história econômica e social, o que o próprio Febvre anunciará nos Combates pela História em 1932: “derrubar as velhas paredes antiquadas, os amontoados babilônicos de preconceitos, rotinas, erros de concepção e de compreensão” (Le Goff, p. 38, 2005).

A luta dos Annales inicia-se e se estenderá no período de 1924 a 1939 (Le Goff, p. 40, 2005), principalmente em um embate que se caracteriza pela contraposição à história política, seus acontecimentos e grandes personagens. O que se busca, pelos veios da história dos Annales, é a história problema, é o entender-se de maneira aberta os complexos mecanismos que movem as sociedades. E aí se dá uma reapropriação da fonte histórica, que deixa de ter um caráter sagrado de verdade suprema, diante da qual o historiador deveria, passivamente, debruçar-se, tornando-se uma fonte de análise e desconstrução, para, em seguida, tornar-se objeto de construção científica e meio de explicação para o passado. Passado, aliás, que em momento nenhum se dissocia do tempo presente para a compreensão e um “mundo em estado de instabilidade definitiva” (Le Goff, 2005) Ou, como já postulava Marc Bloch, de forma contundente no Apologia da História:

Um grande matemático não será menos grande, suponho, por haver atravessado de olhos fechados o mundo onde vive. Mas o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, (ele) merecerá talvez, como dizia Pirenne, o título de um útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador (BLOCH, p. 66, 2001).

Marc Bloch, ainda na obra citada, faz algumas considerações sobre a questão do documento histórico que são muito pertinentes ao entendimento da mudança

ocorrida sobre a concepção do arquivo e do próprio documento após os estudos da Escola dos Annales. Para o autor, há duas classes, entre a imensidão da massa documental produzida pelos homens ao longo do tempo, de documentos “colocados pelo passado à disposição dos historiadores” (Bloch, p. 75, 2001). Há a classe dos documentos produzidos de forma voluntária para a divulgação da história e o autor cita, então, o livro de Heródoto de Túlio. E temos os guias de viagens introduzidos pelos egípcios nos túmulos, estes produzidos com uma finalidade diversa daquele, posto que “as fórmulas dos papiros dos mortos eram destinadas a serem recitadas apenas pela alma em perigo e ouvidas tão-somente pelos deuses”. (Bloch, p. 76, 2001).

A questão da voluntariedade ou não dos documentos em sua intenção de posteridade, no caso dos voluntários, proposta por Bloch, bem como das mentiras ou erros e deformações encontrados em uns e outros, na verdade, nos apontam para uma guinada fundamental na crítica feita aos próprios documentos. Quando o documento se torna objeto da história, no sentido de sua desmontagem e análise profunda, a crítica reencontra seu lugar. Sobretudo quando o autor nos coloca um pressuposto básico acerca do documento em contraposição aos pressupostos das pregações positivistas: o documento não fala por si, só o faz se historiador o sabe interrogar. E isto vale para todos os âmbitos da investigação histórica:

Em outros termos, toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção. No princípio, é o espírito. Nunca (em nenhuma ciência), a observação passiva gerou algo de fecundo. Supondo, aliás, que ela seja possível (BLOCH, p. 79, 2001).

A Escola dos Annales é responsável, também, pelo redimensionamento da noção de fonte histórica, pois que dada a infinidade de problemas históricos, assim também os serão os tipos documentais capazes de dar conta da demanda de questionamentos feitos pelo pesquisador. E o uso de tantas ferramentas distintas possibilitará a abertura do trabalho do historiador junto a outras disciplinas, uma outra mudança de paradigma no campo dos estudos históricos. Além da questão do redimensionamento das fontes, Marc Bloch nos faz refletir sobre a questão das escolhas e da ação humana sobre a preservação documental:

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito (de não se sabe) qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que

não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações (BLOCH, p. 83, 2001).

A História Nova, na esteira e nos desdobramentos da herança da produção dos Annales, ainda que não tendo todos os seus pesquisadores a ela ligados, vem como aquela, na busca do que denomina como história total. Ampliando a noção mesma de história dentro do quadro econômico e social, a história nova busca o imaginário, as mentalidades, a cultura, o redimensionamento da história política. Para isso é necessário que ocorra:

Uma nova concepção do documento, acompanhada de uma nova crítica desse documento. O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado quanto para dizer “a verdade”. (...) é preciso pesquisar, a partir da noção de documento/monumento, proposta por Michel Foucault em a Arqueologia do Saber. Ao mesmo tempo, é preciso delimitar. Explicar as lacunas, os silêncios da história, e assentá-la tanto sobre esses vazios, quanto sobre os cheios que sobreviveram (LE GOFF, p. 76, 2005).

É no contexto das discussões propostas pela História Nova que Jacques Le Goff nos apresenta o conceito de documento-monumento, em que explicita que todo o documento é monumento porque nenhum é inócuo, objetivo, primário. Portanto, questionar o documento e criticá-lo em sua função monumental é dever principal de todo historiador. Para Le Goff, o documento transforma-se em instrumento de poder, conforme o uso que lhe é dado (Le Goff, 2005).

O conceito trazido por Le Goff propôs uma nova janela de diálogo e de ação ao historiador, na medida em que abriu espaço à desconstrução do documento e, em consequência, de sua dessacralização e desmistificação. Arquivos, como depositários dos objetos em questão, por conseguinte deixam de ser um templo sagrado a partir dessa discussão.

Após a Segunda Guerra Mundial, perceberemos um movimento crítico em torno das matrizes interpretativas dos Annales e do Marxismo. Estudos históricos posteriores, seguindo outras linhas de pesquisa, iniciam um processo de questionamento aos pressupostos destas duas correntes, ainda que no desdobramento delas, e explicam que, com a nova realidade complexa que se desenhava e a entrada de novos grupos em cena, o que por elas era proposto até

então não daria conta do real. Edward Thompson oxigena o marxismo com inovações na temática, no método e nas fontes utilizadas. É o chamado neomarxismo que “passava a explorar os silêncios de Marx, nos domínios do político, dos ritos, das crenças, dos hábitos” (PESAVENTO, p. 29, 2008), utilizando-se, para isso, de um novo repertório “de fontes que incluíam jornais, processos, criminais, registros policiais, festas etc” (PESAVENTO, p. 29, 2008). Para Thompson a pesquisa em arquivo era indispensável o que resgatava para o historiador a dimensão do empírico (PESAVENTO, p. 29, 2008).

Resultando dessa abertura, surge uma das correntes historiográficas mais influentes dos séculos XX e XXI, trazendo com ela novos referenciais e novas questões aos arquivos, a chamada História Cultural ou, ainda, Nova História Cultural. Focando no aspecto da cultura tratado como secundário pelo marxismo e pelos Annales, cada um a seu modo, e lutando contra concepções tradicionais de cultura que acabavam por aprisionar o termo, a História Cultural vem redimensionar a própria noção de cultura para a história. “Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, p. 15, 2008).

A cultura, neste sentido, volta-se então à busca do simbólico, dos sentidos conferidos a coisas e palavras, àquilo que as ações dos atores sociais deixaram obscuras ou ocultas. Ao historiador, apropriando-se da categoria da representação, cabe o alargamento do olhar para tudo aquilo que era construído representativamente pelo homem. E a representação “envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão” (PESAVENTO, p. 40, 2008) e o alargamento do olhar para o historiador implica, aqui, em uma busca pelo oculto, pela decifração, pela redefinição do que é real. Uma reviravolta, sem dúvida, para a história e para sua relação com os documentos também, uma vez que as fontes ganham novo sentido, como nos afirma Sandra Pesavento:

Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da história Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. Torna-se claro que este é um processo complexo, pois o historiador vai tentar a leitura dos códigos de outro tempo, que podem se mostrar por vezes, incompreensíveis para ele. Este seria, contudo, o grande desafio para a História Cultural (...) A rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que



só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele (p. 42, 2008).

Tais traços são, por sua vez, indícios que se colocam no lugar do acontecido, que se substituem a ele. São, por assim dizer, representações do acontecido, e que o historiador visualiza como fontes ou documentos para sua pesquisa, porque os vê como registros de significado para as questões que levanta. Estamos, pois, diante de representações do passado que se constroem como fontes através do olhar do historiador. Mas não nos esqueçamos de que o historiador da cultura visa, por sua vez, a reconstruir com as fontes as representações da vida elaboradas pelos homens do passado. “Fonte como representação do passado, meio para o historiador chegar às representações construídas no passado.” (Pesavento, p. 42, 2008).

A História Cultural será de fundamental importância para os estudos feitos acerca da educação e da infância, como veremos adiante. O surgimento da “cultura escolar” como categoria de análise forçará as portas dos antigos arquivos mortos das escolas e instituições escolares, e diferentemente do previsto ou esperado, um mundo vivo e pulsante se insurge dali a partir dos novos problemas, questões e interpretações levantadas. A partir desta visão, o arquivo escolar torna-se um elemento orgânico e fonte de reflexão, não apenas para o pesquisador, como também para a própria comunidade que o gerou e dele fez e faz parte.

Como outros referenciais dentro da busca por uma nova forma de olhar para as fontes e para os arquivos, citamos também a Escola de Frankfurt, sobretudo com Walter Benjamin, como ponto de questionamento à história linear, crônica, política e comprovada cientificamente pelos arquivos, e também os estudos de Michel Foucault, que deslocam o sujeito da história a ponto de sua inexistência, além dos escritos de Michel de Certeau e Paul Ricoeur, que lançam as certezas históricas cristalizadas para o campo da instabilidade. Um debate longo e que ainda não está concluído, haja vista todo o processo de incorporação dos vários sujeitos à história que ainda hoje se travam além da própria desconstrução da disciplina, de seu discurso, de seus pressupostos científicos, ao longo do século XX e no correr do XXI. Os arquivos históricos continuam tendo seu lugar na história e marcarão profundamente o conhecimento produzido pela e para a humanidade, mas diante da modificação de olhar a própria história trazida pela pós-modernidade, e não podemos dissociar os

arquivos dela e da pesquisa em si, é válido observar que lugar é este e o que representa o documento.

O que se tornou ponto interessante de observação na sociedade ocidental atualmente e que possui lugar nesta discussão é o espaço que o documento escrito passa a ocupar na vida cotidiana de todos nós e que paradoxalmente à sua grande produção, tenhamos uma guarda ínfima deles. No que diz respeito à documentação pessoal, o que também dialoga de forma clara com os arquivos públicos, Artiéres (p 9,1998) afirma a respeito do processo de eliminação e de guarda documental:

Quase tudo, em algum momento, passa por um pedaço de papel, uma folha de bloco, uma página de agenda, ou não importa que outro suporte ocasional o qual vem se inscrever, numa velocidade variável e segundo técnicas diferentes, de acordo com técnicas diferentes, de acordo com o lugar, a hora, o humor, um dos diversos elementos compõe a vida de todo dia, não conservamos senão uma parte ínfima de todos esses vestígios. Por quê? Primeiro, porque a perda é induzida por certas práticas (a correspondência, por exemplo, é por natureza uma escrita perdida). Depois, porque dessa vida de todo dia, retemos apenas alguns elementos (um diário íntimo, por exemplo, é por definição uma seleção e não é jamais exaustivo). Enfim, porque fazemos triagens nos nossos papéis: guardamos alguns, jogamos fora outros; damos arrumações quando nos mudamos antes de sairmos de férias. E quando não o fazemos, outros se encarregam de limpar as gavetas por nós. Essas triagens são guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias (ARTIÉRES, p. 9 ,1998).

Em relação à questão da preservação das fontes em arquivos públicos, faço aqui um desmembramento do texto, ainda que Artiéres reflita sobre arquivos pessoais, colocando, de acordo com o autor, que a prática do arquivamento diz respeito à construção de uma identidade própria capaz de gerar um processo de resistência através da preservação da memória daquela instituição, bem como dos indivíduos. O arquivamento, segundo Artiéres, traz também a possibilidade da existência do indivíduo no cotidiano, além de possibilitar lições do passado e planejamentos futuros, o que em se tratando de arquivos da educação, nos permite outras reflexões, sobretudo naquilo que se refere à prática de guardar e de destruir, ao que diz respeito ao dia a dia ordinário das escolas e dos seus órgãos gerenciadores. Não podemos nos esquecer também de que as ações que envolvem a salvaguarda e a eliminação documental nos arquivos, especificamente os de educação, reféns de esquemas provisórios e sem maiores preocupações com a memória e a história, são originárias de indivíduos que muitas vezes são os responsáveis por elas.

## 2.1 OS ARQUIVOS PÚBLICOS E O ESTADO NO BRASIL: SISTEMAS, PROBLEMAS, ENTRAVES E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA

A História dos arquivos no Brasil é o resultado de processos de operação de memória altamente seletivos. Arquivos de pessoas físicas e jurídicas, bem como os registros de ações do Estado brasileiro ao longo do tempo, ainda que de forma casual ou engendrada por atores isolados, se mantiveram e se sustentaram vivos, nos dando conta de uma parcela das memórias e da história que foram seletivamente guardadas, porque, concordando e ampliando o que foi dito pelo poeta e escritor Waly Salomão, “a memória é uma ilha de edição”, assim como a história também o é. Portanto, muitos escritos do século XVI em diante foram salvaguardados mesmo que sem uma política específica para tal. O século XIX, como já descrito, será sem dúvida um marco na constituição dos arquivos oficiais no Brasil, não só em função do Positivismo, mas também da vinda da Família Real, em 1808, e da independência do país, em 1822. A criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil dará uma nova feição aos arquivos brasileiros.

No âmbito nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi um importante núcleo de guarda e sistematização documental. Criado em 1838, o IHGB promoveria viagens exploratórias pelo país, pesquisas e coleta de documentos em arquivos estrangeiros, preocupando-se em conhecer não apenas a história, mas também a dimensão e as características do território da jovem nação. Nos projetos que desenvolveu estavam implicados os interesses do Estado Imperial, provedor de até 75% do orçamento da instituição. A historiografia produzida pelo Instituto possuía a marca dessa estreita relação com o Estado e com seu plano de constituição de uma identidade nacional – “um plano de unidade forjado no crisol de três raças e que não desconsideraria as peculiaridades regionais articuladas em torno de uma concepção de história nacional” (ANTUNES, p.2, 2007)

Podemos apontar, mais uma vez, o estreito vínculo entre história e arquivos e entre Estado e arquivos como uma característica identitária do século XIX, abarcando inclusive o Brasil. Aliam-se história, tradição e culto ao passado. Um passado sacralizado e capaz de legitimar o *status* de determinados grupos sociais. A criação dos arquivos brasileiros, a partir do século XIX, está associada, portanto, à denominação clássica de arquivos históricos: relicários da memória e da identidade que se desejava forjar a respeito do nascente país. No que tange aos arquivos

públicos, vale destacar a distância provocada pela criação destes arquivos históricos e a administração em si, tornando-os, assim, aspectos dicotômicos de uma mesma realidade documental, conforme nos explica José Maria Jardim:

Na América Latina e, especificamente, no Brasil, a precariedade organizacional dos arquivos públicos e o uso social incipiente da informação governamental expressam a trajetória de suas administrações públicas, bem como suas condições políticas, econômicas e sociais. Os arquivos públicos latino-americanos institucionalizaram-se como resultado de um processo de independência e formação dos Estados modernos na região. Sob os projetos emergentes de nação, estas instituições foram consideradas arquivos históricos e, portanto, repositórios de uma memória tida como forjadora da identidade nacional. Isto implicou o desenvolvimento de arquivos públicos e serviços arquivísticos “periferizados” na administração pública, incapazes de fornecer informações suficientes para a pesquisa científica e tecnológica e à sociedade como um todo (JARDIM, p. 9, 1995).

Podemos notar que, no desenrolar do processo de acumulação documental e na constituição dos arquivos no Brasil, alimentado por uma concepção de história e de arquivos contextuais, criou-se uma deformidade no que diz respeito a uma das principais funções dos arquivos públicos, sobretudo, que é a de fornecer informação. As instituições arquivísticas públicas no Brasil ignoraram, por muito tempo, os arquivos correntes e os arquivos intermediários, que são aqueles responsáveis pela guarda da documentação produzida e considerados órgãos “vivos” das repartições, em contraposição aos chamados “arquivos mortos”. E de que maneira esses arquivos mortos ou permanentes funcionam? Normalmente de forma passiva, acumulando documentos de valor dito histórico, sem qualquer fundamentação científica que os balize. Esse procedimento de se recolher documentos “mortos” nem sempre é comum, e mais raro ainda é se encontrar uma avaliação séria que os possa considerar como documentos de valor permanente para pesquisa ou para o cidadão comum. Assim sendo, muito do que se guardou e se guarda na administração pública não passou e não passa por um procedimento técnico criterioso. O mesmo se diz - e aí o caso se agrava - da eliminação. Elimina-se por falta de espaço, elimina-se por desprezo, elimina-se engenhosamente na tentativa de se apagar informações, eliminam-se por falta de conhecimento; e assim vai se formando nosso patrimônio documental no Brasil.

Um breve histórico da administração pública no Brasil nos fará entender melhor a relação do Estado com seus arquivos. O Estado brasileiro é conhecido pelo seu distanciamento em relação à sociedade ao longo de sua história (Jardim, 1995). Após

a República e sua centralização de poder, podemos detectar, depois de 1930, novos paradigmas de administração e nisso terá suma importância o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) encarregado de dar novos instrumentos ao Estado e suas novas funções. Depois da década de 50, Estado buscará concentrar-se na consolidação do setor industrial e é no período militar que ele buscará conexão com a modernidade expressa no sistema financeiro internacional, gerando um modelo de desenvolvimento econômico de concentração de renda e desigualdades sociais. Mas o que se torna notável em todos os governos pós 1930 é a cada vez maior centralização do poder nas mãos da máquina estatal, característica esta ampliada e aprofundada pelos governos militares. O Decreto-Lei nº 200, artigo 30, de 1967, nos dá a medida do poder do Estado quando consagra a organização da administração federal por sistemas

serão organizadas sob a forma de sistema as atividades de pessoal, orçamento estatístico, administração financeira, contabilidade e auditoria e serviços gerais, além de outras atividades comuns a todos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitam de coordenação central (JARDIM, p.51, 1995).

As reformas administrativas posteriores a 1964 vão se iniciar de fato no Governo do então presidente Fernando Collor de Mello, numa tentativa de se adequar o Estado à Constituição de 1988: “sob a égide de um ideário neoliberal, a reforma propunha a desestatização da vida social e a desprivatização do Estado” (Jardim, 1995, pag 52). Este modelo de reforma administrativa não foi capaz de dar conta de superar a tradição burocrático-mecanicista do Estado Brasileiro. A Reforma Administrativa deste governo “provocou uma violenta desorganização na Administração Federal, atingindo profundamente o setor de informação documental”. (Jardim, p. 5, 1999).

Segundo Castor e França (Apud Jardim, p.52, 1995), a administração pública no Brasil está impregnada por quatro fascínios:

Fascínio pela eficiência econômica setorial.  
Fascínio pela uniformidade e controle do ambiente que se caracteriza pela crença de que “quanto mais uniformes e monolíticas forem as ações e políticas, mais eficiente será a atuação do Governo” e a crença de que as organizações governamentais deveriam controlar, no maior grau possível, o ambiente que operam e evitar a todo custo a “intrusão” de leigos e “estranhos”.

A multiplicação de estruturas sistêmicas com objetivo de uniformizar a ação do Estado encontra eco aí, quando coloca o tecnicismo científico como meta.

O fascínio pela grande escala: a crença de que existe uma correlação positiva, inquestionável e automática entre tamanho e eficiência e uma correlação inversa entre tamanho e custo.

O fascínio pela modernidade expressa-se na perspectiva de que num modelo de desenvolvimento de um país periférico que “passa a ser entendido como um processo histórico de modernização, que consiste na repetição dos episódios socioculturais, energéticos e institucionais observados nos países que hoje são desenvolvidos, os quais assumem, assim, caráter paradigmático”. A “modernidade” assim colocada nos aponta para o fato de que o Brasil, na realidade, vivenciou um processo distorcido, uma vez que fez conviver o moderno e o tradicional, o burocrático e o patrimonial, o serviço público e a população.

Como se torna perceptível pelos modelos de Estado implementados no Brasil, o acesso à informação nunca foi uma preocupação basilar. Esta informação juridicamente conquistada e que é direito do cidadão e parte do seu processo de cidadania junto à sociedade, é também um dever do Estado que devem possibilitar meios e instrumentos de acesso. Meios e instrumentos que só serão possíveis mediante uma política pública de informação séria e comprometida. Política Pública que deve buscar a gestão dos documentos produzidos pelo Estado desde a sua fonte produtora até o seu destino final. Segundo José Maria Jardim.

Verifica-se um quadro no qual os estoques informacionais dos arquivos públicos, formados aparentemente como obras de um Estado “negligente”, tendem a ser considerados como parte de uma memória coletiva tomada como produto, e não como processo. Esta memória arqueologizável é frequentemente identificada sob a noção de patrimônio documental arquivístico. Compostos por acervos mediante critérios teóricos e políticos pouco explicitados, os arquivos públicos, geralmente, promovem a monumentalização dos seus documentos privilegiando ações diversas. É o caso, por exemplo, do favorecimento da recuperação e divulgação de determinadas informações em detrimento de outras. Tende-se a produzir detalhados instrumentos de recuperação de informações sobre um pequeno segmento do acervo em detrimento de um controle intelectual global sobre o conjunto dos fundos documentais. Além disso, tais instrumentos apresentam-se com frequência pouco amigáveis ao usuário da informação, seja este o pesquisador científico ou o cidadão comum na busca pela comprovação dos seus direitos (JARDIM, p. 10, 1995).

O quadro acima exposto nos introduz ao entendimento de como se dá, na educação pública no Brasil, o processo de acumulação arquivística. Isto porque a guarda documental nas escolas e nas instituições por elas responsáveis está

estritamente vinculada aos processos de escolarização, a partir do século XIX, quando o país desejava para si um fator civilizatório e tudo o que deles advém, orquestrados ao longo do tempo e passando por diversos governos e até por formas de governo, pelo Estado. O que se guardou, a forma como se guardou, o que se elegeu como amostra para ser visto, o que se eliminou vêm permeado pela ação da burocracia estatal. E a escola pública aprendeu, assim, a formar os seus canteiros de documentos, privilegiando a guarda da rotina burocrática em detrimento do fazer cotidiano de si mesma. Isto quando encontramos documentos permanentes nestas escolas, ainda que burocráticos, pois que esta instituição no Brasil é das que mais eliminou sem critérios e sem vistas à história. Dando curso a uma dinâmica escolar que não privilegia a guarda de sua produção, temos na escola a fabricação de uma forja do esquecimento que suplanta, em grande número, aquilo que de fato se escolhe guardar. No que diz respeito aos artefatos do cotidiano, somente um novo olhar e uma nova ação podem trazer oxigênio e renovação sobre a preservação das fontes escolares. Miranda nos aponta que:

A polifonia e a dinâmica curricular que se instaura no interior das salas de aula geram muitas situações de esquecimento derivados do desgaste temporal. Via de regra, tanto os estudantes quanto nós, professores, esquecemos aquilo que pauta a ação cotidiana ao longo do ano na medida em que dias, meses, conteúdos, materiais, provas e unidades temáticas vão se alternando e apagando registros daquilo que se passou. Geram-se, assim, lapsos de lembrança em relação ao que se projeta de modo mais significativo. Neste sentido, partimos do princípio norteador de os artefatos de memória, no interior de situações escolares, dependendo dos significados produzidos em torno de sua produção e fixação, poderem vir a reduzir o efeito corrosivo do tempo sobre a memória, nos termos propostos por Astor Diehl (2002). Sob o ponto de vista de uma educação histórica *lato sensu*, isso significa criar condições para que a reflexão sobre as práticas de memória se fortaleça como pré-requisito para um processo de formação da consciência histórica (MIRANDA, PELLIZONI, p.3 2008).

Destinados aos porões ou a espaços que, por ventura, estivessem ociosos, não importando as condições, os arquivos escolares sempre representaram um peso morto às administrações. Como uma massa amontoada e sem fins de utilidade para o que a escola considerava como tal, o “arquivo morto” só era lembrado quando diante de algum problema individual relativo a alunos ou professores, mas no âmbito burocrático sempre, ou a algum problema administrativo. Para os casos de alguma personalidade que por lá havia passado, havia a opção da monumentalização dos

documentos escolares a ela pertencidos. Nas brechas do poder, também encontraremos sinais desta monumentalização, quando administrações buscavam fincar sua imagem na posteridade. E toda esta lógica documental começava a ser pensada desde a geração do documento, ou seja, mesmo sem uma política de arquivo definida, são os ditames e as demandas do Estado e de suas exigências burocráticas que determinam o que deve e o que não deve ser guardado para a memória da educação.

Um novo olhar sobre os arquivos da educação reclama uma nova postura frente aos documentos preservados e a serem preservados um dia. A escrita burocrática escolar é, sem dúvida, recurso valioso para pesquisas e para o entendimento do processo educacional. Mas não podemos, na esteira da história cultural e da cultura escolar, renunciar a uma materialidade nos arquivos da educação capaz de revelar novos horizontes de compreensão das práticas escolares. Não podemos, aliás, abrir mão desta materialidade de forma alguma. E, para isso, o cotidiano deve, indubitavelmente, estar com suas marcas presentes.

## 2.2 O ARQUIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA: UMA HISTÓRIA, UM EMBLEMA

Uma prefeitura municipal movimenta um manancial de recursos que, se bem administrados, devem gerir a vida de uma cidade de forma a trazer bem-estar e cidadania a um total da população. Por trás de toda esta movimentação de recursos, pessoas, interesses estrutura-se um aparelho burocrático com uma capacidade quase infinita de produção de papéis, registros de ações e provas delas. Este grande aparelho burocrático da gestão municipal mantém, em suas secretarias e subdivisões internas, microaparelhos burocráticos produtores de registros que reproduzem a lógica própria de seu funcionamento. Estoques de papéis são acumulados no *Arquivo Morto* aguardando uma destinação final legitimada pela própria prefeitura, ou não. Como no Brasil, na grande maioria dos casos de arquivos públicos municipais, não se estabeleceu uma cultura de logicidade entre a criação do documento e sua guarda ou eliminação; o que ocorre são casos recorrentes de destruição documental, sem quaisquer critérios, obedecendo normalmente a demandas imediatistas de espaço e de contenção de custos. Perde-se, aí, o foco não só da história e da pesquisa, bem como do próprio sujeito, a quem deveria ser dado o direito primário ao acesso à documentação pública.



Dentro desta lógica, situaremos nosso objeto de estudo, o arquivo da Secretaria de Educação da cidade de Juiz de Fora. Cidade de porte médio, Juiz de Fora abriga atualmente em seus arquivos um acervo documental burocrático de uma prefeitura em franco crescimento, o que, aliás, acompanha a demanda do próprio município. Crescimento documental este, que dentre algumas poucas tentativas de planejamento e organização malogradas nas últimas duas décadas, continua sua trajetória sem instrumentos capazes de balizar o processo de criação, guarda e eliminação dos registros escritos.

Neste contexto, encontram-se os registros sobreviventes da educação municipal desde 1938. Como acontece em muitas das secretarias municipais, a Secretaria de Educação formou seu acervo documental baseada em interesses administrativos. Muito do que ali se encontra, provavelmente, não se encontrará no arquivo da própria prefeitura. Isso se dá pelo fato de a prefeitura não possuir e nunca ter possuído um sistema municipal de arquivos que gerisse a documentação produzida ou a recolhesse ao órgão central competente. Para salvaguardar seus interesses e assuntos, muitas secretarias acabam, então, situando geograficamente, próximas a si mesmas, seus *arquivos mortos*, como comumente são conhecidos nas repartições públicas os arquivos permanentes. O que guardam estes arquivos? Que reflexões sobre e para a administração pública eles nos trazem? Por que existem? O que têm de memória e de esquecimento? São inquietações que lanço a quem possa e queira se aventurar no universo dos arquivos públicos, porque o caso que me interessa dentre estes arquivos é um arquivo de educação, mais especificamente o da Secretaria de Educação do município.

A Secretaria de Educação, assim entendida como órgão municipal especificamente criado para cuidar dos assuntos concernentes à educação da cidade, é criada no ano de 1969, através do decreto do Executivo n° 00898. É criada, aliás, como Secretaria de Educação e Cultura, e traz no regulamento, nos artigos 1° e 2° os seus objetivos e finalidades:

#### A SECRETARIA E SEUS FINS

Art. 1.º - A Secretaria de Educação e Cultura tem como objetivos fundamentais o planejamento e a execução de todas as atividades relativas à educação e à cultura na esfera municipal.

Art. 2.º - As finalidades da Secretaria, relativamente à educação, são:  
1 - manter o sistema municipal de ensino através de uma rede de escolas infantis e primárias, de caráter prioritário na zona rural e de caráter complementar nas zonas suburbana e urbana;

- 2 - programar a construção, conservação e ampliação de prédios escolares;
  - 3 - administrar prédios escolares;
  - 4 - orientar os programas de ensino e as técnicas e métodos pedagógicos de sua rede escolar, respeitados os interesses nacionais, estaduais e regionais;
  - 5 - selecionar o pessoal de ensino, distribuindo-o da forma mais conveniente;
  - 6 - promover cursos de aperfeiçoamento, atualização, treinamento e extensão para pessoal de ensino e orientação
  - 7 - manter e auxiliar a manutenção da merenda escolar;
  - 8 - promover e supervisionar pesquisas de natureza pedagógica;
  - 9 - manter uma rede de bibliotecas escolares, bem como incentivar, entre outras atividades, a criação de granjas escolares;
  - 10 - criar e orientar, obedecidos os regulamentos próprios, o funcionamento de caixas escolares;
  - 11 - promover a alfabetização e educação de adultos;
  - 12 - ampliar as oportunidades no ensino de grau médio, através de convênios e da concessão de bolsas de estudo;
  - 13 - elaborar e propor a celebração de convênios que visem a execução de programas educacionais;
  - 14 - programar a construção e administrar parques infantis e "play-grounds";
  - 15 - programar, promover e incentivar a recreação, os esportes e a educação física.
- Art. 3.º - As finalidades das Secretaria, relativamente à cultura, são:
- 1 - manter, ampliar e desenvolver a Biblioteca Municipal;
  - 2 - zelar pelo patrimônio artístico e histórico do Município;
  - 3 - manter, ampliar e enriquecer o acervo do Museu Mariano Procópio;
  - 4 - zelar pelo parque do Museu Mariano Procópio;
  - 5 - elaborar e propor a celebração de convênios que visem a execução de programas culturais;
  - 6 - incentivar as manifestações artísticas e literárias, bem como as atividades de entidades e institutos de caráter cultural;
  - 7 - promover a difusão cultural em suas variadas manifestações.

Interessante observar que neste mesmo regulamento, no Título II que trata da estrutura administrativa, além de todas as funções e serviços de uma Secretaria de Educação, como Secretaria de Cultura também abriga, inclusive, o Serviço de Arquivo Histórico, diretamente ligado ao diretor do Departamento de Cultura e Promoções, que tinha por missão organizá-lo, o que já aponta para um outro olhar sobre a própria história da cidade e, por que não, da própria função de um arquivo histórico. O maior e mais importante museu da cidade, o Museu Mariano Procópio, passa a ser vinculado à SE. Uma instigante ligação entre educação, memória e cultura na Juiz de Fora de efervescentes 1969.

Quadro que não era isolado do contexto nacional, uma vez que o próprio Ministério da Educação englobava também a cultura, formando, assim, o Ministério de Educação e Cultura. Administrativamente falando, teremos na Secretaria de

Educação de Juiz de Fora os seguintes órgãos, de onde se desmembravam os departamentos e subdivisões: Seção de Expediente, Centro de Treinamento de Professores Rurais, o que demonstra uma preocupação específica com a formação dos professores da área rural, ainda que no contexto ditatorial isso transparecesse enquanto treinamento, apontando para uma ampliação do ensino para além da área urbana e indicando, também, uma cidade com uma face ainda muito vinculada ao campo.

É criado também o Conselho Municipal de Educação e Cultura, Conselho Municipal de Esportes, Departamento de Ensino e Recreação o qual terá as seguintes subdivisões: Divisão de Orientação Escolar, Serviço de Ensino Pré-Primário, Serviço de Ensino Primário, Serviço de Bibliotecas Escolares - do qual o arquivo guarda um material considerável mediante a quantidade diminuta de documentos desta época entre fotos e documentos, demonstrando que o responsável pelo setor não só se preocupou em registrar as ações implementadas, como também em guardá-las já em um sentido de preservação. Neste material referente ao Serviço de Bibliotecas Escolares, encontraremos, inclusive, um histórico contendo documentos da Biblioteca Pedagógica Albino Esteves, criada pelo Decreto nº 052, de 07 de julho de 1970, órgão exclusivamente destinado às professoras primárias, como relata um documento de 1973, e que contava com um acervo de mais de 1200 volumes neste mesmo ano.

Ainda na subdivisão do departamento encontraremos o Serviço de Caixa e Cantinas Escolares, o Serviço de Planejamento e Controle; a Seção de Alfabetização de Educação de Adultos; o Serviço de Ensino Médio; o Serviço de Recreação; o Serviço de Manutenção de Prédios Escolares. Aliado à questão da educação, temos por outro lado, o Departamento de Cultura e Promoções, com as seguintes subdivisões: Seção de Difusão Cultural; Serviço de Biblioteca Municipal; Serviço do Museu Mariano Procópio e Serviço do Arquivo Histórico. A estruturação da SE em um perfil mais técnico, abarcando inclusive o setor cultural, sinaliza para um caminho de institucionalização, modernização e controle da educação municipal.

A institucionalização da SE será de fundamental importância para entendermos, mais à frente, a questão da acumulação e da seleção documental do que irá sobreviver no arquivo e da própria forma de organização administrativa, pioneira na cidade, já que se configurava pela primeira vez como secretaria. Os serviços e departamentos vão servir de modelo, ainda que para serem renegados, por gestões futuras. O que se torna interessante nesta trajetória de constituição da

Secretaria de Educação como órgão municipal é que, anteriormente a 1969, não encontraremos no arquivo quase nada de registros documentais referentes às décadas de 30, 40, 50 e 60 (o período que se estende de 1855 a 1930 encontra-se no Arquivo Histórico da cidade e se resume a sete caixas-arquivo).

Para entender um pouco da história do arquivo da SE, precisarei me reportar a minha própria relação com ele, uma vez que não temos, praticamente, nada registrado sobre sua trajetória ao longo da história da Secretaria de Educação. Em 2007 aceitei o convite, na verdade o desafio, de assumir a organização do arquivo da Secretaria de Educação do Município e não tinha ideia do que iria encontrar pela frente.

E o que encontrei não foi muito diferente do que era encontrado em arquivos da educação país afora, conforme vinha observando na literatura sobre arquivos escolares em diversos estados: caixas e caixas acumuladas, somando uma massa documental total superior a 2000 unidades, refletindo uma lógica e uma preocupação administrativas.

Haviam peregrinado de prédio em prédio, de acordo com as mudanças da própria Secretaria de Educação ou atendendo a necessidades de espaço desta, passado por movimentos de descarte longe, muito longe, de qualquer norma de eliminação legal, e muito próximos da lógica administrativa do quanto menos papel velho acumulado melhor, e chegado a um galpão onde funcionava a marcenaria e o almoxarifado da Secretaria de Educação, sendo para lá levado da antiga sede da SE, no bairro Santa Terezinha.

Convivia neste novo espaço, portanto, com toda a sorte de riscos que se pode colocar um arquivo à beira da morte: infestações por insetos, poeira, roedores, umidade, mofo, e a eliminação mais uma vez indiscriminada - ambiência bem conhecida pela maioria dos arquivistas do país. Neste lugar e em uma sala da sede da SE, na antiga Fábrica Bernardo Mascarenhas, no centro da cidade, neste momento de 2007, uma equipe de estagiários do curso de História já trabalhava com o levantamento do material das caixas, sob iniciativa da chefia do DGADD, departamento que tomou para si a missão de levantar e reorganizar o arquivo que era pouco conhecido da própria Secretaria e visto pelos que dele sabiam como o aterrador "arquivo morto". Arquivo Morto, estorvo, sujeira, foco de doenças que demandava esforços e investimentos, sabe-se lá para quê, na visão de muitos que assistiam ao processo de reorganização.

Pelo pouco que conseguimos levantar em documentos do próprio arquivo da SE, algumas tentativas anteriores de higienização e organização foram feitas com o objetivo principal de um resgate administrativo da documentação, já que havia demanda de alunos e professores por ela, além da própria demanda interna. Estas tentativas mantiveram as caixas-arquivo na organização departamental de origem, o que nos garantiu o princípio da proveniência e um entendimento melhor da forma como se configurou a SE em cada gestão e como essa documentação foi sendo produzida ao longo destas gestões e, também, do que elas privilegiaram guardar de si mesmas. Sendo essas tentativas voltadas mais ao interesse administrativo que histórico, conforme observamos, o fato é que a seleção feita deixa uma porta entreaberta a várias interpretações.

No levantamento feito nestas caixas dos departamentos de cada gestão da SE e que ainda hoje é executado por uma equipe de estagiários do curso de História do material pertencente à Secretaria de Educação, muitas caixas concernentes à vida profissional daqueles que construíram um lado deste universo, o lado dos que serviram ao município no exercício do dia a dia do ensino, os professores.

Material sobre escolas extintas, históricos escolares, projetos de diversas épocas, cursos oferecidos aos educadores e a alunos, livros de atas de resultados que remontam à década de 30, quando a Secretaria de Educação ainda não era assim configurada; plantas de escolas também são encontradas. Pouco material didático, o que por mais incrível, incoerente e paradoxal que possa parecer, é muito comum em arquivos da educação, já que o cotidiano deles é varrido e dos quais se salvaram algumas provas, trabalhos e cadernos de alunos.

Encontramos também fotos a partir de 1967 em meio aos documentos, que hoje somam mais de 2.500 unidades, retratando gestões de secretários, construções de escolas, projetos de bibliotecas, inaugurações, reuniões com professores e comunidades, algumas cenas cotidianas das escolas, de onde se podem depreender tantos elementos fundamentais à compreensão da realidade e das práticas educacionais, formando um importante acervo à parte. À medida que ia tomando contato com tudo o que estava sendo encontrado e identificado, durante o tempo de trabalho a frente do arquivo, ficava procurando a lápide deste “morto”, se para mim e para quem nele trabalhava a vida pulsava a cada descoberta. E todas essas vozes vivas me inquietavam tanto quanto os silêncios que delas faziam parte.

Com o decorrer dos anos e um conhecimento mais estendido do acervo que lá se encontrava, tornou-se para mim nítida a visão de que o arquivo da Secretaria de Educação, na verdade, é um caso emblemático no que diz respeito à questão dos arquivos da educação no Brasil. Sejam eles escolares ou institucionais, quando na sua dimensão operacional encontramos eco para a reflexão dialógica com outros casos de outras cidades, que dentro da lógica de recorrência de eliminação indiscriminada, do menosprezo com os registros públicos documentais de educação, sobretudo os registros cotidianos da vida escolar e da vida institucional, refletem, na verdade, uma cultura da destruição. Destruição do direito à memória e à história educacional. Destruição do direito à cidadania plena. O que quer dizer muito e sobre o que iremos refletir ao longo do trabalho.

A conjuntura que envolve o arquivo, hoje, diz de um momento de institucionalização com a criação da Supervisão de Arquivos e Memória em 2009, situando-o não só geograficamente em uma nova sede direcionada a abrigar os acervos com qualidade arquivística a partir de 2011, como também no próprio organograma da Secretaria de Educação, em uma posição política que nunca ocupou anteriormente, já que o arquivo nunca esteve presente na estrutura administrativa da SE.

A mudança da sede do arquivo da SE para um espaço próximo em 2011, mas fora do âmbito do Espaço Mascarenhas onde ela se encontra, nos aponta para uma necessidade espacial de que a Secretaria de Educação não é capaz de suprir hoje e para uma aposta em um espaço mais autônomo, técnico e profissional. A luta contra os esquemas de provisoriedade e a busca de superação da tendência destruidora das fontes produzidas dentro do campo da educação, no entanto, são cotidianas, uma vez que ainda prevalece, na administração pública, a ideia de que o arquivo é um gasto e não um investimento para a própria administração e de que eliminação está intrinsecamente vinculada a critérios eletivos.

Portanto, é necessário que se prove todos os dias que a organização e a guarda da memória geram benefícios não só ao serviço interno bem como à própria comunidade e este é um trabalho que demanda muito empenho e sensibilidade de quem nele atua.

### 3 GUARDANDO PARA NÃO ESQUECER: A MEMÓRIA ARQUIVADA

Quando nos referimos ao termo memória, parece-nos, à primeira vista, estarmos falando de algo fluido, imponderável, impalpável, presente em universo do humanamente intocável. Mas, como tudo que é humano, a memória deixa o reino do indizível e assume formas concretas que possam dialogar e representar aquele estado de falta individual ou coletiva. E o lembrar começa a tomar formas mais concretas diante dos olhos. Assim, a memória passa a habitar espaços onde o guardado não pretende permitir o esquecimento do que lhe é conveniente. Lembrar e esquecer começam a fazer parte de um complexo movimento de poder. Buscaremos fazer, a partir daqui, uma análise do processo de crescimento da historicidade da memória no mundo ocidental pós Revolução Francesa - entendendo-se a memória como um terreno de opções políticas dentro do contexto da modernidade europeia - e da confluência deste crescimento em torno dos arquivos no Brasil e da sua relação com a análise feita sobre o arquivo da Secretaria de Educação de Juiz de Fora.

Tomando-se como premissa a memória como campo de lutas intestinas em que não há escolhas ou opções inocentes e imparciais, noção que passaremos a adotar a partir da modernidade europeia, como já dito, voltaremos nossa percepção, razão e sentidos para os arquivos no Brasil, com o objetivo de entendermos a constituição de nossos acervos públicos e sua relação com um Estado negligente em relação a sua própria memória, o que por si só já aponta uma opção política. Dentro deste quadro de opções de guarda e destruição nos arquivos públicos brasileiros, abordaremos o caso de um arquivo da área de educação, que traz em seu bojo uma série de condições específicas, dadas as características que lhe são inerentes, e mais peculiar ainda dentro do quadro da educação de um gestor educacional na cidade de Juiz de Fora, a Secretaria de Educação.

O processo de crescente valorização da memória localiza-se, historicamente falando, sobretudo a partir do século XVIII, com a Revolução Francesa. Mário Chagas (2002) nos explica, chamando Jacques Le Goff, que a memória acumulada pelo povo francês pode ter sido o detonador da Revolução de 1789, transformando-se, aí, numa contra memória que pode, em última instância, tornar-se ação. O autor nos expõe que as relações entre memória, esquecimento e poder podem gerar transformações profundas:

A Revolução francesa institui marcos de memória (datas, heróis e monumentos) articulados com um novo conceito de nação. A comemoração desses novos marcos está inserida no projeto revolucionário. As festas não são apenas festas, são também lembranças da Revolução vitoriosa. A memória que foi o dispositivo detonador do novo, agora é utilizada para recordar, para comemorar, para garantir a ordem inaugurada (no passado). Utilizada para opor-se à antiga classe dominante, a memória agora é usada pela burguesia e vai penetrar com ou sem sutileza nas escolas, nos museus, nas bibliotecas, nos arquivos, na produção artística, religiosa, filosófica e científica (CHAGAS, p. 47, 2002).

Faz-se necessário destacar que a construção dos espaços de memória pós Revolução Francesa, e aí citamos, sobretudo, os arquivos e os museus, se dá a partir de uma elite pensante que teria a função de produzir um conhecimento altamente específico para um público também específico. Os espaços de memória não são espaços no sentido mais amplo do termo democrático, na verdade “encontra-se o traçado de uma política que hierarquiza os usos e os usuários dos bens musealizados, estabelecendo quem pode, quando pode e de que forma pode utilizar” (Chagas, 2002). Mais uma vez a articulação entre memória e poder se dá pela concessão de acesso aos lugares onde ela está depositada. Torna-se ponto de reflexão o fato de que o discurso sobre a memória e seus objetos e lugares, após a Revolução Francesa, está restrito a uma determinada classe social e seus principais atores, cultos, endinheirados e capazes de dar suporte de sustentação à preservação da memória burguesa. Portanto, torna-se pungente a ideia de que a memória burguesa é, sobretudo, recorte, eliminação, valoração, exclusão, expropriação – e é sim, um ato político e uma forma de apropriação de um bem originalmente coletivo.

O século XIX, profícuo em transformações no campo das ciências humanas e sociais, também trará uma grande fomentação em torno dos lugares de memória, como lugares de afirmação dos valores burgueses. Será também um século de afirmação dos valores europeus sobre os países colonizados:

No século XIX as instituições de preservação do patrimônio histórico e artístico se multiplicam. Os museus e os monumentos espalham-se por toda a parte, tendo como principal polo irradiador os países colonizadores da Europa. Os projetos de nação passam pela construção de museus que ordenam as memórias, os saberes e as artes (CHAGAS, p. 53, 2002).

No caso do Brasil, a vinda da Família Real será o mote para uma reapropriação da memória nos moldes europeus, com a criação de instituições de guarda daquilo



que se julgava memorável em um país em construção. E o que seria memorável em um Brasil onde a maioria da população não tinha acesso à cultura letrada? O que poderiam trazer os museus, arquivos e bibliotecas aos negros e mestiços da colônia mais rica de Portugal. Mário Chagas nos responde:

De certo, a Instituição criada não está orientada para negros, índios e mestiços. Ela destina-se à qualificação da coroa portuguesa junto às outras nações; mas também atende aos interesses da aristocracia luso-brasileira, dos homens ricos, das famílias abastadas, do clero, dos artistas, dos cientistas, dos viajantes se paradoxalmente contribui para a formação de uma elite ilustrada ao nível local. Para estes indivíduos é que a instituição de memória funciona como dispositivo de poder disciplinar, indicando o que se pode saber, o que se pode lembrar e esquecer, o que se pode e como se pode dizer e fazer. Em outros termos: museus, bibliotecas, arquivos, institutos e academias são espelhos e palcos que encenam a dramaturgia da sociedade a que se referem e que ao articularem um determinado discurso, também condicionam o olhar e aprisionam o entendimento, a ciência e a arte (CHAGAS p. 58, 2002).

Esta configuração em torno das instituições da cultura letrada que pretendem a guarda da memória no Brasil no século XIX será de grande importância para o entendimento acerca da relação entre Estado, poder e arquivos públicos, como veremos mais adiante.

Encontramos, pois, no movimento expansionista da memória burguesa do século XIX, incluímos aí o Brasil como exemplo de influência sofrida, um campo de encenação para a concepção de memória que viria a se desenvolver no século seguinte. Ordenar a memória, institucionalizar a história, enquadrar a vitória da burguesia em objetos e documentos, celebrar o passado, cultivar a tradição, concretizar em forma de saber e conhecimento a ação do poder dominante são referenciais claros para se pensar no movimento de esquecimento que foi feito em relação aos atores coadjuvantes dessa grande ópera encenada e irradiada a partir da Europa.

No século XX, muito se pode constatar da herança deixada pelo século XIX, seja em consonância com suas orientações, ainda que em escala inferior, seja em sua oposição. Passadas duas guerras mundiais, inúmeros conflitos locais, uma guerra surda entre dois países que polarizaram ideológica e economicamente o mundo, encontraremos também um redimensionamento da memória e da história. Pierre Nora assinala que nas sociedades modernas ocorre uma acentuada fragmentação da vida coletiva e uma crescente valorização do indivíduo e a consequente desagregação dos

laços de continuidade, o que faria surgir a necessidade de criação de lugares capazes de preservar a memória coletiva, ação antes destinada a estes próprios grupos (Nora1993). A memória não acontece mais de forma natural, e sequer a memória nacional sobreviveu para lhe dar sustentação:

Com o esfacelamento da memória nacional, os lugares de memória tenderão a desempenhar um duplo papel, servindo, de um lado, para salvar do esquecimento antigas tradições, e oferecendo, por outro lado, um contraponto necessário e desejável para a ação dos homens num mundo em permanente transformação e mudança” (ABREU, p.202-203, 1996).

A industrialização, as novas configurações urbanas trarão ao homem uma nova relação com o tempo. Um tempo em que há pouco espaço para a contemplação, para a reflexão sobre o passado, para as lembranças, para a memória. Este tempo fugidio, célere provocará a sensação iminente de perda do tempo vivido e da busca pela memória, cenário cada vez mais presente e constante no final do século XX e início deste século XXI. De forma superficial ou profunda, coletiva ou individual, ressentida ou afetiva, o homem deseja abraçar o que o tempo lhe rouba. E, com isso, crescem e se propagam os lugares de memória, personificação da concretude daquilo que se deseja guardar para que não seja tragado pelo buraco negro do esquecimento do mundo atual.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. E por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem a vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los, petrificá-los, eles não se tornariam lugares de memória. É este vai e vem que os constitui: momentos da história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva (NORA, p. 13, 1993).

Segundo Michael Pollack (1992), a memória é um fenômeno construído em função das preocupações pessoais e políticas do momento e, a partir desta premissa,

podemos entendê-la como campo de largos conflitos durante todo o século XX e no século que se inicia. Como campo fluido e mutável, pode ser construída e reconstruída a partir do presente, como nos informa Ulpiano Bezerra de Menezes:

(...) Também na voz corrente, a memória aparece como enraizada no passado, que lhe fornece a seiva vital e ao qual ela serve, restando-lhe, quanto ao presente, transmitir-lhe os bens que já tiver acumulado. (...) a elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar (MENEZES, p. 11, 1992).

Mas tornar memorável é, de fato, possibilitar o fim do esquecimento? Arquivar, guardar, musealizar, oferecer à vista o guardado traz à tona todas as faces da memória? Ou seria o esquecimento sua outra face mais real?

Para Ulpiano Bezerra de Menezes (1992), a memória não dá conta do passado e somente a história seria capaz de tornar possível a descontinuidade entre passado e presente e, portanto, seria ela a ciência da diferença. Não obstante toda a discussão que circunda os conceitos de memória e história, faz-se necessário o despertar-se para o fato de que a memória, na contemporaneidade, tornou-se uma espécie de febre coletiva, uma tábua de salvação para náufragos de suas próprias referências. A formação de arquivos e museus de diferentes conformações, bem como a valorização da questão da preservação nos dão mostra dessa mentalidade. Os objetos históricos, semióforos, na concepção de Pomian (1977), tanto quanto os documentos são capazes de trazer em si uma alta carga ideológica, uma vez que não é só o seu valor cognitivo o que está em jogo na constituição das memórias desejadas. O presente busca, portanto, ressignificar o passado dando-lhe novos sentidos no ensejo de reafirmar determinados olhares, determinados discursos sobre a realidade.

A memória traz, portanto, engendrada em si, como forças dentro de um mesmo jogo interno, as noções de esquecimento e lembrança. E esse esquecimento carrega em seu cerne uma forte aliança com o poder. Como afirma Mário Chagas (2002), reconhecer as relações entre memória e poder é reconhecer que lembranças e esquecimentos são seletivos e politizáveis. Ainda de acordo com o autor, nenhuma forma de relação com o passado é, em si mesma, emancipadora ou coercitiva, daí concluirmos que a ação do homem e os interesses que ele obedece em um determinado contexto são fundamentais para o entendimento da eleição de certas

lembranças e certos esquecimentos e dos mecanismos que tornam a memória uma memória do poder.

Nos meandros da disputa pela memória, encontra-se também a questão da identidade. Segundo Michael Pollack:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (...) Podemos dizer portanto que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLACK, p.5, 1992).

Memória e identidade estão, desse modo, irremediavelmente entrelaçadas. Sem identificação não há preservação e, para garantir que haja continuidade, há que se investigar os canais onde memória e identidade individual e coletiva se encontram e onde se bifurcam. Objetos de litígio entre os grupos humanos, sobretudo naqueles que ensejam a dominação de outros, memória e identidade tornam-se, assim, elementos focais na relação com o poder constituído ou em vias de se constituir. Ou como afirma Chagas (2002) “Onde há poder há memória”. Acrescentamos que onde há memória há disputa pelo seu controle e empoderamento. Nóvoa nos chama a atenção para a questão da memória e suas tensões e relações com a educação:

Reinterpretando uma imagem usada por Jacques Le Goff, podemos dizer que se assiste, hoje em dia, a um constante retraimento, o qual paradoxalmente resulta de um perpétuo transbordamento da memória. Falando mais claro: há um retraimento da memória coletiva da educação porque todo o discurso sobre a escola - esse sim transbordante - se circunscreve aos limites das memórias individuais, à experiência e às vivências que cada um de nós transporta da sua infância e juventude. Vivemos, portanto, sem uma memória construída, o que nos leva a repetir, uma e outra vez, os mesmos diagnósticos e a aplicar velhas soluções sempre com a aparência de novidade. Como se cada geração só conseguisse mobilizar a sua própria memória, as suas próprias recordações e esquecimentos, abdicando assim de uma compreensão histórica dos fenômenos educativos (NÓVOA, p.12, 2005).

Quando nos referimos ao arquivo enquanto lugar da memória escrita registrada em papel, estamos também nos referindo a silêncios, a poder e a identidade. Reportando-nos ao que ali se escolheu salvaguardar, gostamos de pensar na metáfora do copo de mar. O processo que engendra silêncios, poder e identidade

inicia-se, pois, na seleção e avaliação documental. Nesta fase ainda temos o mar. Cabe ao arquivista, ao historiador ou a outro profissional designado para tal tarefa, como tantas vezes acontece no Brasil, recolherem o copo de mar. O que ali se abriga é representativo da memória de um grupo, de um tempo, de uma mentalidade. O discurso, muitas vezes, é de que ali se encontra a Memória, e o arquivo acaba sendo sinônimo de reificação desta, de lugar da verdade.

Para além de um discurso naturalizante, que reifica a presença da memória nos arquivos a ponto de torná-la resgatável, é necessário que outras reflexões balizem as discussões sobre a construção dos acervos destes arquivos. Partimos da premissa, em consonância com Michel Pollack, de que a organização de um arquivo diz muito do investimento feito para a criação de uma identidade, muito embora este processo pareça por vezes caótico e sem uma intenção clara, sobretudo se pensarmos em formações de arquivos públicos no Brasil. Não há gratuidade nas escolhas feitas acerca do que será salvo para a guarda nem tampouco na forma de organização e acessibilidade deste material. Concordamos, na esteira do que foi proposto por Maria Célia Paolli (1992), que a maioria das políticas de preservação no Brasil identifica-se claramente com a voz dos grupos dominantes. E que, nas entrelinhas do que foi preservado, urram os silêncios dos grupos vencidos. Vencidos por uma memória que não abre espaço ao conflito, à dissonância, à diversidade. Por uma memória que não reconhece seus esquecimentos.

O documento de arquivo, bem como o próprio arquivo, deve ser visto como instrumento de poder. Le Goff situa o documento de arquivo reificado como documento monumento, ressaltando:

Cabe reconhecer em todo o documento um monumento - não existe um documento objetivo, inócuo, primário; O documento é monumento: resulta do esforço de sociedades para impor ao futuro voluntária ou involuntariamente determinada imagem de si próprias - no limite, não existe um documento verdade; todo documento é mentira; - ao mesmo tempo verdadeiro e falso, porque, um monumento, todo documento é antes de tudo uma montagem que deve ser desmontada, uma construção a ser desestruturada, analisando-se as suas condições de produção - o documento - monumento deve ser estudado como um instrumento de poder (LE GOFF, p.547, 1994).

Quando avaliamos a construção de nosso passado, atravessado pelas fontes escritas nos arquivos, e as formas advindas das demandas unilaterais produzidas pelos processos de guarda documental, torna-se lícito dizer que não há participação

dos atores sociais na construção daquela memória ali constituída, aquela enunciada por Pierre Nora como a “constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar” (NORA, apud JARDIM, p. 2). Há os eleitos para colher a água que formará o copo de mar e que normalmente fazem parte de uma lógica administrativa que aprenderam a alimentar. Assim, vejamos:

(...) Estas considerações remetem-nos à singularidade da informação arquivística e aos termos em que esta é avaliada e selecionada sob a lógica do seu gerenciamento. À medida que a informação arquivística torna-se menos utilizada ao longo do processo decisório, tende-se a eliminá-la ou a conservá-la temporariamente (arquivos intermediários administrados pela própria agência produtora ou pelas instituições arquivísticas). Para tal, consideram-se as possibilidades de uso eventual da informação pelo organismo produtor, ou a sua condição de documento de valor permanente. A esta configuração chegariam, segundo a Unesco, 10% dos documentos produzidos (arquivos permanentes), após submetidos a um processo de avaliação e seleção que se inicia na fase corrente, ou seja, ainda nos órgãos da administração pública, embora sob normas estabelecidas pelos arquivos públicos. Constituindo os arquivos permanentes, estes documentos têm sua guarda pelas instituições arquivísticas públicas justificada em dois aspectos. De um lado, em função do uso desses documentos para a pesquisa científica e, de outro, como fator de testemunho das ações do Estado e garantia de direitos dos cidadãos. Com frequência, estas práticas buscam legitimar-se no discurso da preservação do patrimônio histórico e democratização da memória nacional (JARDIM, p. 4, 1995).

Nota-se que o discurso para a preservação direciona-se aos cidadãos e aos seus direitos, sem, contudo, envolvê-los nas escolhas a serem feitas. O coletivo é uma abstração e sua memória ainda é mais abstrata, cabendo então ao poder público decidir o que é memorável ou não. E o que é memorável ou não nem sempre, ou quase nunca, reflete a sociedade que pretendia representar.

Nas decisões políticas entre o que é memorável e o que não é, o Estado brasileiro inventa, em seus arquivos públicos, uma memória categorizada por Jardim (op. Cit pag 10) como arqueologizável, pois que privilegia a salvaguarda de um acervo documental monumentalizado com pretensões a neutralidade. O autor nos aponta, inclusive, uma dificuldade do Estado brasileiro, por suas próprias características, em exercitar sua memória. A situação dos arquivos públicos no Brasil, segundo ele, poderia nos dar a medida da complexa relação entre Estado e a apropriação de sua memória:

Ao não reconhecer sua própria memória, tampouco o Estado oferece-lhe condições de uso social. Também neste sentido, aprofundam-se

as distâncias entre Estado e sociedade no Brasil. Lugares periferizados no Estado e quase invisíveis socialmente, os arquivos públicos talvez sejam também agentes do esquecimento. De um lado, esta vocação “involuntária” parece imposta pela própria trajetória do Estado no Brasil. De outro, porém, talvez as práticas de gestão dos seus estoques informacionais - isoladas do universo social mais amplo - acabem por reificar a produção do esquecimento. Enfim, no Brasil, o Estado parece prescindir da memória - ao menos daquela que se expressa nos registros materiais da sua ação ao longo do tempo - como instância legitimadora. Até porque talvez tenha constituído estratégias de legitimação pelo esquecimento, das quais os arquivos públicos seriam uma das expressões mais evidentes. Como tal, os arquivos públicos encontram-se também deslegitimados no aparelho do Estado e na sociedade em geral. Tais considerações requerem a observação desses processos como objeto da historiografia, o que infelizmente ainda é quase inexistente no caso do Brasil. Por outro lado, suscitam interrogações cujo exercício pela arquivologia - de densidade científica quase nula no Brasil - torna-se premente. Só a pesquisa científica, envolvendo universidades e arquivos públicos, favorecerá a emergência de padrões de gerenciamento da informação governamental, referidos aos campos da arquivologia e da ciência da informação, porém mais compatíveis com as especificidades do Estado e da sociedade brasileiros. De qualquer forma, é possível estimar que as possibilidades de reversão da situação em que se encontram os arquivos públicos brasileiros passam pelos diversos fatores que implicam a apropriação do Estado pelo conjunto da sociedade brasileira (JARDIM, p.12, 1995).

Nesta concepção de memória, aquilo que é preservado torna-se relíquia. O que é importante destacar, sobretudo, é o esquecimento promovido como ação legitimadora deste Estado, do qual os arquivos são testemunhas. O registro e a guarda indiscriminada das suas ações, através dos documentos, acabam por deslegitimar os arquivos do aparelho do Estado. (Jardim, 1995, p. 12)

No contexto de recolhimento e acesso a informações e da formação dos arquivos permanentes no Brasil, como exposto acima, pode-se depreender que muitos segmentos da sociedade estão excluídos da formação da memória e da história ali depositadas. Voltando à questão da memória forjadora de identidades, torna-se perceptível, também, que o desconhecimento da população sobre seu patrimônio documental acumulado, assim como a sua pouca noção sobre a necessidade de preservação destes mananciais de cidadania, tem como pano de fundo a questão identitária. Assim como nos museus históricos constituídos no Brasil nos séculos XIX e XX, os arquivos históricos costumam causar mais estranheza do que aproximação. Sua construção é exógena à participação democrática e a representação das classes sociais dominantes como pilares da sociedade afasta a

população, em toda a sua diversidade conceitual, dos arquivos. Nora (1993, p.14) reconhece não só a limitação da memória registrada, mas também a sua necessidade como forma de materialização desta matéria tão fluida. Em um mundo do descartável, da velocidade, da pouca perenidade de situações, ideologias, coisas e pessoas, o arquivo surge como suporte para a memória coletiva, por isso não pode e não deve ser um espaço de exclusão. A criação de museus e espaços de memória voltados à vivência das minorias nos desperta para uma mudança profunda nos conceitos de memória e do que é memorável, e os arquivos não podem se ausentar de tal processo. Heloísa Belloto (2007, p3) nos expõe que o documento não encerra em si mesmo sua função somente no que diz respeito ao seu suporte, estrutura e conteúdo. O documento é a viabilidade de uma construção seja da história, seja da memória, seja da cidadania.

Ao nos reportarmos à questão da memória e do esquecimento nos arquivos públicos brasileiros, o fazemos com a intenção clara de discutirmos a memória e o esquecimento nos arquivos da educação pública no Brasil. E a opção assim foi feita em função das relações entre a burocracia do Estado e a burocracia que envolve as instituições educacionais a ele atrelados. Pensar a memória educacional como uma operação que envolve escolhas e que, por sua vez, envolve poder é lançar luz sobre o que está sob esta luz e sob o que está sob as sombras do esquecimento. Quando temos estas operações de memória materializadas nos arquivos, seja de escolas, seja de instituições destinadas ao gerenciamento delas, temos um ponto de partida profícuo para discussões importantes no campo da História da Educação. Vale ressaltar que, quando situamos a memória materializada em arquivo, não a estamos fechando em uma caixa ou limitando seu campo de ação, pois que este é inabitual e estranho em relação às operações corriqueiras da pesquisa em documentos. Quando se trata de memória, a forma de problematizar temas e objetos da educação é outra. Como nos afirmam Stephanou e Bastos (2005):

É preciso, contudo, que estejamos atentos aos perigos de reificação da memória, que a transforma em objeto, como se fosse um conjunto de documentos depositado na cabeça das pessoas ou nas escritas privadas do eu. A memória não segue o modelo textual, linear. Não basta, portando, colhê-la e reproduzi-la em extensas citações para que efetivamente tenhamos elaborado um conhecimento em História da Educação. Impõe-se trazê-la, rica e estranha, composta de reminiscências e esquecimentos, pérolas e corais, para compor fragmentos de pensamento, narrativa do tempo passado e presente (STEPHANOU e BASTOS, p.423, 2005).



No tocante às fontes escolares que preferimos dimensionar como educacionais, pois que abarcam para além do universo da escola outros nichos documentais, vale destacar que a escola pública não teve e ainda não tem por hábito a guarda daquilo que diz respeito às práticas escolares, ao fazer ordinário da escola. Reproduzindo, talvez, aí, um modelo de arquivo vindo de esferas superiores, a escola aprendeu a guardar de si o que era funcional dentro da organicidade administrativa. Com os arquivos de órgãos gerenciadores da educação em nível municipal e estadual, opera-se o mesmo tipo de relação documental, cujo cotidiano e o fazer pedagógico, no que tange às práticas de projetos implementados, não participam do que é memorável no arquivo. Então, aqui, o copo de mar é ainda menos cheio, pois que se elimina muito em arquivos da educação, buscando purificá-los daquilo que não é sua função precípua, ou seja, atender administrativamente ao órgão competente.

O museólogo e historiador Mário Chagas (p. 47,2002) afirma que a escola pública é uma instituição de memória, mas de uma memória projeto, uma memória que ainda não foi, uma memória do futuro, do vir a ser. Citando Lílian do Valle Leite, Em uma provocação que leva à reflexão sobre a escola e a preservação de suas memórias, que estendo aos órgãos destinados a gerenciar e a pensar a educação pelo Estado, ele afirma:

(...) Do ponto de vista da sociedade, a Escola pública pode ser dita instituição de memória, mas memória do que ainda não foi, memória do que se pretende preparar para o futuro, memória de um projeto que o torna permanentemente visível no seio da sociedade (LEITE, p. 96, 1997).

Faz-se necessário e urgente a recolocação destes arquivos educacionais, seja em esfera escolar, seja em órgãos gerenciadores, buscando trazer para eles profissionais capacitados, espaços apropriados e condizentes com sua importância e, sobretudo, um novo olhar sobre suas fontes. Repensar suas práticas de rotina e de organização faz parte de um projeto de uma nova política arquivística para a educação, tornando seus arquivos mais ricos e acessíveis.

Situando o arquivo como campo problemático para se discutir e se pensar a educação para além da natureza dos documentos que ele possa guardar, e dentro de uma discussão de memória que ultrapasse os projetos de futuro, podemos possibilitar novas reflexões sobre sujeitos, identidades, emblemas, disciplinas, instituições.

Iremos localizar o arquivo da Secretaria de Educação de Juiz de Fora como caso capaz de revelar a questão do debate educacional em torno das práticas educacionais e sua evolução, como caso típico de expressão do movimento entre memória e esquecimento através de sua trajetória de descartes e guarda, e de sua articulação com as políticas públicas de escolarização. Contando com um acervo total de mais de 2.000 caixas de documentos, separadas pela lógica administrativa das gestões municipais as quais pertenceram, o arquivo permanente da Secretaria de Educação pode, através de suas evidências, dar significado às várias nuances de memória e esquecimento nele presentes.

Do montante de caixas relativas ao arquivo permanente da SE, não podemos deixar de relatar que a fração referente ao século XIX e início do século XX até a década de 30 se encontra no Arquivo Histórico da cidade. Para esta pesquisa, deixar estes dados registrados é importante na medida em que eles dizem respeito a uma operação de memória que leva a monumentalização, ou seja, por motivos vários, inclusive espaciais e financeiros, o Arquivo Histórico da cidade opta pela guarda de uma parte da documentação relativa à educação na cidade. Sob o título de “Instrução Pública”, as séries número 16,71 e 152 referentes à educação municipal se iniciam no Império em 1854 e terminam em 1889, contendo, sobretudo, correspondências e indicações referentes ao ensino público, As séries 153 a 159 dizem respeito ao período da República Velha e guardam também correspondências, atas de exames escolares, pedidos de licença, reformas em escolas, exoneração de cargos, documentos referentes a projetos – leis, requerimentos diversos, pedidos de contratação de pessoal, mapas de frequência escolar, relatórios.

Levantar este material foi o meu primeiro movimento de cartografia sobre o arquivo da SE, embora, geograficamente, estivessem separados em diferentes lugares de memória, por diferentes operações de memória. O próximo movimento cartográfico foi feito sobre o acervo que restou à SE custodiar a partir da década de 30. Como já exposto anteriormente, o arquivo encontrava-se alocado quando da nossa chegada, em 2007, para assumir sua organização, no almoxarifado da Secretaria de Educação, em condições absolutamente adversas, mas dentro do esquema de provisoriedade a que sempre foi submetido. Naquele momento, um número muito reduzido de caixas estava identificado e organizado, não chegando a 400 caixas no total. O cenário encontrado era mais ou menos este:

Figura 1- Almoxarifado da Secretaria de Educação (parte 1)



Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Figura 2- Almoxarifado da Secretaria de Educação (parte 2)



Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Figura 3- Almojarifado da Secretaria de Educação (parte 3)



Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Neste período inicial do trabalho, a preocupação ainda não era investigativa, mas basicamente de organização arquivística. Com o trabalho de dissertação de mestrado em educação, a partir de 2009, o olhar torna-se mais apurado no sentido de buscar visualizar o arquivo para além de sua organização e, daí, então, investigá-lo do ponto de vista da pesquisa tomando por referência o campo problemático da Educação. Acima de tudo era preciso deixar de inquirir as fontes arquivísticas a partir do lugar da arquivologia e olhá-las a partir do universo reflexivo da Educação. Isso significava pensá-las enquanto sinais de operações de guarda e exclusão e, além disso, enquanto suportes capazes de traduzir ou inquirir aspectos da história da educação no município, tomando por eixo o entendimento de que a cultura material na escola nos permite pensar nas dimensões da Cultura escolar. O trabalho passa a ser então o de uma arqueologia das fontes do arquivo, concomitantemente à dinâmica de sua organização, porque dela dependia o levantamento que pretendíamos fazer acerca dos sujeitos que constituíam o discurso daquele espaço de memória educacional.

Antes do levantamento sobre o repertório de fontes e suas frequências, como pretendíamos fazer para entender o que foi lembrado e o que foi esquecido no arquivo, era necessário que se estabelecesse um critério e o primeiro a ser eleito foi o critério

temporal e político, ou seja, localizar as caixas-arquivo que já traziam uma temporalidade mais ou menos definida nas gestões municipais das quais eram produto. Portanto, utilizamos um critério político de periodização das fontes através das administrações municipais, o que fez surgir a necessidade primeira de elencar a sequência de gestores a partir de 1938, ano do primeiro documento do arquivo. Pode-se questionar a opção por fazer o levantamento das frequências documentais a partir das gestões municipais pela sua obviedade ou mesmo limitação, ao que contrapomos o argumento de que as decisões de guarda da documentação estavam e estão intimamente ligadas aos gestores e sua linha de atuação frente aos arquivos, porque estes passam pelo filtro das prioridades políticas das administrações.

O volume de guarda de cada administração diz muito do perfil de uma época, ainda que possa ter havido eliminações no caminho, o que também pode ser indicativo de opção de memória por parte de gestões posteriores àquelas analisadas.

Definido o critério periódico por gestões municipais, iniciamos da frequência das tipologias documentais no repertório das fontes identificadas e listadas em mais de 1000 caixas. A lista a qual nos referimos traz detalhadamente todos os documentos que compõem as caixas, uma por uma, e foi a partir dela que tornou-se possível, então, construir um perfil dos tipos documentais do arquivo em um período de aproximadamente sessenta anos. Montamos uma tabela na qual foi identificado o número da caixa, a administração da qual provinha e os tipos documentais que continha. Feito isto, iniciamos a contagem e, então, se tornou mais claro o cenário geral de cada gestão municipal e que cada uma portava de si em termos de guarda.

Como o foco principal da pesquisa se centrava nas vozes dos sujeitos presentes e ausentes no arquivo, nova tabela foi feita redistribuindo as caixas, as tipologias e as gestões de acordo com o sujeito investigado. Este foi um trabalho demorado e difícil porque visava a interpretação das frequências por período e das frequências por natureza de cada caixa e isso só podia ser feito através de um levantamento quantitativo, através da contagem de caixa por caixa. Contudo, o levantamento com esta percepção e intenção permitiu uma categorização de natureza associada a uma categorização política. Dentro do que se buscava, o esforço de mapeamento do arquivo possibilitou uma visão ampliada sobre o repertório de fontes, ao mesmo tempo em que permitiu uma visão particularizada a partir de cada sujeito e suas frequências em cada gestão municipal.

Ao se pensar na formação deste arquivo, a referência mais concreta é o próprio serviço administrativo e burocrático expresso na organização das caixas onde se encontra a documentação hoje, até porque toda a documentação foi criada em função deste serviço e para atendê-lo. Esclarecemos que o número total de caixas diz respeito à quantidade levantada, ou seja, identificada, registrada e etiquetada até a data final desta pesquisa. A acumulação documental, ou o que dela se resolveu guardar, nos dá indícios do crescimento do processo de escolarização na cidade:

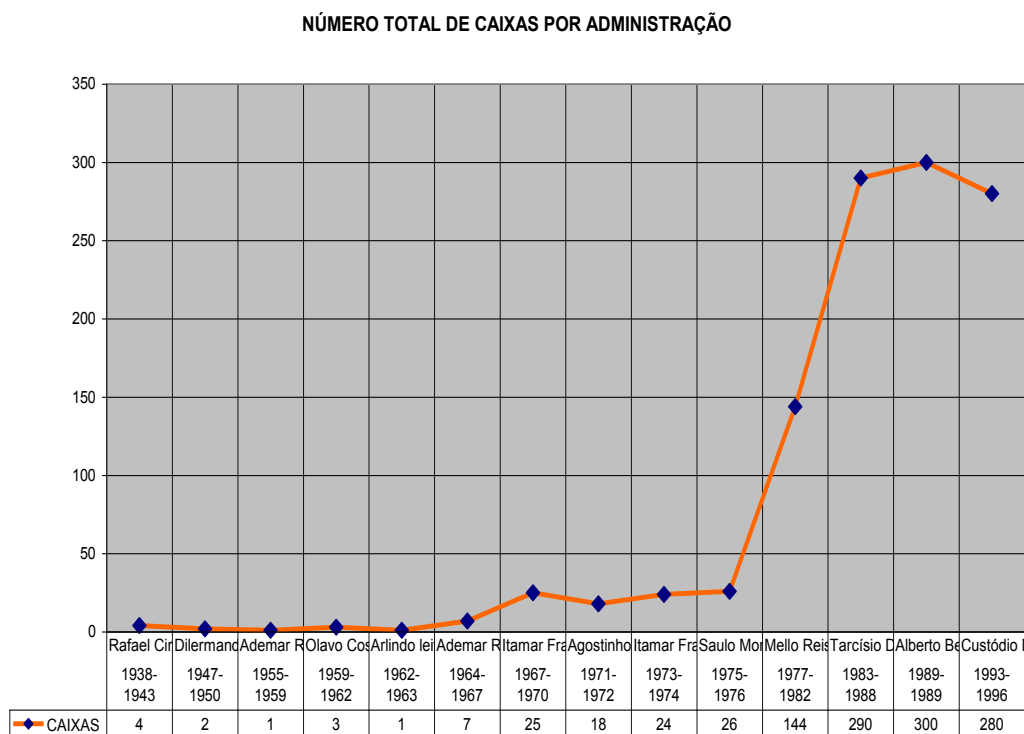
Tabela 1 - Número de caixas-arquivo por gestão

<b>PERÍODO</b>	<b>PREFEITO</b>	<b>NÚMERO DE CAIXAS</b>
1938 -1943	Rafael Cirigliano	04
1947- 1950	Dilermando Martins	02
1955 -1959	Ademar Rezende	01
1959 -1962	Olavo Costa	03
1962 -1963	Arlindo Leite	01
1964 -1967	Ademar Rezende	07
1967- 1970	Itamar Franco	25
1971- 1972	Agostinho Pestana	18
1973 -1974	Itamar Franco	24
1975 -1976	Saulo Moreira	26
1977- 1982	Mello Reis	144
1983 -1988	Tarcísio Delgado	290
1989 -1989	Alberto Bejani	300
1993 -1996	Custódio Mattos	280

Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Quando convertemos tal tabela para um gráfico temporal, passamos a ter uma dimensão mais clara do movimento de perdas desse arquivo e do acúmulo recente não atravessado por políticas de descarte, como é possível observar pelo gráfico a seguir:

Gráfico 1- Número Total de Caixas por Administração



Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Para entendermos e localizarmos melhor a questão das gestões e o acúmulo e perda documental dentro do arquivo da SE, faz-se mister deixar claro que, para a análise feita a partir de uma periodização política, adotamos, baseados no suporte teórico interpretativo de Saviani (2005), que traça um recorte sobre o protagonismo dos Estados na oferta do ensino público na Primeira República até 1931, o protagonismo da União em relação à educação de 1931 a 1961 e de 1961 a 2001, um período que corresponde às iniciativas de unificação da regulamentação do ensino, e Werle (2005), que focaliza a estruturação e as relações entre as instâncias federal, estadual e municipal na administração da educação, a seguinte baliza histórica: República Velha/ Estado Novo/ Populismo/ Ditadura Militar/ Redemocratização. Tais períodos históricos vêm de encontro às frequências encontradas no arquivo e podem nos servir de referência em termos de uma política nacional em educação em relação às conjunturas vividas pela cidade.

No que se refere à República Velha, é válido salientar que, embora ela não apareça no gráfico pelo fato de que esta documentação não consta no arquivo, este foi um momento de tomar a educação como uma das principais colunas da nova estrutura republicana. Em Minas Gerais, as diretrizes republicanas serão

concretizadas na Reforma Educacional de 1906, no governo de João Pinheiro: “Na concepção da nova legislação, a escola passava a ser considerada um dos pilares que sustentariam a estrutura republicana, através da difusão do ideal de pátria e dos princípios morais, identificadores da nação.” (Yazbeck, p.199, 2008)

A partir da legislação de 1906, são criados, em Minas Gerais, os grupos escolares, com o objetivo de ampliar o atendimento educacional às classes média e baixa da população, uma vez que o projeto em educação existente, até então, privilegiava a elite industrial. Os grupos escolares visavam inserir a classe baixa em um universo de organização do trabalho capitalista, imprimindo uma nova ética do trabalho (Yazbeck, 2008). Estes grupos escolares eram mantidos pelo estado de Minas, tendo, portanto, um acervo documental acumulado de forma diferenciada e com formas de guarda também diferenciadas.

O gráfico nos revela, em uma mirada mais ampla, em relação a Juiz de Fora, que as administrações municipais evidenciam, ao longo dos sessenta anos de acúmulo documental, atitudes assimétricas de guarda, ocorrendo momentos de recuos, regressões, crescimentos quantitativos. Caso consideremos a data inicial do primeiro documento do arquivo, veremos que a República Velha não consta do repertório de fontes e que o arquivo se inicia no Estado Novo, podendo levar à interpretação equivocada de que a cidade não possuía uma educação municipal no período anterior, ou tivesse um cenário educacional estagnado, o que os dados da época contradizem, pois Juiz de Fora, a esta época, vivia um período de dinamismo econômico e cultural que se refletia na educação. O sistema educacional da cidade expandiu-se tanto na rede privada quanto na pública. Em 1913, através de estatística realizada, registrou-se a criação de inúmeras escolas. Naquele momento, no censo realizado, levantou-se um total de 72 estabelecimentos de ensino (Candiá, 2008). No que concerne à municipalidade, teremos os seguintes dados:

Da relação de 31 escolas urbanas existentes, 21 eram da rede particular e 10 da rede pública, perfazendo-se, em ambas as redes, um total de 3.904 alunos matriculados em seu perímetro urbano. Das dez escolas sustentadas pelo poder público, cinco eram mantidas pela Câmara Municipal e as outras cinco pelo governo do Estado. As estaduais - que compreendiam três grupos escolares e duas escolas noturnas - atendiam a 87,56% dos alunos matriculados no setor público (1401 alunos), ficando as escolas municipais com apenas 12,44% deste contingente (207 alunos) (CANDIÁ, p.146, 2008).

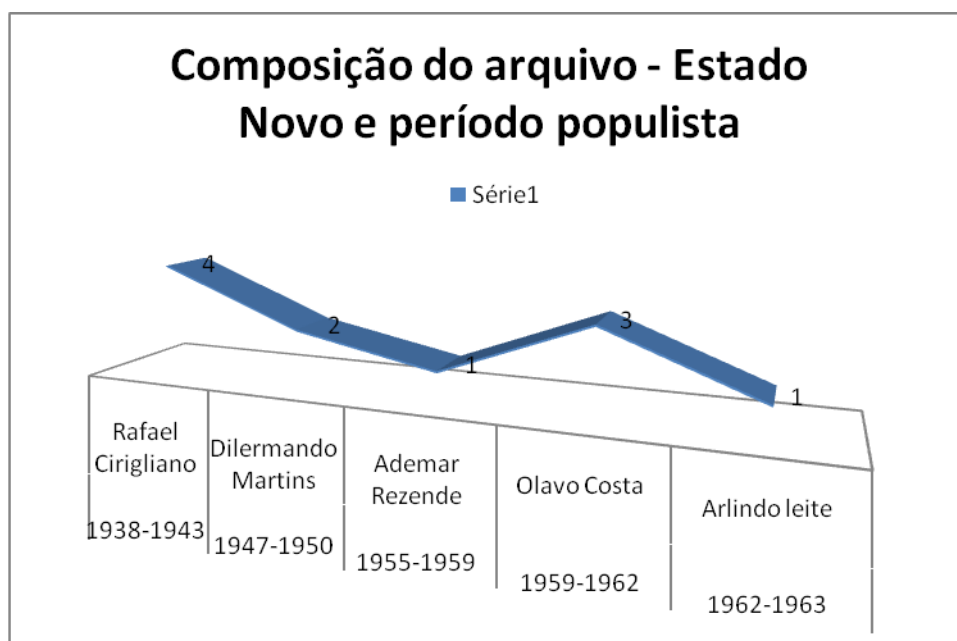
Embora em número inferior ao restante das redes (particular e estadual), o município se faz presente na educação da cidade, através da Câmara Municipal que



mantinha sob sua responsabilidade sete escolas na zona urbana em 1913, as quais funcionavam no período noturno, sobretudo, nas áreas suburbanas com o objetivo de atender à classe trabalhadora (Candiá, 2008). Se temos uma municipalidade que participava efetivamente da educação na cidade, dentro dos parâmetros da República, que dava seus primeiros passos, e esta participação não se restringe a 1913, chegando até 1930, temos, em consequência, produção documental oriunda destas atividades. E esta documentação, ainda que reduzida a cinco caixas-arquivo, encontra-se apartada do acervo pertencente à SE, fazendo parte do Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal, o que denota uma não centralidade na ação de guarda e, portanto, não podendo figurar em nosso mapeamento.

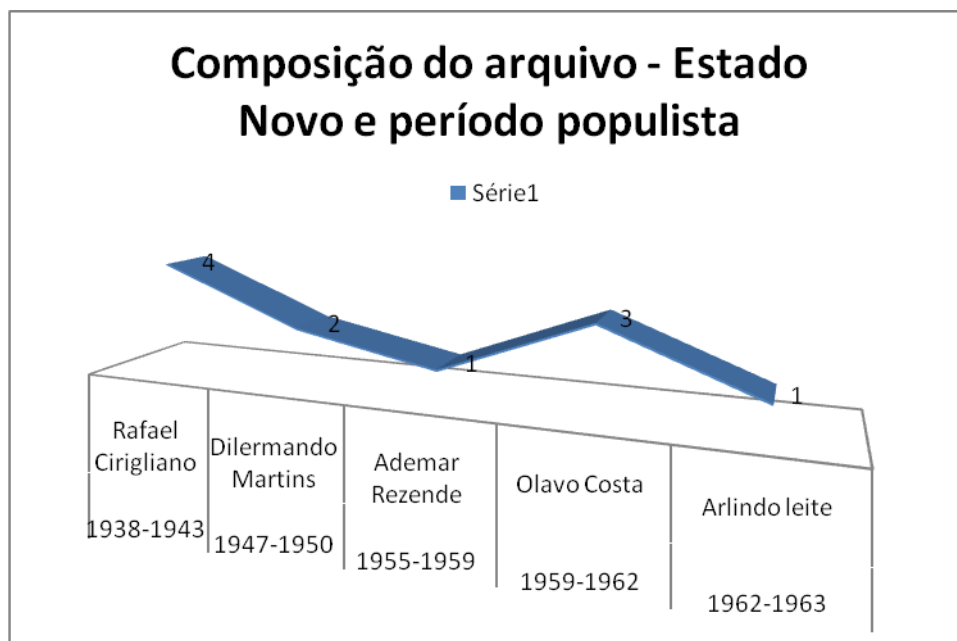
Em um trabalho de cartografia que filtra a documentação por períodos históricos, teremos a seguinte configuração:

Gráfico 2- Composição do arquivo- Estado Novo e período populista (parte1)



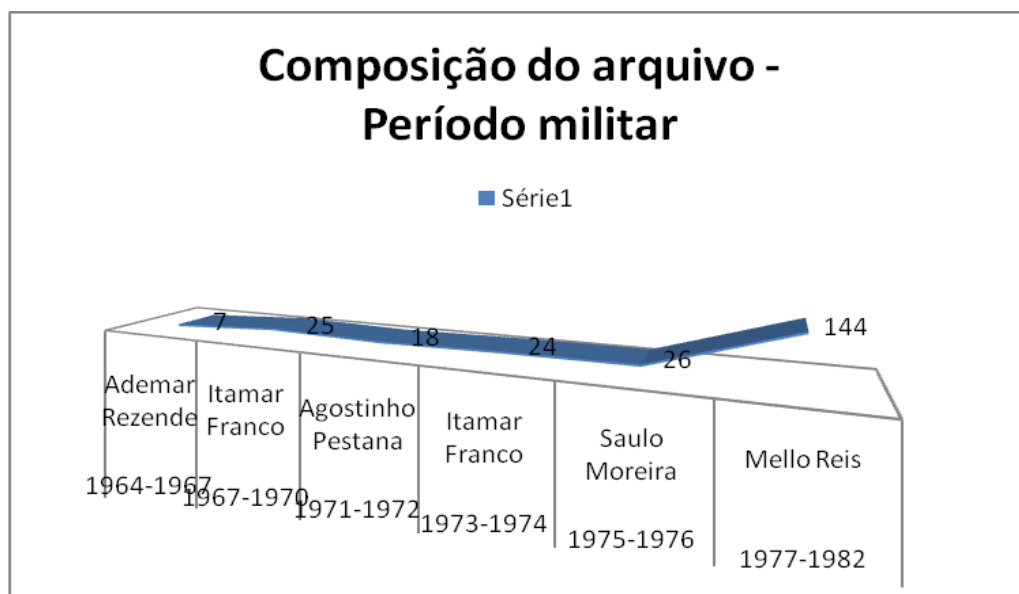
Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Gráfico 3- Composição do arquivo- Estado Novo e período populista (parte 2)



Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Gráfico 4- Composição do arquivo- Período Militar



Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Observando as gestões municipais a partir de 1938 e tomando o número de caixas sobreviventes, é possível levantarmos algumas possibilidades interpretativas:

Ao olharmos o conjunto documental preservado, é possível identificarmos a presença de grandes lapsos documentais, por conta dos quais surgiu a dúvida a respeito da produção, ou seja, se seriam aqueles documentos apenas fabricados ao longo das gestões ou se aconteceram momentos de eliminação que acabaram por

possibilitar aqueles lapsos temporais. Pesquisando na documentação já identificada e listada, foi possível localizar mais de um processo de eliminação que ficaram registrados na documentação do arquivo; na verdade dois registros, que, no entanto, não qualificaram a tipologia dos documentos descartados, relativos aos períodos de 1938 a 1967, e que podem nos permitir entender a diminuta presença de caixas concernentes a estes anos. Temos, desses processos de eliminação, uma correspondência que relata de forma sintética o procedimento e que dá conta de uma quantificação de documentos eliminados, mas não da tipologia:

Figura 4- Relatório de trabalho

**RELATÓRIO DE TRABALHO**

**ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO PERMANENTE**

**Dados de identificação:**

- Secretaria Municipal de Educação
- Departamento de Educação Básica - DEB
- Divisão de Educação Regular - DERE
- Data: 1º/12/99
- Elaboração: Janete Menini

**Descrição:**

Aos quatorze dias do mês de dezembro de 1998, iniciei o trabalho de reorganização e recuperação do Arquivo Permanente da Secretaria Municipal de Educação.

O primeiro passo, foi analisar o material que se encontrava nas dependências do Arquivo Permanente e selecionar aquele que de fato pertencia ao mesmo. Separamos um total de 973 kg de papel, não pertencentes ao Arquivo Permanente que foram embalados, relacionados e encaixados em 36 caixas do tipo "papel Chamex" e enviados à Paraibuna de Papéis para serem reciclados.

Terminada esta "faxina", em 10/02/99, iniciamos, propriamente dito, o trabalho de organização e recuperação do Arquivo Permanente, que seria:

- trocar as caixas danificadas;
- etiquetar as caixas de acordo com os documentos nelas contidos;
- organizar as caixas nas prateleiras, seguindo o registro geral já existente, separando-as por departamentos e em ordem numérica.

Então, de acordo com este esquema, trabalhamos:

- 304 caixas - SAP *(Ser. Arquivo Permanente)*
- 109 caixas - DAC/DIOC
- 98 caixas - DEAD
- 180 caixas - DERE
- 12 caixas - MOBRAL

Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

O documento datado de 1999 refere-se a um período de reorganização do arquivo na antiga sede da Secretaria de Educação, no bairro Santa Terezinha. A funcionária, da qual decidi omitir o nome por questões éticas, já que não temos a informação quanto à iniciativa do descarte, era professora da rede municipal e estava em processo de reabilitação na época. Pelo documento, podemos retirar a informação de que 973 kg de papel que não foram considerados pertencentes ao arquivo permanente foram embalados, relacionados e enviados à reciclagem.

Da relação feita e citada sobre os documentos eliminados, não tivemos conhecimento, não chegou até o arquivo. Intrigou-nos sobremaneira a questão da seleção sobre estes documentos e o que tanto a gestão da secretaria à época, quanto os próprios condutores do processo consideravam como sendo um documento de arquivo permanente ou não. A funcionária classifica a ação de eliminação como “faxina”, o que nos leva a crer que um grande processo de destruição documental tenha ocorrido neste período, ocasionando boa parte dos lapsos detectados nesta pesquisa.

Em período anterior, em 1990, encontramos também o relato de uma tentativa de reorganização do arquivo que “há muitos anos víamos a necessidade de ser realizado por possuir material que não era necessário estar arquivado” (ver reprodução abaixo). Interessante notar que o trabalho de reorganização já parte do pressuposto de que a racionalização do arquivo está ligada ao espaço ocupado por ele, e, portanto, a solução para os problemas gerados é eliminar o máximo possível para controlar a questão.

Mais uma vez, como na eliminação de 1999, não tivemos acesso a informações que pudessem nos dar conta dos critérios de seleção e avaliação destes documentos, ficando somente a vaga e imprecisa notificação de que aqueles documentos não deveriam estar arquivados. Por quê? Baseados em que tabela de temporalidade ou baliza histórico-cultural? Não saberemos. O que restou de notícia mais precisa é que das 961 caixas consideradas como arquivo permanente restaram 286, ou seja, 686 caixas que tiveram seus departamentos relacionados no documento abaixo reproduzido, foram riscadas para sempre da cartografia do mapa do arquivo da SE, sem que, contudo, possamos saber a que tipologia pertenciam seus documentos ou se havia de fato interesse comprobatório ou para pesquisa neles.

O que nos parece é que a ideia de faxina como elemento organizador - e faxina entendida como a destruição do que não se deseja, ou não se atribui importância, por critérios por nós desconhecidos - foi uma constante nas decisões sobre a questão do que se lembrar e do que se esquecer no arquivo da Secretaria de Educação. Importante também destacar que o trabalho neste arquivo sempre foi pensado e executado por funcionários da própria SE, o que nos dá indícios para interpretar a total falta de profissionalização para a área, ou mesmo uma característica de provisoriedade, ou de solução mais imediata e cômoda, sem qualquer tipo de consultoria ou de contratação específica. Todas estas operações são capazes de dar mostras da forma como o Estado se relaciona com sua própria produção documental e em uma instância maior, com sua própria memória.

Figura 5- Relatório de trabalho realizado no arquivo morto da Secretaria de Educação

RELATÓRIO DO TRABALHO REALIZADO NO ARQUIVO MORTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Estamos entregando à Chefe do GBE Srs. Solange Rossini de Oliveira, nosso trabalho de reorganização do Arquivo Morto da Secretaria de Educação, trabalho este que há muitos anos vimos necessidade de ser realizado por possuir muito material que não era necessário estar arquivado.

Foi um trabalho de 3 meses - julho - agosto e setembro, mas valeu a pena. Tivemos à ajuda de várias pessoas das seções, verificando cada uma o que não era necessário ser arquivado e fazendo as mesmas o trabalho de eliminação dos documentos.

Levamos 1 mês e meio selecionando os documentos que teriam que ser arquivados e 1 mês e meio, organizando os documentos por ordem cronológica, coisa que não foi feita da 1ª vez e arquivando-os nas caixas.

Foram feitas fichas dos assuntos existentes nas caixas com os correspondentes rótulos identificando cada caixa com os respectivos assuntos.

Segue uma relação das caixas que existem no antigo arquivo e o total de caixas atualmente de cada setor.

	ANTIGO	NOVO
GAB	75	19
CMED	63	03
DAC	75	34
SAP	195	89
DEAD	110	50
DEFE	154	47
DPE	159	12
MOBRAL	29	12
DEB	71	20
TOTAL	951	265

Foram diminuídas 665 caixas do antigo arquivo. Foi um trabalho feito com muito carinho, muito estafante, só quem conhecia o antigo arquivo saberá valorizar o que / realizamos.

25/09/90

Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

De qualquer forma, levando-se em consideração estas eliminações - e nisto vai uma possibilidade de interpretação - a seleção feita, deixando sobreviventes livros de levantamento de pessoal administrativo e de atas de resultados finais das escolas municipais com datas limites que vão de 1938 a 1969, nos dão indícios do que era relevante para a Secretaria de Educação guardar a respeito de seu funcionamento interno, do que deveria ser memorável. Arriscamos dizer que prevalece nessa guarda uma mentalidade funcional e administrativa, ou seja, guarda-se o que poderia ser útil a alunos e professores futuramente. Tais livros, ainda hoje, têm este caráter funcional, sobretudo no que diz respeito a resultados de alunos e à feitura de históricos escolares, mas ganharam também o *status* de monumento, pois são os documentos mais antigos do arquivo e possuem a assinatura de atores conhecidos da rede municipal. A preocupação com a história parece que não constou nos critérios de seleção feita sobre a documentação referente à metade do século XX.

A acumulação documental na Secretaria de Educação aponta para indícios de que acompanhou o processo de crescimento de escolarização não só na cidade, mas no Estado e no país. Contudo, podemos perceber que este processo de oferta de serviços públicos de educação não se encontra representado no arquivo da Secretaria de Educação, ou seja, a educação enquanto sistema existia desde meados do século XIX na cidade, mas seus registros são escassos. Já feita em período anterior acima A Primeira República encontra-se representada em 05 caixas-arquivo localadas no arquivo histórico da cidade, não se encontrando nelas nada que possa dizer do cotidiano da educação neste período. Mesmo após a década de 30, quando se dá de forma mais sistemática a modernização do Estado brasileiro, as frequências documentais no arquivo vão diminuindo, voltando a ter representatividade na década de 60, quando ocorre um processo de democratização e acesso à escola pública.

É válido lembrar que, após a proclamação da República no Brasil com a promulgação da constituição de 1891, a educação passa por um momento de descentralização e segmentação no que diz respeito ao aspecto administrativo. Dois blocos tornam-se responsáveis pela administração educacional: o Federal responsável pelo ensino superior e secundário, e o Estadual, pelo primário, profissionalizante e de formação de professores. Este formato acabou por gerar um espaço de autonomia do Estado e da não intromissão da União na questão das primeiras letras, e a ideia de um Estado articulador entre os diferentes níveis de educação não se construiu neste período da sociedade brasileira (Werle, 2005)

Faz-se necessário destacar que a mudança do cenário político em 1930 traz profundas transformações na forma de organização da máquina burocrática do Estado no sentido de sua modernização capitalista. E é necessário, também, ressaltar que as mudanças no aparato administrativo deste Estado - incluindo aí todo o aparelhamento técnico com a criação de novos ministérios, secretarias, departamentos, órgãos - implicaram em uma maior materialidade que tem a produção documental como uma de suas expressões, inclusive no campo da educação. Segundo Sônia Draibe, a criação destes aparelhos organizados no interior do Estado está associada aos projetos de avanço da acumulação capitalista industrial:

Na materialidade da sua ossatura, o Estado brasileiro avança seu processo de constituição de Estado nacional e capitalista. Mas o faz sob essa forma específica, inscrevendo nos seus aparelhos os diferentes interesses sociais que, assim, sofrem um processo de generalização e abstração, metamorfoseando-se, agora, em “interesses nacionais” e constituindo-se na substância das políticas do Estado. Desse modo, o caráter capitalista desse Estado em formação é impresso na sua própria estrutura, na medida em que a nova máquina burocrático-administrativa que emerge a partir de 1930 condensa e exprime, nos seus aspectos propriamente materiais, as relações e contradições básicas da sociedade (DRAIBE, p.83, 1985).

Em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, a União passa a assumir um papel de maior protagonismo em relação ao ensino. No que se refere aos municípios, passa a existir uma relação mais clara entre a representação local e a instância federal a partir do momento em que se cria, nos anos 30, um corpo de informantes municipais que tinham a função de colaborar com a Diretoria Geral de Informações Estatísticas e Divulgação do Estado. Estes informantes municipais articulavam-se também com o nível estadual e atuavam como órgão de informação local, sendo indicados para tal função pelo Prefeito (Werle, 2005).

A preocupação com o registro de informações sobre a educação e o repasse destas à União explica, em parte, a existência dos livros de Atas de Resultados Finais de Alunos que se iniciam em 1938, embora o registro estatístico de alunos, escolas e resultados já esteja presente em relatórios anteriores, como o do inspetor Albino Esteves, em 1913, o que já demonstrava uma preocupação da principiante república, sem, contudo, haver ainda uma educação voltada para as massas. No entanto, se levarmos em consideração o contexto de modernização do Estado pós 1930, não teremos expressa, no arquivo da Secretaria de Educação, a materialidade advinda da nova organização burocrática.

Os dados sobre a educação municipal, neste ano de 1938, trazem os seguintes números de alunos e escolas, de acordo com levantamento feito no livro de resultados finais das escolas municipais havia e 147-alunos. Na maioria das vezes as salas eram compostas por poucos alunos, levando-se em consideração que no livro só há registros de alunos aprovados.

Um dado também a se observar, neste ano e nos seguintes, é que várias das escolas citadas no livro situavam-se na zona rural de Juiz de Fora, muitas delas em fazendas. País nitidamente rural até pelo menos 1920, O Brasil passa a viver nestas primeiras décadas do século XX um intenso processo de urbanização e advindo daí a expulsão dos homens do campo. Enquanto o discurso da Primeira República privilegia a educação do meio urbano, em detrimento da rural, a partir do final da década de 20 percebe-se um movimento de retomada da educação rural a partir da Conferência Nacional de Educação, a criação da Associação Brasileira de Educação e o Movimento da Escola Nova. Este processo de escolarização, sobretudo após 1940, enuncia algumas características:

A escolarização nos meios rurais, a partir dos anos 40, adquire a conotação de ser um instrumento capaz de colaborar na fixação das populações em seu ambiente original. A escola rural deveria ensinar conhecimentos básicos. Assim, se o aluno viesse para a cidade teria as habilidades mínimas necessárias para sobreviver em novo ambiente. Porém, essa escola também deveria ter propósitos maiores, no sentido de desenvolver saberes de acordo com as necessidades da vida das populações rurais. Tudo isso teoricamente, pois, em muitos casos, a realidade mostrou-se diferente e os currículos escolares eram os mesmos, tanto para as escolas das cidades quanto para as do meio rural (ALMEIDA, p.285-286, 2005).

O arquivo da SE apresenta, nos anos seguintes a 1938, uma representatividade documental ainda baixa e não há registros do cotidiano das escolas nas caixas-arquivo, bem como não há registro deste cotidiano no que se refere à própria SE. Permanece a lógica funcional de guarda de documentos, ou seja, documentos de pessoal e de alunos são guardados ainda que em pequena escala.

Em tratando da questão da materialidade expressa em documentos, podemos também observar que, em relação ao Estado Novo, quando se propagam via governo central, os princípios do civismo, da moral e da higiene não encontraremos vestígios das práticas escolares de divulgação destes princípios no arquivo da SE, que, pelo visto, eram rotineiras e comuns nas escolas da cidade, a exemplo dos grupos escolares conforme Yazbeck:



As atividades e as festas cívicas tornaram-se mais intensas, com obrigatoriedade de aprendizado dos hinos e participação dos alunos nas marchas militares ou em solenidades cívicas. (...) Estas festas cívicas se dividem nas realizadas dentro do espaço interno dos Grupos, e as atividades realizadas fora da instituição nas ruas da cidade, como paradas, representações de alunos em solenidades em outra instituição (p.206, 2008).

As fontes consultadas pela pesquisadora em educação, Dalva Carolina de Menezes Yazbeck, dizem de Atas de Auditórios pertencentes aos dois grupos escolares e as Atas das Reuniões de Leitura que “apontam os preparativos e a execução das atividades cívicas”. Ainda neste roteiro de fontes, temos os livros de Atas das Excursões que apresentam as visitas realizadas no interior dos grupos e nas ruas da cidade, tendo em vista os monumentos e os museus locais (Yazbeck, 2008). Estes documentos nos dão conta da tipologia documental de um cotidiano que envolve várias práticas em defesa do civismo e do amor à pátria, comuns ao Estado Novo, ainda que visto do ponto de vista oficial, e que não se encontra representado no arquivo da SE, nos apontando para operações de memória que buscaram silenciar este momento seja de que forma ele estivesse representado.

O Estado Novo, iniciado em 1937, trará mudanças relevantes no quadro da escolarização do país, por apresentar um cenário de centralização administrativa que se fará sentir no universo educacional com bastante força:

A unificação num quadro de referências político-administrativo central e especializado começa a se delinear a partir de então. A reduzida estrutura administrativa da instância federal não daria conta das propostas de civismo, disciplina e desenvolvimento. Era preciso encaminhar novos direcionamentos à sociedade brasileira. Objetivos e fins da educação tornaram-se pauta de políticas e as estruturas administrativas da educação foram alteradas. Várias diretrizes legais e organismos contribuíram para a extensão e construção de um poder controlador centralizado (WERLE, p.44, 2005).

Neste momento há, então, o fomento à criação de escolas pelo país, bem como o favorecimento às escolas de ensino primário. Em 1938 é criada a Comissão Nacional de Ensino Primário, que orbitava na instância federal e que tinha “funções normativas, ao definir entendimentos sobre obrigatoriedade, currículo, gratuidade e, com funções operativas, frente aos dois elementos polarizadores da época, o analfabetismo e a nacionalização” (Werle, p.45, 2005). Ainda, em 1938, é criado o

INEP que tinha por função articular ações com outros órgãos e instituições do Brasil, prestar assistência técnica aos estados e municípios.

Importante notar que este impulso dado à escolarização no período do Estado Novo está intimamente ligado à própria forja de mentalidade que se desejava criar na população, daí o extremo controle sobre o sistema educativo que passa a ter uma função unificadora (Werle 2005) em torno deste Estado, tanto em nível federal quanto em nível estadual e municipal. No que se refere à questão da inserção do processo de escolarização na cidade, o livro de atas de resultados finais nos apresenta os seguintes números. O número de escolas e alunos referentes há estes anos são 1947-1950: 902 alunos; 1955 -1959 não há dados; 1959 -1962 -8 17 alunos; 1962, 322 alunos; 1964-1967 1053 alunos. Mais uma vez cabe observar o diminuto número de documentação sobrevivente e relativa a este período da história da educação municipal na cidade, que, pelo contexto nacional, se levarmos em conta toda a movimentação ocorrida, poderia ser mais extensa e rica.

Após o fim do Estado Novo, algumas instituições criadas por ele ainda permanecem, mas novos processos são desencadeados (Werler, 2005). Em 1953 é criado o Ministério da Educação e Cultura, dissociando então educação e saúde que, ao contrário do caráter centralizador do Estado Novo, terá no final da década de 50 uma maior autonomia, delegando aos estados e municípios a responsabilidade sobre o ensino primário e médio. O que nos chama a atenção é que todo este percurso percorrido pelas escolas da cidade e que eram geridas pelo município neste momento, não se encontra materializado no arquivo da forma como ele se encontra hoje. As operações de escolha entre o que lembrar e o que esquecer não deixaram quase nenhum rastro deste período.

A década de sessenta traz, segundo Saviani (2005), um período fértil em experimentações educativas com a criação de colégios de aplicação e o surgimento dos ginásios vocacionais. A LDB de 1961 mantém a estrutura educacional proposta por Gustavo Capanema, ainda no Estado Novo, trazendo, porém, uma flexibilização a ela (Saviani, 2005). Mas será o golpe militar o responsável pela nova orientação educacional no país, sobretudo através das “leis 5.540/68 que reformulou o ensino superior e a 5.692/71 que alterou os ensinos primário e médio, modificando sua denominação para ensino de primeiro e segundo graus” (Saviani, p.34, 2005). Podemos localizar, também, no período ditatorial militar, além do rearranjo legal para as questões do ensino, que ajustaram a educação para as demandas da conjuntura,

uma forte tendência para a centralização e, além dela, para uma racionalização administrativa. Isso pode explicar, em parte, o conjunto documental surgido no arquivo da Secretaria de Educação na década de setenta, sua forma organizacional e até sua preservação. Werle nos expõe que:

(...) é marcante que, no período da ditadura militar (1964-1984), ocorreu uma valorização da racionalidade, eficiência, controle e centralização de decisões no poder executivo sob a justificativa da modernização. O padrão centralista e autoritário de governo, que vinha em processo de elaboração desde os anos 30 materializa-se através de três aspectos principais da sociedade brasileira: - centralização administrativa: concentração do poder decisório na cúpula da burocracia federal; - inacessibilidade da participação individual e comunitária à formulação da política pública (Campos, 1990, p.40) (WERLE, p.47, 2005).

Podemos observar, pelo número de caixas levantado no arquivo, referentes ao período pós-ditatorial militar, algumas características das gestões municipais e a forma de guardar sua memória da educação, através de um resumo da documentação por elas arquivada.

No período que se estende de 1967 a 1970, há um salto quantitativo no número de caixas, se comparado aos anos anteriores, marcados pela fragmentação. Vale ressaltar que, em 1969, há a criação de fato da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e uma preocupação maior com os registros de atos internos da SE, embora em número pequeno.

Não devemos perder de vista que o arquivo passou por processos de eliminação em gestões diferentes sem que possamos saber especificamente o que foi eliminado, nos apontando para uma nova seleção do que deveria sobreviver no acervo, além daquela, fruto das próprias administrações.

O traço de permanência aqui é que o cotidiano é pouco lembrado, seja das escolas, seja do próprio órgão governamental. Dentre as caixas do período relativo ao Governo Itamar Franco, quando da criação da SE, destacamos como documentos incidentais, ou seja, documentos fora do padrão administrativo, os primeiros registros fotográficos da Secretaria, trazendo cenas cotidianas das salas de aula das escolas da rede.

Deste mesmo período temos um material didático usado nas escolas para a divulgação da Campanha Nacional da Merenda Escolar que traz máscaras, teatro de sombras e textos usados em sala. Estes são registros incomuns dentre as tipologias documentais encontradas nas caixas-arquivo pertencentes ao acervo.

Nos anos seguintes, no mais das vezes, encontramos uma tipologia que se repete, sobretudo a partir de 1977, quando no Governo de Francisco Antônio de Mello Reis deparamos, pela primeira vez, com um conjunto documental orgânico e com uma feição mais definida, quantitativamente falando e qualitativamente também. Este momento do arquivo nos permite uma análise mais detida da gestão educacional do município naquele contexto, embora estabeleça, para os anos posteriores, um padrão de arquivamento com olhar estritamente administrativo que se reproduzirá em outras gestões.

Trata-se de um reflexo da própria gestão em nível nacional promovida pelos militares, que buscava a racionalização da administração para a busca da modernidade, refletida, por sua vez, no arquivo. A documentação deste período obedece à proveniência original dos departamentos e setores por eles gerados e, a partir desta forma de arquivar, os demais anos virão também obedecendo a esta ordem, demonstrando a importância da manutenção da documentação de acordo com os organogramas da SE. O perfil da SE muda, bem como os setores que dela fazem parte, em função da mudança de perfil da própria cidade, que passa por um processo de modernização proposto a cidades de porte médio, como parte do planejamento estratégico de um Brasil Moderno.

Com a entrada de recursos financeiros, muda a cidade, muda o código de arquivamento da própria prefeitura, o que se refletirá na SE. Para a memória do que se queria guardar para além dos documentos de alunos e professores, aparecem, pela primeira vez, documentos estatísticos, o que nos anuncia uma nova preocupação pela menos registrada e arquivada pela SE.

Devemos localizar a questão das estatísticas, aqui como campo fundamental às políticas educacionais, uma vez que elas se guiam pelos números ali indicados, considerados objetivos e legítimos pelo Estado. Aparecem, aqui, também pela primeira vez, os quadros informativos de escola. A informação sobre a dinâmica de números e resultados parece ocupar um lugar privilegiado na organização documental pensada na gestão de Maria Luísa Moraes. A correspondência da SE também aparece em quantidade significativa, o que não podia ser encontrado na documentação fragmentária dos anos anteriores (1938 a 1976). Os cursos de formação e profissionalizantes têm lugar de destaque na documentação.

A Gestão 1983 -1988, que teve à frente o prefeito Tarcísio Delgado, manterá o padrão estabelecido pelo arquivamento anterior, acrescentando novas tipologias, mas

obedecendo a lógica departamental da SE do governo precedente. O que chama a atenção neste grupo é o número de caixas do gabinete do Secretário de Educação naquela gestão, o Sr. José Eustáquio Romão. O cotidiano do chefe da secretaria, com as ações diárias que isso envolve, bem como os projetos e propostas da SE passam a ter um registro mais detalhado e o desejo de guarda deste cotidiano revela por sua vez um desejo de memória.

A prática de se guardar os documentos pertencentes ao gabinete passa a ser constante nos anos posteriores. Percebemos também uma preocupação maior em registrar e guardar a documentação financeira e pessoal produzida. Encontraremos aqui documentação referente a regimentos das escolas municipais, dados estatísticos, que dentro do processo de escolarização encontram seu lugar neste contexto, e também o regimento interno da própria SE, pela primeira vez. Faz-se importante destacar que este é um período importante seja para o município, seja para o país, porque diz de um movimento de redemocratização, de reorganização de movimentos sociais, de busca do exercício do voto e da reivindicação dos direitos.

A administração municipal não fica impermeável a toda esta movimentação e, em alguns momentos, podemos encontrar, sobretudo nos registros fotográficos, a busca desse encontro com a sociedade, com as organizações comunitárias. Há a reforma e criação de escolas na rede municipal e, para estes eventos, bem como para outros que envolvem a comunidade, seja na forma dos mutirões, seja nos eventos de inauguração destas obras, as fotos registram as presenças das autoridades do município. Há também um nítido aumento numérico de alunos, o que aponta para a democratização do ensino na rede municipal, o que, de certa forma, poderá ser visto também no aumento não só da documentação propriamente dita, mas da tipologia desta documentação, ou seja, optou-se tanto por preservar mais documentos, como também preservar outros tipos que dissessem respeito àquele momento histórico.

A administração Carlos Alberto Bejani acontece em um momento educacional relevante para o país, uma vez que temporalmente vem suceder, em um ano, a promulgação da nova Constituição, a qual consagra várias reivindicações da sociedade e que representa a ruptura com vários laços do recente passado ditatorial. No campo da educação surge um novo projeto de LDB que, oriundo dos setores educacionais, traz o desejo de libertar a política educacional da política miúda, permitindo, assim, que ela avance e tenha continuidade (Saviani, 2005). Em lugar deste projeto, barrado pelo governo, é aprovado o projeto de Darcy Ribeiro, mais

maleável aos propósitos da política governamental (Saviani, 2005). A nova LDB mantém a mesma organização do ensino, mudando apenas a nomenclatura dos ensinos de primeiro e segundo graus para ensino fundamental e médio.

É deste período também a discussão e a implementação dos mecanismos de promoção automática, bem como da formação de professores em cursos de curta duração, o que, segundo Saviani (2005), gerará um dualismo no painel educacional, pois que as elites terão acesso a um tipo de ensino privilegiado, livre destes problemas, enquanto, mais uma vez, à massa restará uma educação sofrível. Em meio a toda esta conjuntura de discussões e mudanças nacionais, a gestão da professora Regina Mancini, na Secretaria de Educação, manterá no arquivo a ordem departamental do período anterior, com algumas modificações no organograma.

É um dos períodos mais fartamente documentados da SE e, da mesma forma, um dos que mantiveram traços do cotidiano no acervo; cotidiano de si e das escolas da rede, o que talvez retrate uma característica própria ou também capture o próprio movimento externo, em que muitos acontecimentos ocupam o cenário, e a necessidade de guarda do que se produz dentro deste contexto para a posteridade supera o de destruição.

Além da documentação recorrente e presente nos outros anos, encontraremos aqui uma preocupação constante com o registro das ações da SE através de relatórios, o que revela também não só a guarda do ato em si, mas a necessidade de se resguardar e de guardar a memória do que se fez durante determinado período. A relação SE/ escola fica também mais explicitada através das reuniões e visitas feitas pelos técnicos as quais poderiam ter acontecido sem que soubéssemos do ocorrido, mas que tiveram um registro para ratificar a intenção e para comprovar a ação.

Encontramos também, como tipo incidental, trabalhos de alunos que dizem respeito à cidade em seu aniversário, sua história. Portanto já apontam para um direcionamento, para uma configuração anterior, e que foram mandados para a Secretária como uma forma de agrado, e, guardados no arquivo, nos assinalam um desejo de memória que prova uma relação, no caso alunos/SE. Encontramos, ainda, material didático produzido para cursos de professores, embora em número pequeno.

A gestão Custódio Mattos (1993-1996) traz um período também rico em documentação e apresenta, ainda, a mesma forma de organização das caixas-arquivo, incluindo aí suas agregações departamentais. Temos um maior detalhamento e uma melhor organização da documentação financeira e de pessoal, dentro da lógica

da funcionalidade administrativa e das características da gestão Tereza Leite. A preocupação com a formação dos profissionais em educação, da mesma forma, está registrada através do material arquivado dos cursos e grupos de estudos oferecidos.

Encontramos, também, neste período, uma grande parcela da documentação estatística da rede sob guarda do arquivo, bem como o registro de vários projetos desenvolvidos pela SE. Não encontramos, contudo, se em comparação com outras gestões, uma busca voluntária pela guarda de uma memória que prova para além dos dados, ou seja, não há registros fotográficos ou documentais que provoquem uma lembrança das relações da SE com os atores que com ela traçavam diálogos.

Sobre os dados acima levantados, vale ressaltar que foram captados através de uma listagem pertencente ao arquivo da Secretaria de Educação e que faz parte do trabalho de reorganização iniciado em 2006. Nesta lista são registrados todos os documentos encontrados em cada caixa, bem como todos os dados encontrados na antiga etiqueta, preservando, assim, a procedência da documentação e garantindo um levantamento total do que o arquivo possui em seu arquivo permanente, o que facilita não só a localização de qualquer documentação, como também o processo de avaliação, seleção e futura eliminação de fontes que prescreveram.

Em um trabalho minucioso, lento e apurado, pudemos fazer o arrolamento do repertório das fontes em cada gestão municipal, tornando assim possível traçar um perfil de cada uma delas a partir da documentação sobrevivente no arquivo. Como os documentos estavam separados de forma mais ou menos cronológica, pois que foram arquivados respeitando a ordem departamental, optamos por usar a caixa-arquivo como medida para a análise proposta, seja das gestões como um todo, seja das relações entre estas gestões e seus sujeitos dialógicos.

O montante avaliado é de mais de 1000 caixas, higienizadas, identificadas e listadas pelo trabalho dos estagiários do arquivo. Para o levantamento foram construídas tabelas que fossem capazes de dar conta não só do número, importante para este segundo capítulo, por exemplo, mas também da tipologia documental, fundamental para o entendimento sobre a memória guardada no arquivo através de seus sujeitos e que será vista no terceiro capítulo. Cada caixa, no seu contexto, foi avaliada em quantidade e tipologia. Tanto o levantamento numérico, quanto o levantamento por tipologia documental foram feitos tendo no horizonte das gestões das quais os documentos avaliados faziam parte.

Este breve resumo, que apresenta, em linhas generalizadas, a forma como as gestões municipais procuraram organizar seus arquivos e sua memória através deles, nos traz algumas evidências a respeito de memórias e esquecimentos. O crescimento do processo de escolarização dentro de uma burocracia que se desenvolvia dentro da lógica da ditadura militar e, portanto, de todas as suas necessidades de comprovação de que o país passava por um momento de extremo desempenho econômico e social, sobretudo na década de 70, nos dá indícios de que a máquina estatal buscou uma nova forma de registrar e arquivar em papel seus atos e feitos.

O efeito cascata desse cenário, nas administrações estaduais e municipais, será imediato e sua repercussão será sentida nos arquivos setoriais, daí o fato de percebermos uma lógica documental, ou um conjunto mais orgânico de documentos na SE, no final da década de 60 e a partir da década de 70, quando o Brasil vive o momento do “milagre” econômico. Dados estatísticos educacionais não aparecem no arquivo aqui aleatoriamente, era necessário parecer ser e os números vêm corroborar e legitimar este cenário. O início do governo Itamar, no contexto ainda do Ato Institucional nº 5, nos traz, através da fotografia, o que até então era abstração no arquivo: as imagens de escolas e de alunos da Rede Municipal. Salas com seus materiais didáticos cotidianos colados nas paredes, representativas do ideário militar com seus heróis e crenças. Alunos sentados em carteiras duplas, uma escola congelada, não só pela imagem, como também pela intenção de conformidade.

A preocupação com os registros fotográficos será uma constante, sobretudo, a partir da década de 80, quando, além das escolas, representadas aqui de forma celebrativa nos eventos da prefeitura, aparece também a comunidade da qual elas fazem parte. Torna-se comum, a partir da gestão Tarcísio Delgado, o registro da presença do Prefeito junto às escolas e comunidade, o que por si só nos mostra uma nova orientação política em relação à educação, vista aqui como campo de ganho de popularidade. As inaugurações de escolas, de construções novas ou de reformas nos dão mostra dessa relação próxima entre o Prefeito, o Secretário de Educação e aqueles que demandavam o serviço, o que, aliás, na década de 80, com a redemocratização, configuravam grupos socialmente mais organizados. A ampliação crescente da escolarização faz da educação um garimpo para intenções políticas. E para além do ato, torna-se importante o registro para a posteridade.

As gestões desejam uma imagem de si para o futuro e esta imagem não podia estar restrita aos papéis escritos do arquivo, já que eles mostravam uma limitação



frente à questão administrativa e ao descarte; e isto vai se confirmar nas mais de 2.500 fotos deixadas como prova, no arquivo fotográfico. Com maior ou menor intensidade, todas as gestões marcam sua passagem.

Temos, a partir das marcas deixadas pelas gestões e salvaguardadas no arquivo, a possibilidade de abertura a vários trabalhos e pesquisas em educação. Mas não podemos deixar de registrar que muitas destas marcas foram apagadas do repertório de fontes do arquivo, silenciando, assim, vários períodos da história educacional na cidade. Este silenciamento pode nos dizer de processos de descarte que não aconteceram de forma longitudinal, mas em momentos de destruição de grande volume de massa documental como o ocorrido em 1999 e citado anteriormente.

O que pode se depreender destes momentos de eliminação sem a devida reflexão a respeito das tipologias e à revelia de políticas alternativas de preservação, como a microfilmagem e a digitalização, é que para a administração pública o pressuposto original da organização de um arquivo é a destruição daquilo que julga descartável. E o que se julga descartável em dado momento, sem uma política séria de avaliação documental, muitas vezes contradiz os interesses da história, da memória e, em última instância, do próprio serviço público, o qual, desta forma, deixa de contar com aportes que poderiam lhe assegurar melhores condições de utilidade pública e de garantia de cidadania à comunidade a qual pertence.

#### **4 ARQUIVOS ESCOLARES, CULTURA ESCOLAR E SENTIDOS DO DOCUMENTO DO ARQUIVO: UMA PROPOSTA INTERPRETATIVA**

No capítulo anterior, o propósito interpretativo recaiu sobre a dimensão quantitativa do arquivo e suas frequências ao longo da história do Brasil e, conseqüentemente, do arquivo da SE. Neste capítulo, o trabalho interpretativo pretende se deslocar da dimensão quantitativa e temporal para um esforço de encontro de uma periodização da história da educação brasileira na relação com a emergência de temas e problemas no campo educativo e investigativo da cultura escolar. Para isso iniciaremos a exposição tratando da questão da dos arquivos de educação e da cultura escolar como campo que abre possibilidades de leitura a novas pesquisas no universo da educação, ampliando o espaço a novas reflexões sobre os arquivos escolares e os arquivos de órgãos gerenciadores destas instituições escolares. Logo em seguida, faremos uma análise a partir das frequências documentais do arquivo e de cortes temporais baseados nas gestões municipais, das tipologias e dos sujeitos presentes no interior do arquivo.

Arquivos, sejam eles públicos ou privados, não são frutos de uma seleção natural do passado ou resultado final de suas verdades cruas, deixadas em forma de vestígios. Antes, os arquivos são frutos de escolhas, ações, intervenções, interesses, desinteresses. São o receptáculo dos “náufragos do tempo” na classificação poética da historiadora, Júnia Salles, em banca de qualificação desta dissertação, em maio de 2010, no PPGE/UFJF. São, também, não um guardião de lacunas, mas a própria lacuna em si, como bem definiu, na esteira de Michel de Certeau, a historiadora, Sônia Regina Miranda, na banca de qualificação já citada. São o lugar da memória estabelecida e arqueologizável, assim como da memória sagrada, tida como relíquia. Arquivo Morto. Mas buscam ser hoje, também, haja vista as inúmeras mudanças no campo epistemológico, o lugar da reconstrução e de uma memória com função social. Lugar de um reencontro com identidades múltiplas, uma vez que a verdade do passado, tal qual foi, sabemos impossível. Trata-se de deitar um novo olhar sobre a história, sobre as fontes e sobre os próprios arquivos. Olhar este que tem que partir, inclusive do interior da história e das instituições arquivísticas.

Diante de novos paradigmas que recolocam a ciência histórica sob novos patamares (Rousso,1996), assim como se colocam em xeque a sacralidade de arquivos e instituições museais, outras questões se apresentam no proscênio das

discussões acerca da preservação e uso das fontes históricas: Por que, no tocante à educação e todos os seus alcances tentaculares, demorou-se tanto a ampliar a atuação do historiador da educação sobre este universo ainda tão inexplorado? O que são, para que servem que benefícios trazem que diálogos proporcionam os arquivos da educação? Como é o verso deste bordado, cujas linhas tecem largos fios com a cultura escolar?

Buscando trabalhar em seara diversa daquilo que Rousso (1996) classificou como “fetichismo do documento”, cujo limite leva a crer que este é capaz de falar por si próprio, sem a intermediação do historiador, e do movimento de sacralização do excepcional que ocorre, muitas vezes, no interior de arquivos da própria educação, procuraremos aqui traçar uma discussão em torno dos arquivos escolares e seus alcances, entraves, problemas e possibilidades.

A lição de Pedro II, citada logo no início do texto, faz parte de uma **série** de documentos mantidos sob a custódia dos arquivos históricos dos museus Mariano Procópio, em Juiz de Fora, e Imperial, em Petrópolis. No caso específico do Museu Imperial, esclarece-nos José Murilo de Carvalho:

O Arquivo Histórico do Museu Imperial conserva dezenas de cadernos e folhas de exercícios escolares de D. Pedro e de suas irmãs. Abrangem caligrafia, cópias, desenho, línguas, retórica, história, ciências naturais, matemática, astronomia. Mesmo nos aparentemente inocentes exercícios de caligrafia, os mestres introduziam lições de moral e política (CARVALHO, p.30, 2007).

A inserção deste trecho parte de um documento, como exemplo de fonte escolar pode causar estranheza. D. Pedro não frequentou instituições escolares públicas ou privadas, possuiu sempre acompanhamento de preletores e mestres contratados com a finalidade última de formarem um imperador. Sua preservação e sua guarda em arquivos institucionais podem ser classificadas dentro da monumentalização ou sacralização do documento evocada por Le Goff(1994). Em ambos os casos, fazem parte de coleções específicas, dentro de um contexto arquivístico específico também e que querem dar conta de uma realidade e de uma personagem histórica. O que podemos depreender, então, deste documento enquanto um documento escolar? O que podemos, a partir dele como parte de um arquivo, inferir sobre documentos escolares?

Dois aspectos singularmente contraditórios nos chamaram a atenção: O cotidiano escolar do imperador e suas irmãs, que nos restaram através dos cadernos,

exercícios, desenhos, etc., e que foram produzidos com uma finalidade imediata, qual seja a aprendizagem, foi preservado. Havia consciência do caráter de fonte ou da historicidade que tais vestígios materiais poderiam ter mais tarde? (Rousso, 1996) Que embarcação sustentou estes naufragos documentais? A produção diária escolar foi guardada por se tratar de uma produção de uma família que se distinguiu do comum? Por que a preocupação em deixar o registro deste cotidiano? Interessante observar que são dezenas e dezenas de vestígios escolares do dia a dia de D. Pedro e suas irmãs, fora aqueles que não sobreviveram, em um país cuja cultura arquivística nunca privilegiou o cotidiano, considerado pela arquivística como algo menor e secundarizado, com a ressalva, aqui, de que o cotidiano salvaguardado era do imperador.

Do outro lado da moeda, rivalizando com a questão do cotidiano escolar tão pouco representado nos arquivos das escolas, encontramos nestas coleções escolares imperiais, o registro do sagrado, do excepcional. O que merece ser guardado, por alguma característica que o distinga da normalidade, da igualdade, do nivelamento. São as relíquias de um passado que se cultiva e a quem se devota. De certa forma, assim se formaram estes acervos, tanto em Juiz de Fora como em Petrópolis. Tais representações sacralizadas também são encontradas nos arquivos escolares, ainda que em menor número se comparadas com a documentação administrativa e pedagógica. São sinaleiros de contextos históricos, projetos educacionais e políticos, personalidades e personagens que queriam guardar uma imagem de si para o futuro; enfim, tudo aquilo que a escola quis um dia tirar do “rodo cotidiano” como diz a música, e elevar a um relicário próprio. Fruto de um contexto histórico e arquivístico, o universo educacional não se furtou também a criar e manter seu panteão de heróis e emblemas sagrados. Quando sobreviventes a gestões e eliminações, estes acervos são capazes de muitas elucidações acerca de determinado período.

No arquivo escolar comum, exercícios cotidianos não são salvaguardados, assim como o foram os do imperador. A vida cotidiana, material forjador da dinâmica da escola, passa ao largo de seus guardados e de suas memórias. Cadernos, exercícios, desenhos, livros, poesias, bilhetes para os professores, provas, produções didáticas, nada disso fica no arquivo. O arquivo da escola parece-se mais com a antiga caixa de areia usada no século XIX pelos alunos (Mignot, 2008), em que, terminada a escrita, apagava-se a lição dada para que nova se iniciasse. Ou os antigos

palimpsestos medievais, dos quais páginas escritas eram apagadas para que novas fossem feitas. O cotidiano escolar é varrido da escrita, o que não quer dizer que morra para a história, uma vez que ele é dado às subversões, reinvenções e criações próprias (Certeau, 1995). Contá-lo só se torna mais difícil. Importante notar que o que é destacável, neste contexto, para a escola, coloca-se no papel via documento oficial. Não na areia. E o que é ainda mais importante, ou de alguma forma memorável, se guarda no “arquivo morto”. E o que se torna importante para a escola então? O que deve ser memorável? Ainda outra pergunta deve ser feita: o que é importante vai para o arquivo morto? Ou o que é importante está vivo apenas no arquivo corrente ou ativo?

Soma-se à problemática das fontes escolares no país a questão espacial nas escolas brasileiras no século XX, sobretudo nas décadas de 60 e 70, e seu impacto nos arquivos escolares, uma vez que, a partir daí, temos cada vez mais restritos os espaços destinados aos arquivos. A reorganização dos espaços escolares acabou por trazer uma visão de “eliminar” para liberar espaço e esta eliminação trouxe perdas irreversíveis para a história da educação. Segundo Lillian Leite:

(...) Somam-se as preocupações demonstradas pelos sujeitos escolares sobre os arquivos, os impactos gerados pelo processo de otimização dos espaços escolares, em decorrência da (re) organização do sistema de ensino em alguns momentos da história da educação. Pressionadas com a demanda por vagas causadas pelo fim dos exames de admissão no final dos anos de 1960, e a conseqüente ampliação do número de alunos que passou a ter acesso à escolarização obrigatória de oito anos, muitas escolas sofreram com a adaptação de bibliotecas, laboratórios e espaços destinados à guarda de documentos em salas de aula (LEITE, p.1978, 2007).

É necessário ressaltar que a questão espacial relacionada à guarda de arquivos nas escolas e órgãos governamentais educacionais não se circunscreveu às décadas de 60 e 70. Ao contrário, a tendência da equação espaço/arquivo favoreceu, nestes últimos decênios, desprestigiar cada vez mais a destinação dos registros escolares, que foram empurrados para qualquer vão ou porão que sobrasse. E dentro desta política de seleção, em que imperava a lei do espaço possível, muito pouco da vida do dia a dia da escola sobreviveu.

A documentação escolar de D. Pedro II tem uma função independente do *status* que ela ocupe no panteão momentâneo e fluido das fontes históricas: a questão premente da materialidade das fontes escolares e sua preservação. Dominique Julia nos afirma que o historiador é capaz de fazer flecha com qualquer graveto (2001),

referindo-se à questão das fontes históricas ou à falta delas. Dessa afirmação podemos abrir infinitas discussões acerca da eficácia destas flechas, seu alcance, sua força, mas não é este o objetivo. Caminhando na direção proposta por Julia, no sentido da independência do pesquisador frente às fontes, gostaríamos, no entanto, de ressaltar a suma importância de se buscar uma nova mentalidade, sobretudo no que diz respeito à sua guarda e preservação nos arquivos da educação. Vestígios do cotidiano escolar são fundamentais para uma compreensão mais dilatada da própria dinâmica da educação e das práticas escolares; e para isso a materialidade ganha novo *status*.

Tomados em sua materialidade, esses objetos não apenas favorecem a percepção dos conteúdos ensinados, com base numa análise dos enunciados e das respostas, mas, sobretudo, suscitam o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola - tendo sempre como precaução o alerta de De Certeau de que não se podem deduzir os usos dos objetos. (Vidal, 2005).

A ampliação da noção de fonte ou de documento é condição *sine qua non* para que os arquivos da educação possam se permitir abrir ao cotidiano da escola. Assim sendo, ao lado dos documentos oficiais tão valorizados até hoje e da ênfase às pesquisas sobre a legislação e legisladores (Mignot, 2008), em uma história que se aproxima muitas vezes do direito, da administração pública e suas gestões, teríamos um olhar mais atento a novas questões e novos objetos.

Segundo estudos recentes (Vidal, Faria Filho, Paulilo, 2004), as discussões em torno da crise dos sistemas educacionais nos rastros de Bourdieu e Passeron e Ivan Illich (colocadas como referenciais teóricos para o campo de análise no Brasil) bem como uma renovação nos métodos de pesquisa que buscam, na investigação etnográfica, novas respostas a antigas perguntas, a valorização de novos sujeitos e suas ações cotidianas, o debate em torno das práticas culturais como constitutivas da sociedade e não como produtos das relações socioeconômicas, ainda na década de 70, inicialmente pelos marxistas, vêm modificando o cenário de análise do universo da educação no Brasil:

A preocupação com a problemática da cultura escolar despontou no âmbito de uma viragem dos trabalhos históricos educacionais e de uma aproximação cada vez mais fecunda com a disciplina de história, seja pelo exercício de levantamento, organização e ampliação da massa documental a ser utilizada nas análises, seja pelo acolhimento de protocolos de legitimidade da narrativa historiográfica (VIDAL, FARIA Filho, PAULILO, p.139, 2004).

Percebe-se, portanto, um refinamento nas análises até então baseadas na questão da escola como reprodução social, na esteira do que vinha sendo feito por Bourdieu e Passeron (Vidal, 2005). Em 2001, Dominique Julia, em artigo considerado um divisor de águas nos estudos históricos educacionais, embora não tenha sido o primeiro a fazê-lo (Vidal, 2005), convidava os historiadores a destrinchar a caixa preta da educação através de suas práticas cotidianas,

(...) Recusando o uso de uma análise essencialmente externalista como a história das idéias pedagógicas, das instituições educativas e das populações escolares, que tomavam como fontes privilegiadas os textos legais, propunha uma história das disciplinas escolares, constituída com base em uma ampliação das fontes tradicionais (VIDAL, p.25, 2005).

A sensibilização provocada pelos novos objetos traria também uma nova relação com as fontes e com os arquivos, sem dúvida. André Chervel, defensor da escola como instituição criativa e capaz de estender os efeitos de sua produção sobre a sociedade e a cultura, pode nos dar ideia desse novo lugar de pesquisa de onde parte o olhar da cultura escolar. Chervel, forte inspiração para Julia (Vidal, 2005), parte da análise de um conjunto documental localizado nos Archives Nationales e constrói sua interpretação a partir da ortografia, partindo da interrogação sobre os efeitos que a instituição escolar produzia, por sua existência, na sociedade e na cultura (Vidal, 2005). Um olhar direcionado a questão das disciplinas escolares e novas respostas são extraídas das fontes.

Antonio Viñao Frago, nome referência quando se fala em cultura escolar, classifica-a como um todo, ou seja, ela vislumbra todas as práticas e suas manifestações:

Alguien dirá: todo. Y si, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes e cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido que son elementos organizadores que la conforman y definen (VINAÑO, apud, VIDAL, p.34, 2005).

Diana Vidal identifica, em Viñao Frago, uma ampliação do conceito de cultura escolar no sentido horizontal, quando abarca as mais diversas dimensões do cotidiano da escola e no sentido vertical, quando coloca que há tantas culturas escolares quantas instituições de ensino, atribuindo, assim, singularidade a cada escola, colégio

e universidade. (Vidal, 2005)

Faz-se importante destacar que os principais autores em cultura escolar não formam um coro uníssono a repetir as mesmas notas. Chervel volta-se a questão dos saberes escolares; Julia, às práticas escolares; Forquein, à questão da transposição didática; Escolano, às três culturas da escola; Viñao, ao sentido lato de cultura escolar; isto num reducionismo extremo, apenas para exemplificar a questão das versões concorrentes entre alguns dos principais nomes dessa categoria de análise. O que queremos chamar a atenção é:

Essas semelhanças e diferenças na construção conceitual reenviam às práticas de pesquisa e aos objetos históricos investigados pelos autores, o que serve de alerta à sua incorporação nos estudos no Brasil, pela atenção às diversidades culturais, sociais e históricas da escolarização entre os diferentes países. Oferecem um repertório analítico que, confrontado pelos embates nos arquivos, possibilita discorrer sobre as invariantes estruturais da escola, mas também indagar-se acerca das transformações, insistindo no entendimento das práticas escolares e dos aspectos diferenciados do cotidiano, nas múltiplas apropriações do espaço e do tempo escolar (VIDAL, p. 45, 2005).

A mudança no panorama da história da educação no Brasil se deu a partir:

... do surgimento e consolidação de grupos de pesquisa, no âmbito de sociedades científicas, como o GT História da Educação, criado nas ANPED em 1984, e no de instituições acadêmicas, com maior ou menor distribuição nacional, mas também o investimento na constituição de Centros de Documentação e Referência, visando recolher, preservar e socializar a documentação localizada. Contribuíram, ainda, a circulação e a incorporação de uma bibliografia que transitava da história social da cultura, emergente nos anos 1960, a uma história cultural da sociedade, presente desde os anos 1990 (Vidal, Faria Filho, Paulilo, p.142, 2004).

As diferentes acepções de cultura escolar no Brasil se concentram em torno de três perspectivas provisoriamente definidas, quais sejam: saberes, conhecimentos e currículos; espaços, tempos e instituições escolares e materialidade escolar e métodos de ensino (Vidal, Faria Filho, Paulilo). Os autores vinculados à cultura escolar com mais aplicação nos estudos brasileiros de história da educação têm sido Julia, seja no campo das disciplinas escolares e currículos, seja no campo da prática; António Viñao nos estudos sobre espaços e tempos escolares, bem como análises sobre currículo das escolas, os saberes e a materialidade escolar e os métodos de ensino. Chervel e Forquin aparecem mais nos trabalhos voltados para a discussão sobre currículo. (Vidal, Faria Filho, Paulilo, 2004)



Segundo levantamento realizado (Nunes, 1992; Faria Filho, 2003), os trabalhos que têm a cultura escolar como bússola não o fazem como simples transposição de teorias estrangeiras a um outro cenário dialógico. Ocorre uma reelaboração de tais teorias e acreditamos que a materialidade, encontrada em arquivos escolares ou públicos no sentido institucional do termo, possa ser o diferencial nesta história, a partir do momento em que traz a fonte sobre a qual o historiador da educação fará suas questões e proposições. O lugar de onde se fala nos dá muito da dimensão do que se está falando. E os estudos brasileiros voltados à cultura escolar têm proporcionado novos prismas de visão:

Ao projetarem a multiplicidade dos projetos, das projeções e dos sentidos instituídos ou apropriados pelos sujeitos escolares em torno dos tempos e espaços escolares e, sobretudo, ao colocarem estas dimensões em íntima relação com as representações e práticas sociais a respeito destas mesmas dimensões em íntima relação com as representações e práticas sociais a respeito destas mesmas dimensões estruturantes da vida social e cultural, tais pesquisas têm contribuído para uma desnaturalização da própria instituição escolar no Brasil. Isto não é pouco se considerarmos que até bem pouco tempo as reflexões e pesquisas desenvolvidas em várias áreas da educação, inclusive na história da educação, acabavam por trabalhar e produzir uma representação da escola como uma instituição estática e acabada desde os tempos coloniais (VIDAL, FARIA FILHO, PAULILO, p.152, 2004).

A cultura escolar redimensiona o papel dos arquivos, quando coloca a escola como entidade produtora de uma cultura específica e original, ou como nos afirma Mogarro:

... Constituída por um conjunto de teorias, saberes, ideias e princípios, normas, regras, rituais, rotinas e práticas, a cultura escolar, na sua acepção mais lata, remete-nos também para as formas de fazer e de pensar, para os comportamentos, sedimentados ao longo do tempo e que se apresentam como tradições, regularidades e regras, mais subentendidas que expressas, as quais são partilhadas pelos actores educativos no seio das instituições ( MOGARRO, p.103, 2005).

Local da cultura escrita, em um universo em que esta tem todo o privilégio, o arquivo passa a pulsar de forma diversa, diante das novas perspectivas colocadas pela cultura escolar. As tentativas de recuperação, valorização e relocação dentro da escola, nas duas últimas décadas, embora de forma ainda morosa, nos dão mostra de que o arquivo começa a ser visto como patrimônio educacional. Processo longo e que demanda inúmeros esforços, a revalorização dos acervos escolares deve buscar fortalecer seus laços não só com a comunidade que o cerca, como também com os

técnicos ligados à museologia, à arquivologia e às áreas afins, numa atitude interdisciplinar que trará benesses a todos os envolvidos. Sobre a centralidade do papel dos arquivos escolares, nos explica Mogarro:

Os documentos de arquivo são os mais tradicionais como base da escrita da história, mas os novos caminhos da investigação em educação não deixam de conferir-lhes esse lugar de centralidade, de matriz de referência, pela consistência das suas informações e pela segurança que transmitem aos investigadores. As novas fontes de informação expressam a preocupação com as vozes dos actores sociais e educativos (privilegiando os testemunhos orais e as lógicas narrativas de natureza pessoal) ou com a materialidade associada às práticas (como os objetos móveis que fazem parte dos espólios museológicos das escolas), mas a configuração da identidade histórica e institucional passa necessariamente pelo arquivo, enquanto repositório do processo de escrituração da escola. O arquivo escolar garante, em cada instituição, a unidade, a coerência e a consistência que as memórias individuais sobre a escola, ou os objetos isolados por ela produzidos e utilizados, não podem conferir, por si sós, à memória e identidade que hoje se torna fundamental construir (MOGARRO, p. 86, 2005).

Não podemos nos esquecer de que a temática cultura escolar está intimamente ligada à abordagem da história cultural, criando aí um laço definitivo entre estudos historiográficos e educação. Sobretudo no que diz respeito à questão da ampliação da noção de fonte, vale destacar, dentro da história cultural, as categorias de apropriação e representação de Roger Chartier e de estratégias e táticas de Michel de Certeau. Segundo Nunes e Carvalho:

O deslocamento de “idéias” para “representações” pode parecer mero jogo de palavras. No entanto, se acompanharmos as formulações de Chartier e entendermos “representação” como prática em que se posicionam seus agentes e que constitui o “social” ordenado, hierarquizado, classificado a partir de posições dos agentes nela articuladas, a diferença adquire nitidez (apud VIDAL, 2005, 1993, pp. 48-49).

Para Vidal (2005, p.13), “como práticas culturais, as representações sociais são sempre históricas e constantemente objeto de disputas entre os diferentes grupos de sociedade”. É através das lutas de representação que surgem novas práticas e suas ramificações. Tal mudança de perspectiva capacita o pesquisador a novos olhares sobre as fontes.

Michel de Certeau aponta que na busca de fugir das tentativas de estabilidade e controle do poder nas várias instâncias da sociedade, as práticas

culturais encontram, nas frestas deixadas por este, mecanismos como as denominadas por ele *estratégias e táticas*. As táticas colocam-se como uma articulação contrária ao poder fruto do agora, seriam reações momentâneas que não deixariam suas marcas. As estratégias, ao contrário, na luta contra o poder, são capazes de deixar sua marca na história. Pela fluidez das táticas, de Certeau

dispõe-se a reinventar o cotidiano, recolhendo dentre os documentos legados pelos fazeres estratégicos, tratados em suas séries e percebidos em suas descontinuidades, pistas das práticas de apropriação e consumo dos bens culturais entregues aos sujeitos. (VIDAL, p.15, 2005).

Reinventar o cotidiano, às vezes, pressupõe também certa mudança de paradigma em relação à própria questão dos arquivos escolares, compreendidos, aqui, também, como aqueles institucionais da educação como os de secretarias de educação e superintendências de ensino e afins, quando não até uma reinvenção de sua concepção, sobretudo, quando o assunto diz respeito às entrelinhas, às constantes transformações e mudanças pelas quais a escola passa no seu dia a dia. A partir das ideias da nova história cultural e de outras vertentes da história da educação mais recentes, o arquivo torna-se sujeito polissêmico, portador de inúmeras vozes, que carregam em si, também, inúmeras experiências e memórias.

Para além dos arquivos, mas ainda dentro da importância da questão da materialidade das fontes, os centros de memória e museus concorrem para a ampliação desta questão na educação e as memórias daí advindas, e a partir dessa ampliação, o concurso de novas pesquisas, baseadas em novos questionamentos capazes de apontar para novas respostas. A materialidade guardada nestes espaços é capaz de trazer não só o interesse do pesquisador como também a identificação e a memória afetiva da comunidade que o gerou. Assim,

... Esses objetos culturais e muitos outros, individuais e coletivos, necessários ao funcionamento da aula, trazem as marcas da modelação das práticas escolares, quando observados na sua regularidade. Mas portam índices das subversões cotidianas e esse arsenal modelar, quando percebidos em sua diferença, possibilitando localizar vestígios de como os usuários lidavam inventivamente com a profusão material da escola e das mudanças, às vezes imperceptíveis, que impetraram nessas mesmas práticas escolares. O concurso de outras fontes como fotografia, autobiografias, história oral e de vida, para citar algumas, pode ainda aumentar a compreensão desses fazeres com e da constituição de corporeidades nos sujeitos da escola (VIDAL, p.17, 2005).

Podemos citar como vertente metodológica, fruto também de novas investigações, novos problemas e novas perguntas às fontes, os modelos etnometodológicos, que “realçam o papel dos indivíduos na construção de relações sociais, deslocando o primado das estruturas para a importância do conceito de rede, das comunidades de pertença e das estratégias singulares (MOGARRO, 2005). Nesse tipo de análise, privilegia-se o micro, aliando-se a antropologia e a sociologia. Desse modo, aquela forma macro de análise histórica, em que o indivíduo era visto sob absoluta miopia do pesquisador, é oxigenada e o lugar de onde se fala sofre uma reorientação.

Sem desprezar a abordagem macro e usando a análise micro, as abordagens meso atuam sobre uma análise acerca das instituições educativas, ou como nos aponta Mogarro:

... A Mesoabordagem privilegia as relações com o nível macro das decisões políticas (de que os textos legais constituem os dispositivos de suporte) e integra a dimensão micro, englobando as perspectivas que os actores educativos, nomeadamente os professores, apresentam sobre a sua instituição, a sua profissão e as práticas sociais (MOGARRO, p.79, 2005).

Importante, contudo, notar é que esta viragem nos estudos educativos permitiu uma movimentação singular e extremamente produtiva nos arquivos mantidos em silêncio até então nas escolas e instituições ligadas à educação. Novas problemáticas, novos atores sociais, novos cenários e o universo escolar se fez revisitado. E, surpreendentemente, não vimos uma sequência de descobertas absolutamente previsíveis. O quatinho das lembranças de memórias da educação tinha muito mais oxigênio que fungos e mofo.

Colocando-se, contudo, os arquivos como lugares de memória, conforme concebidos por Nora, faz-se mister observar que estes não podem se transformar em lugares onde tudo se guarda, numa tentativa desesperada de preservar-se o passado numa bolha. Arquivos que guardam toda a memória e toda a história são impraticáveis. Arquivos e, por consequência, memória e história pressupõem seleção que, por sua vez engendra em si, o descarte. Não aquele indiscriminado e sem critérios, mas aquele que pensa o arquivo como fonte de leitura do passado e que tem como base um procedimento técnico e histórico para a eliminação.

Para isso, o arquivo histórico de qualquer escola ou instituição educacional, no caso aqui estudado, deve ser pensado de forma orgânica, ou seja, como parte de um todo que se inicia no arquivo corrente. O arquivo deve ser não só para o pesquisador, como também para a comunidade que o gerou, fonte de reflexão. E, enquanto não nos voltarmos a uma discussão arquivística séria nas escolas e em suas gestões superiores, corremos o risco de perdermos uma rica possibilidade de estudo e reflexão sobre a educação, como nos indica Nádia Gaiofato Gonçalves, citando Ragazzini:

(...) é de grande importância o desenvolvimento de uma consciência e de uma prática documentária de individualização, catalogação e conservação dos documentos. As novas identidades da História da Educação foram muito discutidas, assim como as possibilidades de uma aproximação inovadora com a história da escola, contudo, enquanto permanecemos sem uma prática de documentação adequada, permaneceremos no âmbito das discussões acadêmicas ou do pioneirismo. Uma historiografia mais sofisticada requer uma inovação no uso de fontes e isto não será possível sem uma nova prática de pesquisa, uma nova prática arquivística e uma nova sensibilidade documentária (GONÇALVES, p.4, 2001)

Um arquivo escolar que se pretenda vivo parte de uma comunidade, precisa manter diálogo constante não só com as áreas coirmãs de atuação, como também com a própria estrutura escolar da qual é fruto. A partir destes diálogos sua sobrevivência e justificativa tornam-se mais factíveis e possíveis diante do poder que o sustenta, seja público ou não, e diante da própria comunidade, como nos afirma Diana Vidal:

Ao lidar com os arquivos *mortos* de escolas, os investigadores têm sido instados a mobilizar a comunidade escolar e atentar para seus anseios. A literatura vem demonstrando a importância em associar alunos, professores e funcionários à organização e manutenção dos acervos escolares, na certeza de que a perenidade dessas iniciativas repousa no seu acolhimento pelo efetivo da escola. Despontam, assim, argumentos em defesa da necessidade de integrar o funcionamento da secretaria prática do arquivo permanente, gerando instrumentos de trabalho próprios ao universo documental da escola; e sobre a relevância em tornar o arquivo *vivo*, seja pela participação de alunos e professores na atividade de organização e guarda do acervo, seja pelo uso de alguns documentos escolares em sala de aula. (VIDAL, p.72, 2005)

Discussão pouco ou nada abordada nos textos específicos sobre os arquivos da educação, mas não de somenos importância para a preservação de sua memória e história, é a que diz respeito aos arquivos institucionais dos órgãos governamentais

que regem as escolas, em nível municipal, estadual e federal. Quando nos referimos às secretarias de educação, superintendências de ensino e órgãos afins, poucas vezes nos reportamos à enorme massa documental por elas produzida em suas relações com a escola, os órgãos superiores e a sociedade em geral, além daquela produzida internamente. Poucos têm ideia da riqueza de fontes que nelas adormecem guardadas em porões ou similares e, menos ainda, daquelas que são eliminadas pelo tempo, pela incúria ou pelas gestões que se sucedem politicamente.

A mesma problemática, que cerca a questão dos arquivos escolares e sua gestão, cerca também os centros de decisões educacionais em um nível administrativo superior. Refletir sobre o que foi feito destes arquivos, sobre os documentos sobreviventes e sua política de eliminação, sobre o que deve ou não deve ser salvaguardado em seus arquivos permanentes, sobre a política que rege e regerá seus arquivos corrente e intermediário, devem fazer parte dessa empreitada de tão grande alcance lançada pela história da educação. Com novos sujeitos, novas temáticas, novos problemas, novas metodologias, os arquivos institucionais não podem se furtar a discutir sobre seus rumos futuros, correndo o risco de perderem a bússola na história.

Podemos ainda tocar na questão da era digital nos arquivos, que vem mudando toda uma forma de se pensar a arquivística e o lugar de seus suportes convencionais. Nas repartições públicas vem criando-se o hábito de se fazer boa parte da comunicação interna e cotidiana através de *e-mail* ou de outras formas digitais, sem o intermédio do papel, o que acaba, muitas vezes, impedindo o registro de ações cotidianas. Documentos guardados em disquetes e outras mídias que não possuem máquinas para sua leitura, uma vez que a velocidade de produção tecnológica torna os objetos obsoletos em um espaço muito curto de tempo, estão perdidos como prova e como fonte histórica.

A ausência destas discussões acerca dos arquivos de órgãos públicos educacionais, geradores de memória tanto quanto os arquivos escolares, nos apontam para uma falta de reflexão sobre sua importância e seus usos, seja pela comunidade, seja pela investigação histórico-educativa. Esperamos que este trabalho cumpra com um de seus objetivos, que é o de despertar para a premente necessidade não só de organização e preservação destes acervos arquivísticos como também de valorização de uma tipologia documental específica e capaz de nos abrir muitas possibilidades de acesso à cidadania.

Esperamos também que os novos ventos que sopram sobre os arquivos escolares, trazendo com eles uma visão amplificada de fonte histórica, em que o cotidiano também se faça presente, soprem sobre os arquivos de secretarias de estado da educação, secretarias municipais de educação, superintendências de ensino e todos os órgãos competentes, mostrando-nos novas faces do processo educacional brasileiro.

#### 4.1 ENTRE SUJEITOS E GESTÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS: O ARQUIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA, SUAS MEMÓRIAS, SEUS ESQUECIMENTOS.

Seguindo as picadas abertas pela Cultura Escolar, passamos a avaliar o caso da Secretaria de Educação de Juiz de Fora sob o prisma dos sujeitos que construíram os meandros do arquivo através de sua participação como atores de um processo educacional que, retratado neste arquivo, pode nos desvelar muito das teceduras feitas entre memória e esquecimento através dos documentos. Se por um lado a pesquisa iniciou-se pela interpretação do arquivo na relação com os poderes estabelecidos - entendendo-se a íntima vinculação entre Memória e Poder e considerando-se que as operações de descarte se dão em circunstâncias administrativas e, conseqüentemente, por gestores situados no tempo e no interior de uma administração - foi possível dilatar o olhar para além dessa temporalidade inicial e perceber, no movimento do arquivo, tipos documentais recorrentes.

É possível, portanto, enxergar o arquivo e interpretá-lo com óculos diferenciados, o que permite vislumbrar potencialidades para o campo da pesquisa relativa à educação no município. E quais seriam estes óculos dentro da pesquisa? Seria a sistematização dos tipos documentais, tendo em vista a compreensão das vozes e dos sujeitos presentes nessa tipologia.

Abrigados no arquivo da Secretaria de Educação de Juiz de Fora, encontram-se hoje documentos que revelam a sua própria dinâmica interna e a documentação relativa às escolas da rede municipal que foram extintas, guardados, assim mesmo, de forma exígua através de documentos meramente administrativos e de cunho comprobatório, como pontos de professores e históricos de alunos. Os documentos das escolas da rede ainda em atividade compõem um universo de sua inteira responsabilidade, cabendo a elas toda a guarda e descarte. Mas em quase sessenta

anos de guarda documental, o que pode nos dizer, do ponto de vista dos sujeitos que teceram a história da educação no município, um arquivo de características tão marcadamente administrativas quanto este em estudo?

Seguindo o uso feito por Diana Vidal sobre o conceito de representação e de lutas de representação que ela vai buscar em Chartier (1991), pretendemos localizar o papel dos sujeitos constitutivos dos documentos presentes no arquivo da SE:

Conduzir um estudo que tome a cultura escolar como objeto de investigação e se sensibilize pela análise das práticas escolares, enquanto práticas culturais, impõe um duplo investimento. Por um lado, ocupar-se do mapeamento dos lugares de poder constituídos, inventariando estratégias. Por outro, conferir atenção às ações dos indivíduos, nas relações que estabelecem com os objetos culturais que circulam no interior das escolas, esmiuçando astúcias e atentando à formalidade das práticas. Nos dois procedimentos é necessário ter clareza de que os sujeitos encarnam representações que se produzem nas situações concretas do fazer ordinário da escola. Nesse percurso, o cuidado com as permanências e o interesse por mudanças permitem reconhecer os intramuros da escola como permeado por conflito e (re)construção constante (VIDAL, p. 15, 2005).

Para a análise da conformação destes sujeitos no interior do arquivo, em um período de sessenta anos, usaremos o suporte teórico interpretativo de Saviani (2005) e Werle (2005) sobre os quais definimos os seguintes períodos de referência: 1) Primeira República; 2) Estado Novo; 3) Populismo; 4) Ditadura Militar; 5) Redemocratização.

Para melhor situarmos cada período histórico, recortado no sentido de termos elementos centrais para pensarmos a educação pública, devemos fazer alguns esclarecimentos. A Primeira República não consta em nosso arquivo, já que o primeiro documento data de 1938. No entanto, a ausência deste período em função de um deslocamento de parte das fontes para o Arquivo Histórico da cidade será abordada para que se faça uma reflexão em torno da questão da monumentalização documental e até da tipologia que faz parte deste processo. O Estado Novo entra como referência exatamente por conta do registro deste primeiro documento do arquivo. A partir das políticas educacionais adotadas neste período, faremos um esforço interpretativo sobre as frequências documentais para melhor compreendermos suas ausências. O Populismo é situado, em termos das frequências documentais no arquivo, como um tempo de uma ausência quase total. E entender o momento histórico, cruzado com a falta de fontes, pode nos apontar para operações de escolha que levam a um perfil de



construção de memória dentro do arquivo. A Ditadura Militar traz uma marca diferenciada no sentido do acúmulo e da organização documental no arquivo, portanto, fez-se necessário que se entendesse a configuração do Estado naquele momento para que se abrissem possibilidades interpretativas a respeito das opções de guarda e descarte. O período da Redemocratização aparece em termos numéricos como aquele de maior acúmulo e guarda documental. Entender as mudanças ocorridas na política educacional no Brasil naquele período faz parte do esforço de interpretação das mudanças ocorridas também na forma de se guardar e de se eliminar documentação. Neste período também será possível identificar novos sujeitos em diálogo com a educação no município.

Temos como baliza, para esta análise, as reflexões feitas por Benito (2005) sobre a evolução das culturas escolares na Espanha sob cortes historiográficos, em que empregou três ciclos históricos do século XX, quais sejam, o regeneracionismo, o reformismo tecnocrático e o reformismo democrático, para examinar as relações de autonomia, interdependência e convergência existentes entre a cultura empírica dos professores, a cultura científica dos acadêmicos e a cultura política dos gestores. Para os fins de interpretação de nosso arquivo, usaremos os recortes históricos acima mencionados, relacionados à República no Brasil.

A localização temporal dos sujeitos encontrados na documentação do arquivo da SE, nas grandes questões da educação brasileira, faz avançar o trabalho investigativo na medida em que dizem das frequências e das ausências destes mesmos sujeitos no processo de lembrar e esquecer, presente na dinâmica entre o guardar e o eliminar. Segundo Mogarro (2005), ainda que tratando de arquivos escolares e não especificamente de arquivos de órgãos gestores de educação, os arquivos possuem lugar central na investigação histórica dos sujeitos em educação:

Os arquivos e as informações que os seus documentos possuem permitem introduzir a uniformidade na análise que se faz sobre os vários discursos produzidos pelos actores educativos – professores, alunos, funcionários, autoridades locais e nacionais têm representações diversas sobre a escola. O arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas (MOGARRO, p.72, 2005).

As tipologias documentais presentes no arquivo da SE podem dizer muito das escolhas feitas sobre os documentos produzidos nas gestões municipais e, sobretudo,

sobre aqueles que foram eleitos para representar aquilo que se desejou memorável. Através de um levantamento geral das tipologias, quando tomamos o arquivo como um todo desde 1938 até 1996, prevalece a tradição da guarda administrativa que privilegia a documentação pessoal, através de pontos e mapas de professores e funcionários da rede, avaliações e outros por um lado; por outro, com a modernização do Estado e da cidade, a documentação financeira passa a ter lugar de destaque no arquivo, sobretudo por conta do grau de comprovação dos atos administrativos. Ligados ao departamento financeiro da SE, encontraremos, aqui, documentos relativos à prestação de contas de algumas gestões, prestação de contas de escolas, requisição e compra de materiais para as escolas, assim como processos de construção e ampliação de prédios escolares e, atrelados a eles, plantas destes prédios. Também ligados ao setor financeiro, encontram-se os documentos relativos à merenda escolar. Os levantamentos, estatísticos ou que dizem respeito à própria organização interna da SE, também ocupam lugar de destaque no quadro documental do órgão e vão crescendo em importância de acordo com o processo de escolarização no país e suas demandas, como veremos mais adiante. Presentes desde o primeiro livro, de 1938, encontram-se as provas de notas de alunos que, a partir de determinado período, passam a figurar também nos históricos escolares, estes representados aqui pelas escolas extintas da rede.

Quando nos reportamos às escolas extintas da rede municipal, pode-se deixar imaginar que todo o arquivo destas escolas tenha sido transferido para a SE, o que não ocorreu. Pelo menos até a última década deste século, foram repassados ao arquivo da SE documentos comprobatórios de alunos e professores, como históricos, pontos e diários de classe. Nada mais. Sobre tais escolas, para que se possa conhecer mais de sua realidade, apenas documentos que possam restar nas mãos de pessoas que lá estiveram ou que se recorra à memória da comunidade local, através de história oral. O que é válido destacar desse problema, é que os arquivos escolares reproduzem a lógica administrativa da própria SE, ou seja, não há guarda de documentação que fale do pedagógico e do fazer cotidiano da escola, como pouco há que retrate o cotidiano da própria secretaria. Esta lógica busca guardar aquilo que possa trazer comprovação, portanto, funcionalidade ao documento guardado, e funciona também quando uma escola se extingue na rede.

A partir da década de 80, observamos a preocupação com a guarda de documentação que diga respeito às leis que regem a educação em nível municipal,

estadual e federal, através de portarias e similares. Será a partir desta década que encontraremos, também, os primeiros regimentos de escolas da rede municipal, bem como a presença de grades curriculares e planos de cursos. Encontraremos, mas em quantidade diminuta, alguns projetos desenvolvidos por estas escolas.

Observamos ainda a baixa representatividade de documentos no arquivo da SE relativos à comunidade e sua participação nas escolas e junto à própria secretaria, como é o caso de colegiados, conselhos e outros. Um abaixo-assinado de escola aqui, uma reunião ali, uma ata em outra caixa-arquivo é o que encontraremos durante os quase sessenta anos analisados. E podem os administradores dizer que um arquivo como este não comporta tais documentos ou que eles não são significativos dentro do quadro documental como ele se apresenta, argumento contra o qual expomos a ideia de que, para a história da educação e para a própria construção da identidade da população que usufrui dos serviços prestados pela SE, eles são fundamentais, pois que são o registro parcial da própria construção do processo democrático e do processo de escolarização, portanto, da cidadania.

Encontraremos, nas caixas-arquivo destes quase sessenta anos, alguns documentos incidentais, náufragos de uma lógica arquivística ou de um processo de eliminação, fruto desta lógica, que chamam a atenção dentro de uma recorrência tipológica documental. São registros de escolas que surpreendem pela presença, tais como testes, boletins e trabalhos de alunos, ou como o registro de alguns eventos e concursos nas escolas da rede. É preciso deixar claro que não estamos defendendo, com a busca de se preservar o cotidiano nos arquivos de educação, que tudo passe a ser guardado, como numa fantasia surreal de um superarquivo, onde tudo se tenha, e onde tudo possa ser consultado e, que os arquivos dos órgãos representantes do Estado sejam o exemplo disto. Sabemos bem que a avaliação e o descarte são processos absolutamente necessários e saudáveis tanto para arquivos de órgãos administrativos, quanto para arquivos escolares; defendemos a ampliação da visão sobre esta seleção e avaliação e descarte para que, na parcialidade administrativa, não se perca o viés da história, sobretudo se esta história se refere à educação que, em se tratando de arquivo, traz toda uma especificidade quando olhado com uma mirada mais sensível e profissional. Colocamos isto dentro da experiência no arquivo da SE, que na lógica das tabelas de temporalidade criadas para outros órgãos administrativos, eliminariam documentos de fundamental importância tanto para atos de comprovação quanto para estudos dentro da história da educação.

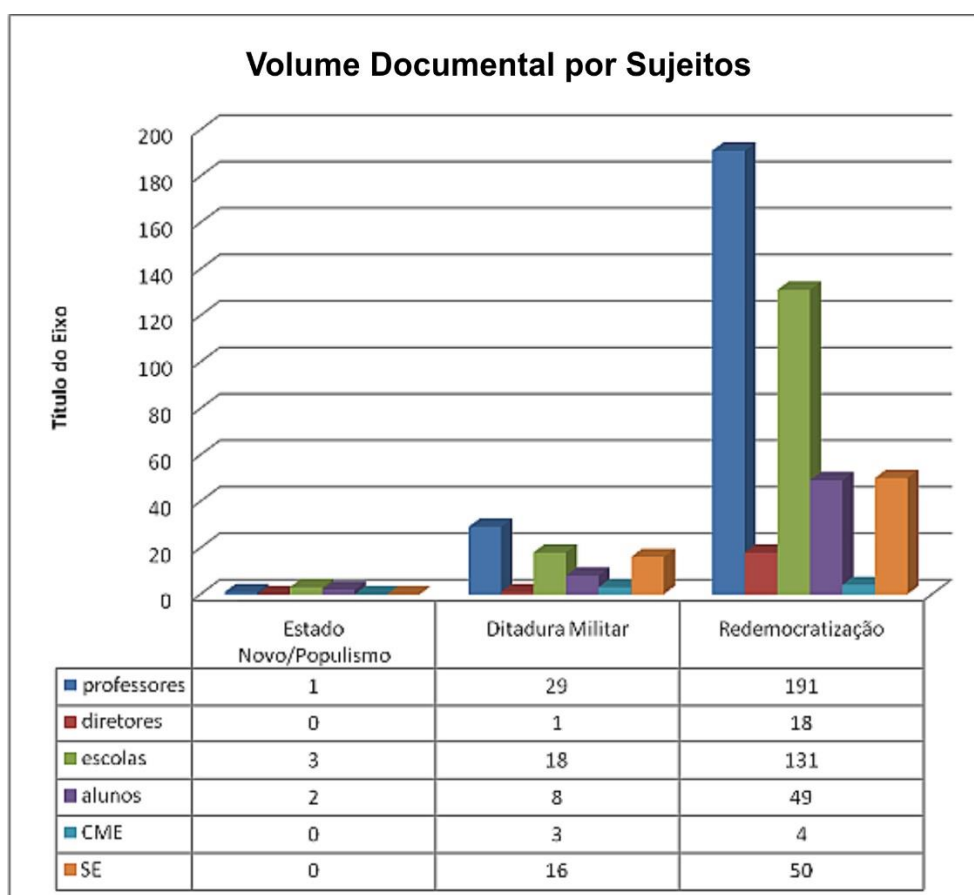
O arquivo nos permite inquirir, a partir da cultura escolar, vários aspectos da vida na escola e nas instituições e órgãos gestores. Assim, também é possível pensar sobre a questão dos sujeitos que emergem no espaço escolar e dos sujeitos que vão aparecendo no cenário do debate educacional de acordo com as conjunturas políticas. No caso do arquivo da SE, buscamos investigar a emergência destes sujeitos, em agrupamentos que demonstrassem permanência na documentação e que formassem uma base comum a todos os anos, como professores, alunos e escolas e, também, em agrupamentos que fizessem parte de determinados contextos históricos e que fossem características destes períodos, como, por exemplo, os gestores escolares, que surgem na documentação a partir da década de 80, e o Conselho Municipal de Educação, que aparece a partir de meados da década de 70. A partir das frequências destes sujeitos na documentação, é possível, através dos gráficos, perceber e evidenciar as vozes presentes e ausentes nas gestões municipais e que se mantiveram vivas no arquivo pela preservação de determinados tipos documentais.

Em se tratando dos períodos históricos que fazem parte das referências deste trabalho, podemos perceber que em termos de tipologia documental, o Estado Novo e o Populismo trazem como marca os documentos relacionados, sobretudo, ao pessoal docente, no que diz respeito a sua vida funcional na prefeitura, e ao pessoal discente no que diz respeito aos resultados e situação legal destes alunos na rede municipal. Não há qualquer registro de práticas escolares de uns ou de outros, e a pouca documentação sobrevivente não menciona outros atores em diálogo com a educação no período, além das próprias escolas. A partir da Ditadura Militar, teremos um incremento no volume documental no que se refere a alunos, professores e escolas; no entanto, a tipologia destes documentos não traz muitas novidades, pois que ainda se referem a resultados finais de alunos e situação legal, situação profissional de professores e atendimentos às escolas da Rede Municipal. O maior acesso à educação e o aumento do número de escolas talvez explique o crescimento, ainda que pequeno, do número de documentos. Mudança mais significativa e absolutamente visível nos gráficos contendo volume documental ocorrerá no período de Redemocratização. O sujeito escola passa de 18 caixas na Ditadura Militar para 131 na Redemocratização, apontando para não só um aumento delas na cidade, como também para uma ampliação no relacionamento com a própria Secretaria de Educação. O sujeito diretor escolar, quase ausente nos dois períodos anteriores, também passa a figurar com maior destaque na documentação, sobretudo após o

momento de aprovação das eleições diretas nas escolas municipais. Passamos a contar, portanto, com novas tipologias documentais inerentes às novas relações de antigos sujeitos com a SE e, também, das relações de sujeitos até então inexistentes nos contextos históricos educacionais.

No que se refere aos sujeitos, especificamente relatados em dados, no correr das gestões municipais, teremos os dados gerais logo abaixo apresentados. Importante esclarecer que a metodologia que usamos, optando pela análise sobre números de caixas dentro de cada gestão, pode também ter outra medida de referência usada em arquivos - a metragem linear. Cada caixa arquivo possui 0,15 m. lineares e uma estante com 30 caixas arquivo possui 5,40 m. lineares:

Gráfico 5- Volume documental por sujeitos



Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Observando a frequência dos sujeitos presentes nas caixas arquivo, podemos notar que há um acréscimo substantivo em termos comparativos entre o período da Ditadura Militar e o Estado Novo/ Populismo. E não correndo o risco de cortejar o anacronismo, haja vista o fato de que alguns destes sujeitos não tinham o lugar ainda definido na estrutura educacional no período do Estado Novo, por exemplo, devemos,

no entanto, firmar e afirmar o fato de que a tríade alunos, professores e escolas são sujeitos presentes em qualquer arquivo que diga respeito à educação em qualquer época, ainda que um deles possa estar protagonizando um dado momento na história da educação. E não é o que podemos perceber em termos quantitativos retratados pela presença destes sujeitos no arquivo da Secretaria de Educação, em um período de fomento às escolas públicas no Brasil, até como forma de fortalecimento à política ditatorial do Estado Novo.

Deste momento da história nacional, restou sobre escolas, professores e alunos apenas os livros de Atas de Resultados Finais de Alunos. Relativo ao período populista, teremos alguns livros de resultados finais de alunos e um livro de movimentação docente, administrativo, o que demonstra mais uma vez, a preocupação com a comprovação de dados por parte de professores e alunos da rede. A partir de um ideário de racionalização e modernização institucionalizado pela Ditadura Militar pós 1964, teremos um arquivo com um roteiro de fontes maior e mais diversificado se comparado ao período imediatamente anterior, ainda que em número diminuto se confrontado à época da Redemocratização no país.

A escolha pela guarda de documentação referente ao período ditatorial, mormente no que diz respeito à vida funcional dos professores, registros numéricos de alunos e sobre cursos profissionalizantes oferecidos, sobretudo no período de distensão política, denota não só uma maior organização do arquivo em si, mas também uma opção ainda de salvamento sobre documentos administrativos comprobatórios da ação das gestões públicas. Com a Redemocratização e a ampliação do acesso à escola pública, bem como a ampliação do espaço para a discussão dos direitos pela cidadania, temos um quadro não só quantitativamente superior, mas qualitativamente diferenciado no que se refere à produção, ao acúmulo e ao que se desejou salvaguardar das gestões do período.

Embora a tônica administrativa ainda domine o discurso do arquivo, com fontes sobre professores e alunos denotando uma preocupação com a comprovação futura de dados, temos a introdução de novos documentos que dizem do relacionamento entre a SE e a comunidade e de alguns documentos incidentais como cadernos de alunos de 1986. Perceberemos, também, neste período, uma presença maior e mais constante de documentos relativos ao gabinete, ou seja, das ações dos secretários de educação, o que já pode nos apontar para um desejo de memória destes sujeitos em um contexto de protagonismo deste tipo de liderança. Os sujeitos que dialogam

com a SE, como SPM, também estarão presentes nesta diversificação documental em número muito reduzido normalmente representados em correspondências com o gabinete, embora o padrão permaneça como de um arquivo administrativo.

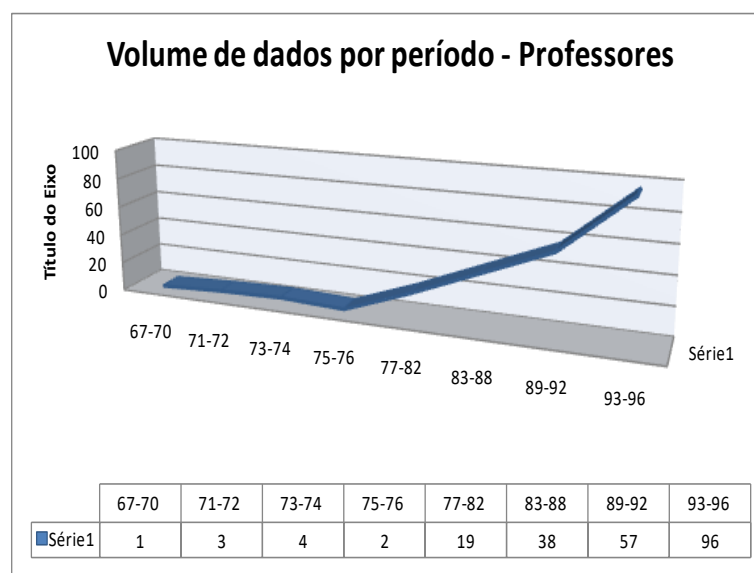
Analisando os sujeitos mais constantes nos levantamentos feitos sobre a documentação do arquivo, teremos a seguinte configuração tipológica e temporal por frequência nas caixas arquivo:

Tabela 1- O sujeito professor

SUJEITO 1 – PROFESSORES	CAIXAS
Documentação de pessoal	216
Formação de Professores (grupos de estudo, cursos, palestras, Jornadas de Educação)	30
Sindicatos	5
Financeiro	5
Correspondência Gabinete/professores	3
Avaliação de professores sobre projetos da SE	3
<b>Total</b>	<b>262</b>

Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Gráfico 6 - Volume de dados por período- Professores



Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

A tipologia documental levantada abarca um período total de acúmulo no arquivo, ou seja, seus quase sessenta anos analisados nesta pesquisa, e irá assinalar o que já havíamos apontado em outros momentos da pesquisa. O que está em foco

no arquivo da SE, no que concerne à vida do professor, não é sua prática pedagógica ou os rastros de sua vida cotidiana na escola. Para a SE importava, e ainda importa, guardar o que diz respeito à vida profissional deste professor, sua movimentação nas escolas da rede, suas ausências e presenças, dados que possam lhe ser úteis e que possam ser também úteis à própria Secretaria, em casos que possam envolver problemas jurídicos, por exemplo. Mais recentemente, no período da Redemocratização, teremos registro de documentação que diz respeito à relação entre professores, sindicatos e SE, bem como teremos, da mesma forma, registros de cursos que visavam à formação destes professores, registros estes que privilegiam também o aspecto administrativo dos cursos, não o pedagógico. A formação de grupos de estudos, outrossim, se dará no período pós Ditadura Militar, quando há a abertura para discussões e para um relacionamento mais aberto com a própria SE, o que pode ser encontrado na correspondência entre gabinete e professores, por exemplo, embora apareça em número circunscrito.

No que concerne ao número de caixas por gestão municipal, englobando o sujeito professor, vê-se um aumento vertiginoso da documentação, comparando-se os extremos do gráfico 1938-1996, o que, de certa forma, é esperado, dado o fato de que os anos que se seguem ao Estado Novo e ao Populismo são de democratização da escola e do ensino e, portanto, do aumento do número de professores no mercado de trabalho. A rede municipal segue no caminho do crescimento da escolarização e da oferta dos serviços públicos de educação e, com isso, aumenta seu quadro de profissionais, refletindo-se no aumento da documentação acumulada no arquivo, sobretudo nos anos posteriores à Redemocratização do país, período que concentra o maior número de caixas-arquivo e a maior frequência de documentação de professores por caixa.

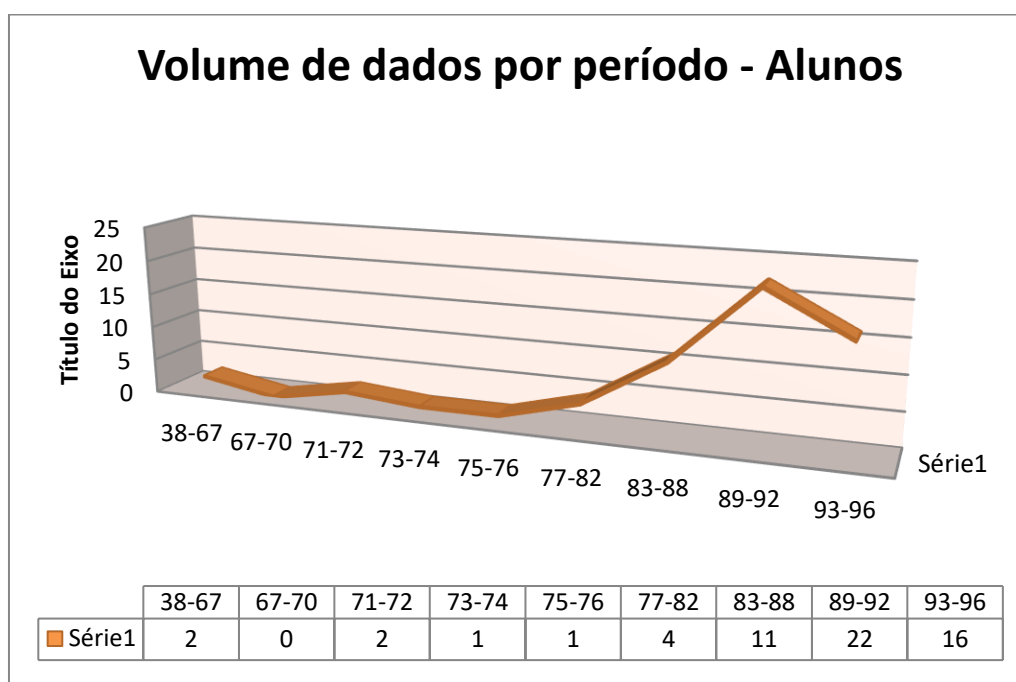


Tabela 2- O Sujeito Aluno

SUJEITO 2 – ALUNOS	CAIXAS
Projetos da SE envolvendo alunos	8
Estatística (perfil, resultados, relações nominais, movimentação, evasão, diagnósticos, testagens, bolsas de estudo, gráficos)	28
Cadernos e trabalhos de alunos	3
Livro presença alunos	1
Livro Atas promoção alunos	1
<b>Total</b>	<b>41</b>

Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Gráfico 7- Volume de dados por período- Alunos



Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

No que tange à documentação acumulada ao longo dos anos analisados, referente ao corpo discente da rede municipal, o padrão administrativo formado na organização dos documentos dos professores se repete. A preocupação na produção e na guarda documental não está centrada na vida do aluno em seu dia a dia nas escolas, tampouco se refere ao saber adquirido em sala de aula. A preocupação, na verdade, se localiza na necessidade da verificação dos resultados obtidos através da

estatística, o que se constata, principalmente, após a Redemocratização, muito embora esteja presente na documentação relacionada à educação desde o início do século XX, em Juiz de Fora. Os levantamentos numéricos não são nenhuma novidade nas gestões públicas para a área de educação no Brasil e já constam desde o Império em publicações. O arquivo da SE fez desse tipo documental o seu objetivo de guarda na questão do corpo discente ao longo dos anos. Essa tipologia será encontrada nos quatro períodos históricos aqui abordados, tendo maior incidência nas décadas de 80 e 90, quando encontraremos um maior número de caixas-arquivo contendo documentos com tal assunto. A partir de meados da década de 80, portanto no período pós Ditadura Militar, também, encontraremos em um número pequeno, mas representativo, de projetos da SE envolvendo alunos, o que anuncia uma nova preocupação de guarda de documentos relativos a este sujeito. Poucos documentos dão conta do universo escolar, como cadernos e trabalhos de alunos, e, por não fazerem parte do perfil do arquivo da SE, são classificados como documentos incidentais.

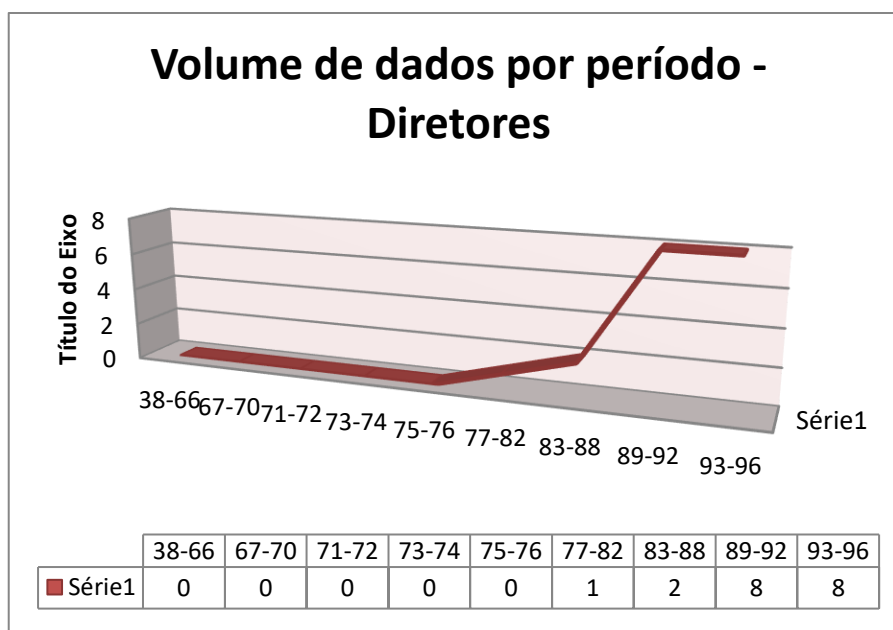
Com o olhar orientado para as gestões municipais, é nítido o acréscimo documental, sobretudo a partir de meados da década de 70, observando-se, aí, o sujeito aluno. Como já apontado anteriormente, será possível, a partir de 1977, encontrarmos um conjunto documental mais orgânico e capaz de traçar um perfil mais definido da gestão que o produziu. Teremos, assim, três vertentes explicativas, neste ponto, para o aumento da documentação referente ao sujeito aluno: uma que diz respeito à concepção de guarda do arquivo mais abrangente e engloba também outros sujeitos, outra que aponta para um movimento de eliminação que possa ter dado cabo da documentação anterior a este período e também diz respeito a outros sujeitos; e uma terceira vertente que pertence também aos sujeitos professor e escola que é o acesso à escola pública, aumentando consideravelmente o número de alunos na rede municipal e, por consequência, a documentação relativa a eles.

Tabela 3- O sujeito Diretor Escolar

SUJEITO 3 – DIRETORES	CAIXAS
Reunião de diretores com SE	6
Correspondência SE/Diretores	7
Eleição de diretores	3
Cursos de Formação para Diretores	5
Levantamento – diretores escolas	1
<b>Total</b>	<b>22</b>

Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Gráfico 8 - Volume de dados por período- Diretores



Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

A figura do diretor não é nova nas escolas da rede municipal, mas só passa a constar de fato nos documentos do arquivo a partir de 1977, novamente em um contexto de um conjunto orgânico documental. No entanto, ela só ganhará representatividade na pós-Ditadura, período de Redemocratização, momento em que as escolas e a SE passam a discutir a questão da legitimidade dos diretores e de sua

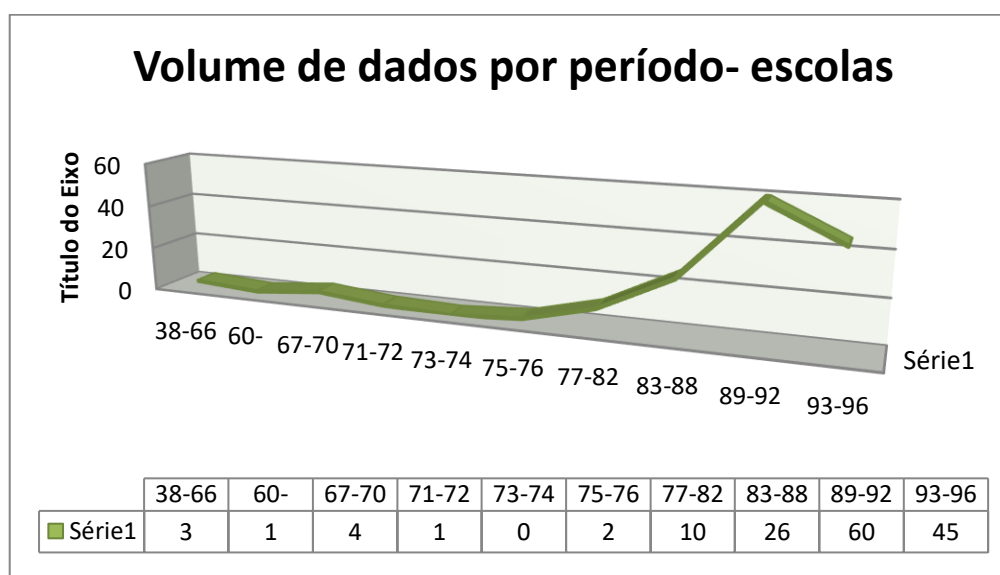
eleição direta. Com o tema das eleições e do crescimento do relacionamento direção escolar e SE, passaremos, então, a perceber um aumento, ainda que exíguo, dos documentos envolvendo as ações e intenções de diretores escolares no arquivo, sobretudo em correspondências e nas reuniões promovidas pela SE para estes diretores.

Tabela 4-O Sujeito Escola

SUJEITO 4 – ESCOLA	CAIXAS
Financeiro (Material para escolas, construção e ampliação, plantas e projetos, caixa escolar, projetos financiados para escolas, merenda escolar)	48
Levantamentos( greves, horários censo, cadastro, parte física das Escolas, visitas da SE, quadro informativo, relatórios)	45
Grade Curricular e Planos de curso	3
Históricos Escolares (Escolas Extintas)	26
Regimentos Escolares	3
Legislação (portarias)	3
Correspondência	15
Colegiado, Sociedade Pró-Melhoramento e Conselho de Classe	4
Projetos de escolas	2
Documentação de pessoal	14
Diários de Classe	5
Incidentais (eventos na escola, documento síntese das escolas, análise das escolas sobre projetos da SE, concursos de poesia, festival de vídeos, diplomas)	6
<b>Total</b>	<b>171</b>

Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Gráfico 9-Volume de dados por período- Escolas



Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

As escolas do município vêm representadas em um número significativo se comparadas aos outros sujeitos componentes do universo da educação e do arquivo da SE. Notaremos, mais uma vez, no entanto, que a grande maioria das caixas em que as escolas têm frequência, diz respeito a um período mais contemporâneo do cenário educacional. O período relativo ao Estado Novo possui poucas caixas em que o sujeito escola aparece e se mostra de forma restrita a escassas tipologias, assim como no período relativo ao Populismo e à Ditadura Militar, à exceção do governo Mello Reis, pelos fatores já apontados anteriormente. A partir de 1977, o crescimento desta documentação é elevado em termos quantitativos e, ainda, no que se refere à diversidade tipológica, uma vez que, como já dito, a democratização do ensino provocou, em Juiz de Fora, o aumento no número de escolas da rede municipal e, a partir dele, o incremento documental no arquivo.

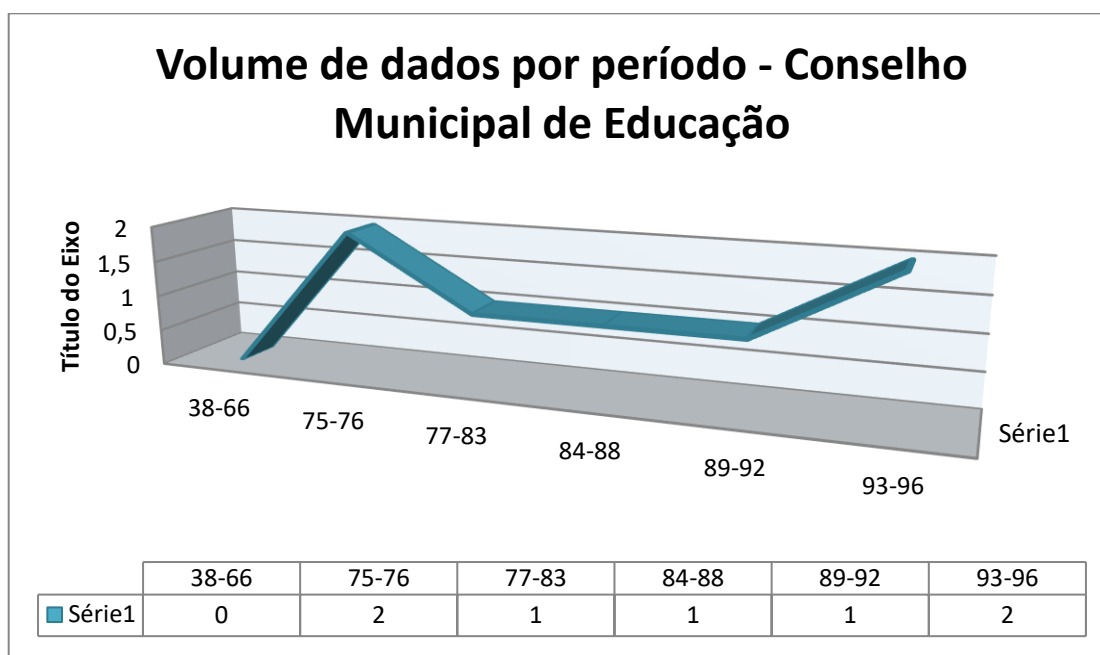
Podemos observar, por exemplo, que boa parte das caixas-arquivo referentes às escolas diz respeito ao setor financeiro e aos levantamentos. A documentação financeira se concentra nomeadamente no período posterior a 1983, o que aponta para uma necessidade de não só comprovação dos atos naquela gestão, mas também de uma garantia futura de que estes atos encontrarão subsídios junto a qualquer questionamento e esta é uma característica bem contextual das gestões pós Ditadura Militar. Os levantamentos feitos cabem, também, dentro das observações feitas sobre os dados estatísticos de alunos, aqui ampliadas para o âmbito da escola e para questões mais atuais, como levantamentos de greves. Chama a atenção o número de caixas-arquivo contendo históricos de escolas extintas da rede. Estes históricos são de uso frequente pela comunidade que deles necessita para efeito de comprovação. Das escolas por onde estas pessoas passaram só restaram os históricos no arquivo da SE, algumas fotografias deste mesmo arquivo e a memória destas pessoas. A totalidade dos arquivos das escolas extintas não foi direcionada à SE.

Tabela 5 - O Sujeito Conselho Municipal de Educação

<b>SUJEITO 5 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>	<b>CAIXAS</b>
<b>Processos, minutas de lei, relação de conselheiros, delegação de competências</b>	<b>8</b>

Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

Gráfico 10- Volume de dados por período- Conselho Municipal de Educação



Fonte: Banco de dados da Secretaria de Educação – 2007.

O Conselho Municipal de Educação, presente na documentação a partir de 1975, dada a sua importância nas discussões nesta escola que se abre à democratização do ensino, tem uma representatividade quase nula no que diz respeito às caixas-arquivo em que possui frequência. Como sujeito em constante diálogo com as questões mais prementes da educação municipal, não encontra eco no arquivo da SE, mesmo em gestões mais atuais, o que pode abrir espaço para reflexão e para repensar a ação de guarda do arquivo em relação a esta documentação.

Tomando os sujeitos e as fontes das quais são oriundos, podemos sugerir, a exemplo do que propôs Mogarro (2005), sem pretensões prescritivas ou rígidas, usos para os alguns tipos de documentos encontrados no arquivo da Secretaria de Educação. Lembramos que a problematização advém do trabalho daquele que busca o documento e que, neste momento, vão apenas algumas sugestões de temas e problemas (Mogarro, p.108-109, 2005):

Quadro 1-Documentos e temas a investigar

<b>Documentos</b>	<b>Temas e Problemas a Investigar</b>
Livro de atas de resultados finais de alunos	Investigação acerca de resultados <b>de alunos</b> , de escolas existentes na rede municipal, de organização da estrutura administrativa dos antecessores da SE.
Relatórios	Análise e reconstrução da imagem que a SE construiu a respeito de si própria ao longo das gestões.
Quadros informativos das escolas a partir da década de 80,90	Identificação do trabalho feito na constituição dos quadros docentes e discentes das escolas da rede
Documentação de pessoal	Caracterização do corpo docente da rede municipal abarcando formação profissional, localização geográfica de professores ao longo do tempo de atuação nas escolas, frequências e ausências, ocorrências outras envolvendo o exercício dos professores.
Documentação relativa à gestão financeira	“Avaliação da gestão e dos critérios de aplicação do orçamento das escolas, remetendo para questões de economia da educação“. (Mogarro, 2005)
Folhetos, brochuras, convites, anúncios	“Identificação de festas, espetáculos, exposições, manifestações e outras realizações muito diversificadas que marcaram o calendário escolar” (Mogarro, 2005). Transpomos, aqui, o texto para as especificidades da SE.
Correspondência expedida e recebida	Investigação sobre as relações entre SE e as instituições e sujeitos com quem dialoga no decorrer das gestões.
Publicações da SE	Apreensão dos diversos modos de pensar e atuar da SE durante as gestões, expressos em jornais, livros, revistas e outras publicações promovidas pela secretaria.
Fotografias e imagens	Análise de espaços, objetos, pessoas e de eventos fixados em fotografias pela SE, bem como análise de imagens gravadas com o mesmo fim. O diagnóstico da memória que as gestões na SE desejaram construir de si também é possível a partir da análise iconográfica.
Diários escolares de escolas extintas	Definição de perfil de alunos através de dados registrados nos diários, como data de nascimento, resultados e frequência, apreensão do cotidiano através das anotações do professor, observação a respeito das disciplinas escolares e das formas como o professor registra os saberes dados.
Dados estatísticos de alunos e escolas	Investigação a partir do olhar de um órgão de gestão geral das escolas da rede, possibilitando um estudo ampliado com base em dados mais universais.
Históricos escolares de escolas extintas	Perfil de alunos, migrações entre as escolas, resultados e frequência, dados de escolas que não pertencem ao quadro da rede municipal porque foram extintas.
Cursos de formação para professores oferecidos pela SE	Investigação sobre a formação do corpo docente a partir do olhar das gestões municipais.

Fonte: próprio autor.

A partir do quadro acima, podemos ter ideia de algumas possibilidades de pesquisa em um arquivo de um órgão gestor em educação, mesmo sendo este arquivo estritamente administrativo. O olhar do pesquisador, seus problemas e questionamentos trazem oxigenação às fontes. Mas necessitamos enxergar os arquivos em educação com novas proposições e intenções. A valorização da preservação do cotidiano da educação nos arquivos, a fim de que deixe de ser apenas um processo de memória do futuro, como nos aponta Mário Chagas (2002), deve, sim, envolver as escolas de maneira profunda e consciente. Mas deve, sobretudo, abarcar e, por que não, se iniciar e, a partir daí, se multiplicar, pelos órgãos encarregados de pensar e gerenciar a educação pública.

Arquivos de secretarias de educação, superintendências de ensino e similares devem ter a responsabilidade e o compromisso com a preservação da sua própria história e com a renovação da lógica de eliminação documental em arquivos da educação como uma das metas de cada gestão que assuma. Vistos como espelhos para reflexão de uma prática de guarda e de preservação da memória e da história da educação, estes órgãos podem provocar uma mudança profunda na forma da escola pensar sua própria identidade e história através de seus documentos. A educação reclama uma nova política arquivística.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer o tema dos arquivos educacionais para o cenário das discussões sobre a preservação da memória da educação no Brasil foi a proposta deste trabalho desde o projeto apresentado para o Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, no final do ano de 2008. O caminho percorrido, até que o projeto se tornasse a presente dissertação, foi longo e marcado por desvios até que reencontrasse sua rota verdadeira. Os desvios ocorreram em face de uma preocupação demasiada com os aspectos da arquivologia em detrimento daquele que mais interessava e trazia o diferencial para o trabalho: a educação, suas memórias e esquecimentos.

A partir de um trabalho de arquivologia feito sobre o repertório de fontes sobreviventes do arquivo da Secretaria de Educação, foi possível fazer um levantamento, através das gestões municipais a partir de 1938, que possibilitou um mapeamento e o desenho do perfil deste arquivo ao longo de quase sessenta anos de acúmulo documental. Tendo como parâmetro as políticas educacionais e a forma de organização do Estado no Brasil, tornou-se plausível o entendimento sobre as políticas locais e sobre as formas de guarda de suas memórias.

Tendo como baliza a referência de que toda opção de guarda e de destruição é política, ou seja, não há, no contexto de construção da memória, seja em arquivos, seja em outra instância de guarda, escolhas ingênuas ou imparciais. Toda escolha de guarda ou de destruição tem um vínculo profundo com os laços de poder da sociedade que constituem determinado contexto histórico. Partindo deste pressuposto, concluímos que todo acervo traz em si, ainda que oculta, uma face do poder.

As decisões tomadas no campo da educação - e que concernem aos atos de guardar ou eliminar em seus arquivos - também dizem de deliberações voluntárias em favor de um poder constituído. Portanto, velar o cotidiano escolar ou de órgãos gestores destas escolas, através da destruição de documentos e objetos que são testemunhos deste dia a dia ordinário, diz, igualmente, de opções de esquecimento, da tentativa de apagamento do que se julga pouco importante, ou indigno de que seja memorável. E o que é memorável em educação, assim como em outras áreas do conhecimento humano, passa, conforme determinações do poder, por processos de monumentalização. Aquilo que o poder julga deva ser lembrado é monumentalizado e cristalizado. Assim também ocorrendo na educação, implicando na destruição

daquilo que diz respeito ao cotidiano, e que, em sua própria essência, já traz a ideia do movimento e da dinâmica, coisas que não se cristalizam.

Entender os meandros da preservação documental dentro de um arquivo de educação, sobretudo de um arquivo ligado ao poder através do Estado que gere esta educação, torna possível o entendimento sobre os processos de monumentalização, daquilo que é desejável memorar; o entendimento sobre o que administrativamente é interessante guardar e, de forma presumível, o que se desejou esquecer das práticas diárias de um órgão gestor.

A presente dissertação, além da discussão sobre os arquivos escolares e as operações de memória e esquecimento que os envolvem, e que ocorrem em âmbito maior no Brasil e também na Europa, traz, também, para o proscênio do debate, a questão dos arquivos pertencentes aos órgãos gestores em educação. E não se detém em um objeto deste arquivo; antes, porém, se propõe um trabalho de cartografia sobre ele para que inquirições futuras possam ser feitas. Ou seja, a partir deste trabalho de mapeamento e desenho de perfil, baseado em uma discussão sobre lembrar e esquecer em um arquivo em educação pretendemos abrir o repertório de fontes deste arquivo a novas possibilidades de pesquisa.

Assim como as escolas são as instituições que de si mais destroem os vestígios das práticas diárias, também, da mesma forma, podemos dizer de órgãos gestores em educação, tomando por medida o arquivo da Secretaria de Educação de Juiz de Fora. Mantendo um perfil estritamente administrativo, estes arquivos acabam por eliminar os rastros das práticas pertinentes às relações entre estes órgãos e os atores que com ele se relacionam ao longo do tempo. As eliminações ocorridas no arquivo da SE apontam para uma preocupação frequente com a comprovação de atos da vida discente e docente. Como nas escolas não há preocupação em guardar os registros das práticas de alunos e professores, em um arquivo gestor como o analisado, não há registro das práticas em relação a projetos pedagógicos gerados pela própria Secretaria, por exemplo. Vale refletir se a forma de guarda e de eliminação implementada por estes arquivos de órgãos gestores - ainda que de forma indireta ou até direta, quando há diretrizes vindas deles - acabam por influenciar na forma de guarda e de destruição implementada nas próprias escolas. Pensar um arquivo de forma administrativa, sem vistas à memória e à história, também aponta para operações de escolha entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, dentro de uma visão do Estado para a educação.

Como dissemos logo no início do texto, a dissertação que aqui se encerra, percorreu caminhos diversos até chegar ao resultado que ora se apresenta. Além do debate travado em torno da preservação das fontes escolares, que era previsto no projeto inicial, a cartografia atual feita sobre o volume documental analisado e o levantamento acerca das tipologias e dos atores em relação com a Secretaria de Educação, no período 1938-1996, fizeram com que o trabalho ganhasse nova feição, tendo a educação como foco de seu interesse. As descobertas feitas a partir de um levantamento quantitativo, abarcando as gestões municipais, fizeram nascer um perfil do arquivo, que nem na prática diária de organização foi possível vislumbrar, o que foi gratificante para todos que nele trabalham. Através dos dados levantados, foi possível identificar quantidades documentais localizadas em recortes temporais específicos dentro das gestões dos prefeitos de Juiz de Fora, trazendo informações dos processos de guarda e descarte dentro do arquivo. Mais do que isso, foram capazes de mostrar um perfil geral deste arquivo que atravessou quase sessenta anos de história.

Além disso, foi possível visualizar, ao longo da história do arquivo, o registro dos sujeitos que fizeram parte da história da Secretaria de Educação através dos documentos os quais traziam as vozes destes sujeitos em diversas tipologias que se diferenciavam de acordo com o contexto histórico. A partir destas vozes presentes, foi possível, também, questionar as vozes ausentes neste arquivo dentro da pertinência histórica destas vozes. Por estas presenças e ausências, foi possível levantar possibilidades interpretativas a respeito dos processos de descarte sofridos pelo arquivo, bem como das práticas cotidianas destes sujeitos junto às escolas e à própria Secretaria.

Esperamos que este trabalho seja uma contribuição à discussão hoje efervescente dentro do campo da memória escolar a partir da Cultura Escolar, sobre os arquivos e suas fontes. Esperamos, ainda, que seja um contributo ao debate dentro da questão das fontes educacionais, no que se referem aos arquivos institucionais de órgãos gestores, tão pouco valorizados e levados em conta quando o assunto são os arquivos escolares.

Organizar os arquivos de educação, repensar os critérios de avaliação, seleção e descarte documentais, torná-los abertos e acessíveis ao público científico tanto quanto ao público leigo devem fazer parte da missão de cada um deles e dos profissionais que por eles são responsáveis. Almejamos que o presente trabalho seja um auxiliar para a reflexão de gestores escolares, gestores em educação, gestores

em arquivos, professores e público interessado. Que ele seja um diferencial quando se pense em um processo de destruição documental sem critérios e sem uma visão futura. Que suas ausências possam servir de ponto de partida para ponderações acerca da avaliação documental e do descarte e das operações de memória que os cercam. Operações de memórias as quais nunca são desprovidas de intenção. Operações de memória que sempre, de alguma maneira, servem ao poder constituído. E que escolhem as vozes que sobreviverão nos arquivos.

## 6 REFERÊNCIAS

ABREU, Regina . **A Fabricação do imortal** . Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALBERTI, V. **História Oral: A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **A educação rural como processo civilizador: Histórias e Memórias da educação no Brasil**. Volume III, séc. XX. Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.

ANTUNES, Álvaro de A. **Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais**. Revista Eletrônica Cadernos de História, Ouro Preto, Ano II, n. 01, março de 2007.

ARTIÈRES, Philippe- **Arquivar a Própria Vida**- Revista de Estudos Históricos, 1998.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BENITO, Agustin Escolano . **Las Culturas de la escuela em España**. Tres cortes historiográficos. Pro-Posições, v.16, n.1(46) -jan/abr, 2005.

BERRIO, Julio Ruiz (org.). **La cultura escolar de Europa**. Tendências históricas emergentes. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

BLOCH, Marc- **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zaar, 2001.

CARVALHO, Jussara M. G. **História, Trabalho e Educação: A Educação Profissional no Brasil** . Dissertação (Mestrado)- UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2008.

CARVALHO, José Murilo. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CÌCERO, Antônio -1997- **Guardar**- Rio de Janeiro: Record, 1996.

CHAGAS, Mário S. **Memória e Poder: Dois Movimentos**. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n19, 2002.

\_\_\_\_\_. **Casas e Portas da Memória e do Patrimônio** . **Em Questão**, Porto Alegre, v 13, n2,p.207-224,jul/dez, 2007.

\_\_\_\_\_, Bezerra, Rafael Zamorano e Benchetrit, Sarah Fassa (org)- **A Democratização da Memória: A Função Social dos Museus Ibero- Americanos**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

CHARTIER, Roger . **A História Cultural**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo, Estação Liberdade: UNESP, 2006.

Decreto de criação da Secretaria de Educação. Disponível em [www.pjf.mg.gov.br](http://www.pjf.mg.gov.br). Acesso em 18 jan, 2010.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FARIA FILHO, L. M. de (org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista:EDUSF, 2001.

\_\_\_\_\_, Vidal, Diana G.; Paulilo, André Luiz. **A Cultura Escolar como categoria e como campo de investigação na história da educação- Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.1, p.139-159, jan/abr, 2004.

FONSECA, Maria Odila K. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOUCAULT, Michel – **Microfísica do Poder** – São Paulo: Graal, 2007.

GAIOFFATTO, Nádia – **A escola e o arquivo histórico escolar como locais de memória: discutindo possibilidades de trabalho do pesquisador, do professor de história e de diálogos com a comunidade escolar**. Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

GINZBURG, Carlo – **O Queijo e os Vermes** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOFF, Jacques Le, **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_**História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1994.

GOMES, Ângela de Castro – **Nas Malhas do Feitiço: O Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados**. Revista de Estudos Históricos, 1998.

HEYNEMMAN, Cláudia B. **A História e os Arquivos: Anotações à Margem dos Documentos** – Ponto de Acesso, Salvador, v.3, n.1,p 60-71, abril 2009.

JARDIM, J.M. **A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos**. Ciência da Informação, Brasília,v.25,n.2,p.01-13,1995.

\_\_\_\_\_**Diversidade arquivística e políticas de arquivos**. Ponto de Acesso, Salvador, v3, n 1, p.46-59, abril de 2009.

\_\_\_\_\_**O Conceito e a prática de gestão de documentos**. Acervo, v2, n2, julho/dezembro 1987

\_\_\_\_\_ **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil.** Niterói: EDUFF, 1995.

\_\_\_\_\_ **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: Usos e desusos da documentação governamental.** Niterói: EDUFF, 1995.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico.** tradução de Gizele de Souza para "La Culture Scolaire comme objet historique' Paedagogica Historica, International Journal of the history of education (Suppl. Series, voll, coord. <sup>a</sup> Nóvoa, M. Depaepe e E.V. Johanningmeier, 1995, p. 353-382).

YAZBECK, Dalva Carolina e Rocha, Marlos Bessa Mendes (orgs)- **Cultura e História da Educação: Intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

YAZBECK, Dalva Carolina(org)- **Centenário de formação dos grupos escolares- Juiz de Fora 1907/2007.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2008.

LEITE, Lílian do Valle – **Memória e Patrimônio: Os sentidos que vêm da escola pública In : Memória Social e Documento,** Rio de Janeiro: Uni-Rio, 1997.

MENESES, Ulpiano Bezerra **História, cativa da da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros., São Paulo, n.34, p.9 - 24,1992.

\_\_\_\_\_ **Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público** – Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, Rio/São Paulo, CPDOC/FGV-IEB/USP, 1997.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Cadernos à Vista: Escola, Memória e Cultura Escrita.** Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

MIRANDA, Sônia Regina e PELLIZZONI, Gisela – **De relicários a janelas: objetos como mensageiros da investigação escolar.** Educação em Revista, Belo Horizonte, n.47,p.197-216,jun.2008.

MOGARRO, Maria João. **Arquivos e Educação: A Construção da Memória Educativa.** Revista Brasileira de História da Educação, n°10, 2005. SP: Autores Associados.

----- **Os Arquivos Escolares nas Instituições Educativas Portuguesas. Preservar a Informação, Construir a Memória.** Pro-Posições, v.16, n.1(46)-jan/abr.2005.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. **Intituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica.** Campinas: Autores Associados, 2007.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de

**História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, v.10,p.7-28,dez.1993.

PAIVA, Odair da Cruz. **A invenção do arquivo histórico e embates acerca da memória**. In :**XI Congresso Internacional da ABRALIC**, São Paulo: USP, 2008.

PAOLLI, Maria Célia – **Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado**. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p 25-28.

PESAVENTO, Sandra J.- **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2,n.3,1989.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social- Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10,1992, p 200-212.

RAMOS, Francisco Regis L. - **A Insustentável Leveza do Tempo: os objetos da sociedade consumo em aulas de história** - Educação em Revista | Belo Horizonte | n. 47 | p. 179-196 | jun. 2008.

RIBEIRO, Fernanda – **Da Arquivística Técnica à Arquivística Científica: Mudança de Paradigma**.Revista da Faculdade de Letras, Porto,vol.1,p.97-110, 2002.

RICOEUR, Paul – **A Memória, A História, O Esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Ana Márcia L. **A Teoria dos Arquivos e a Gestão de Documentos- Perspectivas**.Ciênc.inf.Belo Horizonte, v 11 n1,p. 102-117, janeiro/abril de 2006.

ROSA, João Guimarães- **Grande Sertão: Veredas**.Editora Nova Aguilar, 1994.

ROUSSO, Henry. **O Arquivo ou o Início de uma falta** – Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.17,1996.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SILVA, Zélia Lopes da (org) – **Arquivos, Patrimônio e Memória** – São Paulo, UNESP,1999.

VEIGA, Cynthia Greive e Fonseca, Thais Nivia de Lima (org) -**História e historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STEPHANOU , Maria e Bastos, Maria Helena Camara (org) **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.



VIDAL, Diana e Souza, Maria Cecília Cortez C. de Souza . **A Memória e a Sombra**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_ **Culturas Escolares**. Campinas : Autores Associados, 2005.